

# ***Violência Doméstica na População Imigrante em Portugal***

Dissertação de Mestrado

**Soraia Bombas Codinha**

Trabalho realizado sob a orientação do  
Professor Doutor Cristóvão Margarido

Leiria, 29 de novembro de 2021

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

# *Violência Doméstica na População Imigrante em Portugal*

Dissertação de Mestrado

Soraia Bombas Codinha

Trabalho realizado sob a orientação do  
Professor Doutor Cristóvão Margarido

Leiria, 29 de novembro de 2021

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

## Agradecimentos

Mais do que um simples trabalho, esta dissertação espelha além do meu esforço, o de quem sempre esteve comigo e nunca me deixou desistir de a concluir.

Assim, gostaria de dedicar este trabalho a....

... aos meus pais e ao meu irmão, que estão sempre lá, que fazem tudo por mim e para me ver realizar os meus sonhos. São o maior exemplo de amor, dedicação e cumplicidade que tenho.

... ao meu namorado, por me compreender, por nunca me deixar desistir, por me ajudar em tudo e por todas as horas em que trabalhou comigo para eu atingir este objetivo. Obrigada meu "paleco".

... ao Mickey, por todas as horas de companhia, enquanto eu estudava.

... a toda a minha família, a de Vila Franca e a da Nazaré, por serem quem são e por me apoiarem, sempre.

... a todos os meus amigos, que sempre compreenderam as minhas horas de "ausência" e por serem o que são, na minha vida.

... a todos os professores que me acompanharam neste percurso e que deram o seu contributo para o sucesso final.

... ao professor Cristóvão Margarido, por todo o apoio que sempre me deu, por toda a disponibilidade que teve para comigo, por insistir e nunca me deixar cruzar os braços, nem deixar de me questionar, todos os conselhos e por toda a liberdade na condução deste trabalho.

... à colega Susana, à Associação Mulher Séc. XXI e a todas as entrevistadas, por colaborarem comigo. Fui sempre muito bem recebida, obrigada por todo o apoio e pelo privilégio de aprender com vocês.

... a todos os meus colegas de turma neste Mestrado. Obrigada por esta experiência boa, colegas. Que continuem com o bom trabalho, enquanto profissionais.

Muito obrigada, por tudo!

## Resumo

Esta investigação começou num conjunto de inquietações, que mais tarde se viriam a tornar numa esfera de experiência e aprendizagem sobre um tema em que eu, enquanto cidadã, e, principalmente, técnica social, já me questionava há muito tempo. A mesma revela-se, numa procura constante, em perceber qual a história de vida e as perspetivas de futuro de pessoas que experimentam esta chaga social que é a violência doméstica. A violência doméstica é um problema transversal a toda a sociedade, uma doença social.

Na tentativa de prevenção, proteção e extinção desta realidade, surgem os gabinetes de apoio à vítima e os técnicos que diariamente apoiam as vítimas de violência doméstica. Como investigadora, o meu trabalho teve como ponto obrigatório escutar estes técnicos e, sobretudo, escutar as vítimas. De outra forma como é que poderia perceber a dinâmica, no seu todo, dos serviços de apoio? Como é que poderia perceber a relação que os técnicos conseguem estabelecer com as vítimas, num período tão frágil? Como é que poderia perceber se estas vítimas se sentem motivadas para mudar a sua vida e o que as motiva? Só escutando quem realmente vive envolvido(a) nesta condição, e eu, escutei...

De modo a conseguir atingir os objetivos a que me propus, esta investigação emerge como um estudo qualitativo, realizado em colaboração com a Associação Mulher Séc. XI. Nesta associação, foi possível entrevistar duas psicólogas e três vítimas de violência doméstica (todas com nacionalidades diferentes).

Os resultados vêm mostrar que os gabinetes de apoio à vítima são essenciais para qualquer pessoa que se cruze com a violência durante a sua vida, mas para as vítimas imigrantes, os técnicos sociais e os gabinetes onde

os mesmos exercem funções são imprescindíveis porque, para além de ajudar as vítimas a verem um futuro longe do presente em que se encontram, acolhem, ouvem e, ainda, inserem socialmente estas mulheres que, para além de tudo o que viveram em consequência de uma relação de violência, são ainda discriminadas pela sociedade, devido à sua nacionalidade. Como principal conclusão, entendi que é fundamental a intervenção social, não só com as vítimas, mas também com a sociedade em geral, de forma a preparar-nos para ter um olhar mais atento e essencialmente, proativo na ajuda para com os outros.

### **Palavras-chave**

Violência doméstica, Imigração, Mediação Intercultural, Intervenção Social

## Abstract

This investigation began with a set of concerns, which later would become a sphere of experience and learning on a topic in which I, as a citizen and, mainly, as a social technician, had questioned myself for a long time. It reveals itself in a constant search to understand the life story and future perspectives of people who experience this social wound. I attribute the name social plague to domestic violence as a problem that cuts across society that often ends up sicken it.

To protect and almost extinguish this reality, victim Support Offices appear and, consequently, technicians daily support victims of domestic violence. As researcher, the work had a necessary point, talking to these technicians and, above all, talking to the victims. How would I understand the dynamics, as a whole? How would I understand the relationship that the technicians manage to establish with the victims, in such a fragile period? How was I supposed to know if these victims, after all, feel motivated? And what motivates them? Only by talking to those who are really involved in this condition, and I talked to them...

To achieve the investigation that I planned a qualitative study, carried out at Associação Mulher Séc.XXI. In the association I had the opportunity to interview two psychologists and three victims of domestic violence (all victims, with different nationalities).

The results shown that victim support offices are essential for anyone who encounters violence during their lifetime, but for immigrant victims, social workers and the offices where they perform functions are essential because, beyond to help victims see a future far from the present in which they find themselves, welcome, listen and even socially include these women who, in addition to

everything they have lived, are still victims, sometimes, of society due to their nationality. In conclusion, always with an inquisitive and curious look, I understood that there is a lot of work to be done with the victims and the society, to prepare us for a more attentive mind and, essentially, proactive in helping others.

**Keywords**

Domestic Violence, Immigration, Victim, Social Intervention

## **Lista de Siglas**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CNAIM – Centro Nacional de Apoio a Integração de Migrantes

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

GNR – Guarda Nacional Republicana

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

PSP – Polícia de Segurança Pública

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

VD – Violência Doméstica

# Índice Geral

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	III
Abstract.....	V
Lista de Siglas.....	VII
Índice Geral.....	VIII
Índice de Tabelas.....	X
Introdução.....	1
<b>Capítulo I – Da problemática aos conceitos e seu enquadramento legal....</b>	<b>5</b>
1. As marcas no corpo começam a contar a sua história.....	5
2. Compreensão dos conceitos.....	7
3. Violência doméstica enquanto elemento cicatrizante da sociedade..	8
4. Cicatrizes que não saram.....	9
5. O fim da estrutura familiar.....	10
6. Uma perspectiva coletiva e contemporânea.....	11
7. Enquadramento institucional.....	11
8. Instituições Governamentais.....	11
9. Instituições não governamentais de apoio à vítima.....	14
10. Importância dos Técnicos nas Instituições Sociais.....	15
11. Especificidades da população imigrante enquadrada a uma população multicultural - O mediador intercultural enquanto ponte interventiva..	16
12. Da reintegração à inclusão social dos imigrantes vitimas de violência doméstica.....	19
<b>Capítulo II – Objetivos e Metodologia.....</b>	<b>22</b>
1. Objetivos do estudo.....	22
2. Metodologia, técnicas e procedimentos de recolha de dados.....	24
3. Entrevista.....	25
4. Método Biográfico.....	27
5. Pesquisa documental.....	27
6. Caracterização da população e amostragem.....	28

a. Caracterização da população e amostragem.....	28
b. Análise das nacionalidades a abranger.....	28
c. Análise dos sexos a abranger.....	30
d. Análise das idades a abranger.....	31
e. Análise do contexto familiar.....	32
f. Sujeitos em estudo .....	32
g. Técnicos de apoio social.....	33
<b>Capítulo III – Parte empírica e Resultados.....</b>	<b>34</b>
1. Relação Vítima/agressor.....	34
2. Institucionalização das vítimas.....	37
3. Família.....	39
4. Mediação.....	41
5. Futuro da Vítima.....	44
6. Apoio à vítima.....	45
7. Relação com os Técnicos.....	49
Análise conclusiva e limitações do estudo.....	51
Bibliografia.....	55
Webgrafia.....	60
Apêndices.....	1
Apêndice A – Guião de entrevista aos técnicos da Associação da Mulher Sec.XXI.....	2
Apêndice B – Guião de entrevista para as vítimas.....	4
Apêndice C – Consentimento Informado entregue aos intervenientes....	7
Apêndice D – Procedimentos de tratamento das entrevistas.....	10
Apêndice E – Instrumentos relativos às entrevistas.....	59

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Principais grupos populacionais Imigrantes em Portugal.....	29
<b>Tabela 2</b> – Casos de violência doméstica por género em Portugal.....	31
<b>Tabela 3</b> – Casos de Violência doméstica por idade em Portugal.....	31
<b>Tabela 4</b> – Enquadramento final dos sujeitos em estudo.....	32

# INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta é desenvolvido no âmbito do mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Surge como dissertação final, deste mesmo Mestrado, desenvolvido nos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021. Neste trabalho efetuamos um estudo de caso sobre o fenómeno da *violência doméstica na população imigrante*.

O direito genérico à segurança é um “*direito-dever de todos e de cada um para o bem da coletividade*” (Quiar, 2014, p.4) é sob essa premissa que se debruça o estado português em relação não apenas aos seus residentes, mas sobre todos os sujeitos no seu território geográfico e/ou de âmbito jurídico. No entanto, verificam-se momentos em que a prevenção não tem efeitos concretos e é colocado em causa o bem-estar individual ou coletivo. É sobre este princípio que emerge o fenómeno da violência doméstica.

A violência doméstica é, naturalmente, uma problemática que surge como diretamente intrínseca à sociedade contemporânea, com cada vez maior mediatismo na comunicação social e com cada vez mais, estudos recentes e abrangentes. Estes demonstram que “*estatisticamente existem cada vez mais casos, representando as vítimas não só o grupo das mulheres mas também dos homens, crianças e idosos*” (Farias, 2014, p.12). Naturalmente, no seguimento da linha de raciocínio de Rita Farias questionamo-nos acerca da diversidade de populações sobre as quais este fenómeno tem efeitos e causas diretas. Uma das problemáticas que encontramos associada à população específica enquadrada dentro da sociedade portuguesa é a da população imigrante sobre a qual recai a fundamentação de interesse deste estudo.

No entanto, apesar do crescente interesse em termos de investigações e de sensibilidade política, para a problemática da violência doméstica (Terenas, 2015), constatamos, aquando do processo de análise do estado da arte, que apesar de existir um crescente número de investigações, nos últimos anos, acerca da temática em questão, que esta temática ainda não está muito consolidada em termos investigativos, muito menos no que concerne à violência doméstica na população imigrante. Dessa forma, experienciámos algumas dificuldades de validação dos dados acerca da população imigrante no contexto de violência doméstica.

Naturalmente que validámos através de vários autores a premissa de Farias (2014) de que a violência doméstica não se aplica só no grupo das mulheres. No entanto, a presença de estudos, proporcionalmente à expressão que esse grupo social tem na comunidade portuguesa, é muito diminuta.

Segundo dados de 2021 da Pordata<sup>1</sup>, recolhidos ao longo de 2020, em consonância com o Instituto Nacional de Estatística e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF/MAI) residem em Portugal 661607 indivíduos de nacionalidade estrangeira em contexto legal. Este número representa mais de 5% da população total. Naturalmente que não conseguimos ter dados concretos sobre os imigrantes em contexto ilegal em Portugal, mas terão que ser tidos em consideração pois apesar da sua situação o país tem um conjunto de mecanismos de proteção que visam todos os indivíduos no seu território independentemente da sua situação e contexto legal.

O estado e a sociedade civil têm a obrigação de ajudar as vítimas de violência sobre a premissa da legislação vigentes presente no Regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas presente na Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro que prevê que : *“Toda a vítima, independentemente da ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, língua, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, cultura e nível educacional goza dos direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sendo-lhe assegurada a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental.”* (Lei n.º 112/2009).

No entanto, os indicadores genéricos, apesar da legislação vigente os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram-nos que existiu uma evolução significativa nos últimos 5 anos do número de casos de violência o contexto de lesadas/os/ ofendidas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR. Em 2006 foram registados 28180 casos neste contexto, sendo que o homólogo do ano de 2020 foi de 31832 casos registando um aumento constante e considerável excetuando o último ano em que existiu uma ligeira regressão em relação ao ano anterior.

Nuno Poiares justifica os números anteriormente apresentados referindo que *“(…) existe uma notória incapacidade política, sobretudo de quem tem o papel de mediador (no sentido que é utilizado pela ciência política), em levar as pessoas a acreditar no referencial, em gerar convergências em torno de ideias, de princípios, de novas visões sobre a realidade como é, neste caso, a legislação criada para prevenir e combater a violência doméstica”* (Poiares, 2014, p.2)

Para se conseguir plenamente assumir um trabalho de proximidade e garantir a correta aplicação dos direitos, liberdades e garantias de um individuo temos um novo desafio com a existência de populações imigrantes que é o de conseguir aproximar não

---

1 A Pordata é uma base de estatísticas certificadas sobre Portugal, seus municípios e Europa.

apenas a realidade legal aplicável, mas também prever as barreiras culturais presentes. Nesse sentido as ferramentas de mediação intercultural são imprescindíveis para uma cada vez maior compreensão e conhecimento do “outro”. Esta premissa é reforçada por Vieira, *et al.* (2020, p.23) quando, ao referirem-se às populações imigrantes, salientam os “(...) *novos desafios para a sociedade portuguesa: na educação, cultura, compreensão de valores, práticas e normas sociais dos imigrantes.*”.

Sobre essa mesma premissa consideramos na presente investigação que, para o desenrolar do contexto de acompanhamento concreto, que é a intervenção social aplicável em vítimas de violência doméstica, é necessário o desenvolvimento de um claro elemento de comunicação, confiança e compreensão na forma de diálogo. Como referem Vieira, *et al.* (2020, p.23) no “*processo dialógico, a mediação intercultural contraria os processos de integração monolíticos e contribui para o desenvolvimento de uma inclusão intercultural do outro.*” No entanto este é um fenómeno amplo e multidisciplinar que implica um conhecimento de mediação intercultural em contexto social nas mais diversas áreas “(...) *envolvendo vários parceiros institucionais públicos e privados, individuais e coletivos*” (Poiares, 2014, p.5) de forma a promover um processo dialógico transversal a todas as áreas de influência mais eficiente.

Nuno Poiares (2014, p.2) refere ainda que “(...) *existe uma notória incapacidade política, sobretudo de quem tem o papel de mediador (no sentido que é utilizado pela ciência política), em levar as pessoas a acreditar no referencial, em gerar convergências em torno de ideias, de princípios, de novas visões sobre a realidade como é, neste caso, a legislação criada para prevenir e combater a violência doméstica.*” Assim, também os decisores do estado de direito Português deveriam considerar os elementos basilares da mediação intercultural ao pensar os procedimentos legais relativos a este fenómeno afim de alinhar as diretrizes políticas, sociais e económicas de forma a correlacionar com o trabalho de campo efetuado pelas equipas multidisciplinares que têm em mãos a problemática da violência doméstica. Neste sentido, “*estão (...) ao dispor das vítimas, no âmbito da apresentação de queixa, gabinetes vocacionados, com profissionais treinados e registo adequado*” (Meireles, 2012, p.15)

De norte a sul de Portugal existem diversas instituições que trabalham direta ou indiretamente a problemática da violência doméstica, indiferenciadamente da nacionalidade das vítimas, de forma direta (intervindo diretamente com as vítimas) às quais se acrescentam instituições de proteção civil, instituições de promoção de ações preventivas e diversos profissionais diretamente ligados pelo facto deste ser uma problemática multidisciplinar e “*objeto de análise de várias disciplinas científicas*” (Dias,

2018, p.11). Estas instituições/profissionais são a melhor fonte de apoio a que as vítimas de violência doméstica podem recorrer.

Neste momento não existe nenhum barómetro que permita aferir dados dos contextos de violência doméstica na população imigrante. Assim, apesar de poder não ser retratada diretamente recorrendo aos dados genéricos da violência doméstica, temos de considerar esses dados como referência.

Para a concretização e alcance dos objetivos deste estudo foram analisados casos de vítimas de violência doméstica de imigrantes, em Portugal, assim como entrevistados os técnicos que acompanharam os processos das mesmas, através da realização de entrevistas semiestruturadas.

Este trabalho é desenvolvido em 3 capítulos. O capítulo I objetiva enquadrar os conceitos principais presentes no estado da arte divididos em vários campos de interesse. Numa primeira fase é feita uma análise à contextualização histórica da violência doméstica assim como uma explanação genérica dos conceitos centrais abordados ao longo do trabalho. Ainda, no capítulo I, podemos encontrar uma abordagem conceptual ao contexto de Mediação e sua importância em contexto de intervenção social com vítimas de violência doméstica.

No capítulo II apresentam-se os objetivos do estudo e que passam por: entender a dinâmica dos serviços de apoio; perceber o papel do técnico de acompanhamento; compreender os procedimentos que se estabelecem entre serviços, técnicos e vítimas; compreender os processos de mediação intercultural que se estabelecem ao longo do processo de acompanhamento; perceber quais as perspetivas de futuro das vítimas. Ainda no capítulo II é apresentada a metodologia de investigação e técnicas de recolha de dados utilizadas, assim como uma caracterização da população e dos sujeitos em estudo.

No capítulo III realiza-se a apresentação, análise e discussão dos resultados, tendo em consideração as categorias de análise pré-definidas.

Por fim expõem-se, numa síntese conclusiva, as principais ilações desta investigação, apresentando uma análise aos resultados obtidos nos diversos campos de análise.

# Capítulo I

## Da problemática aos conceitos e seu enquadramento legal

### As marcas no corpo começam a contar a sua história

Hoje em dia a literatura existente, relacionando os casos de violência doméstica em toda sua complexidade e os imigrantes, não é vasta. Provavelmente este facto é motivado pela razão das especificidades destes subsegmentos de violência doméstica serem recentes, encontrando apenas bibliografia datada a partir de 2012, aquando da publicação na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto do texto “Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes” (Duarte, Madalena; Oliveira, A. 2012).

Vergueiro, A. *et. al.* (2019) referem no seu estudo *Perceção de mulheres imigrantes sobre a situação de violência de género vivenciada: Revisão Integrativa* que, no contexto das observações, este fenómeno “(...) constitui uma minoria, as mulheres imigrantes, que nem sempre estão englobadas nas pautas de saúde e nas pesquisas científicas”. (Vergueiro, A. *et al.*, 2019). Este mesmo estudo objetivou definir um conjunto de estratégias de forma a analisar a perspectiva que as mulheres imigrantes tinham sobre a violência intrafamiliar de forma a definir estratégias concretas a aplicar por profissionais de resolução de conflito sensíveis a este fenómeno.

Os autores concluíram com este estudo que “(...) cuidados culturalmente congruentes e sensíveis às questões de género (...)” eram um fator essencial para a resolução mais eficaz desta problemática de forma a munir os profissionais envolvidos na resolução de conflito e tomar ações adaptadas à realidade dos casos e métodos de prevenção.

Outra perspectiva de análise deste fenómeno é a de Rodrigues e Espinosa (2009) que objetiva no seu estudo identificar estratégias para as mulheres imigrantes enfrentarem os problemas de género, em específico nas mulheres latino-americanas. Acrescenta ainda o fator de elemento participante da vítima como elemento decisor independente de fatores internos ou externos com principal ênfase no desejo de interromper a relação, mas sobre a qual existem fatores e conhecimento em relação ao apoio sobre os quais ela poderá recorrer tais como “apoio social, apoio institucional e recursos materiais”.

Os autores concluíram que este é um processo que, naturalmente, se prevê demorado até à sua resolução. Verificaram ainda que as principais motivações para a falta de conhecimentos e apoio sobre a forma de agir em relação a esta problemática deve-se ao isolamento social das vítimas, principalmente motivadas pelas crenças tradicionais das vítimas sobre o papel da mulher no seio familiar assim como da sua incapacidade de se demarcar da cultura de origem ao mesmo tempo que revelam dificuldade de se integrar nas sociedades recetoras.

Naturalmente, com a evolução dos estudos na área da violência doméstica, irão surgir novas formas de agir e pensar esta problemática específica nas comunidades imigrantes. O presente trabalho visa dar mais uma perspetiva de valor acrescentado a esta área, analisando de forma mista as vítimas e os intervenientes nos processos de resolução assim como as estratégias de acompanhamento.

A violência doméstica que ao dia de hoje começa a inquietar as mentes do nosso quotidiano, não é uma problemática recente como, por vezes, é vulgarmente pensado.

A população feminista começou a sua intervenção relativamente a este fenómeno na década de 60/70, quando o denunciou perante a restante população. A partir deste momento, é perceptível que, por vezes, o inimigo divide o mesmo teto e a inferiorização, a lesão e o dano social revela-se frequente, sinistro e, na pior das hipóteses, fatal. É ao longo deste capítulo, que a abordagem teórica a este fator irá ser desenvolvido.

A sociedade da década de 60/70 era muito tradicional, o que levava a que os hábitos familiares fossem preservados de uma forma muito rígida. Numa sociedade tradicional em que o amor era reprimido e considerado “pecado”, fomentava-se o dever conjugal e maternal, através da subjugação da mulher às vontades carnis do homem e à contínua procriação. (Marques, 2009). No decorrer de vários séculos e gerações, além de se negar amor, a violência e punição foi vista como algo natural e socialmente aceite. Esta aceitação levou a que a violência doméstica ficasse no seio das famílias e fosse desconsiderada e, de alguma forma, desvalorizada o que só levou ao seu crescimento.

A violência doméstica é tangente a toda população, masculina ou feminina, mas de acordo com Pierre Bourdieu (2007) a população masculina, ainda na sociedade contemporânea, encontra as condições perfeitas para dominar, visto que o sexo feminino se coloca dependente e submisso ao sexo oposto em vários ramos da sua vida individual ou conjugal. Esta submissão é perceptível no espectro social, cultural e até mesmo, económico.

Em pleno séc.XXI esta visão mais tradicionalista da dominação masculina ainda subsiste e não é raro encontrar mulheres que olham para si mesmas de uma forma tão

“tradicional” e antiquada que projetam no sexo masculino, o dono da casa, dono das decisões e mesmo o dono delas próprias. A sociedade, mesmo estando mais inquieta com esta situação, ainda consente esta ideia e permite que muitas mulheres sejam propriedade masculina e assumam essa subjugação como se do seu projeto de vida se tratasse. É com fundamento no estudo de Pierre Bourdieu (2007), que é perceptível a causa de como este fator social afeta quase sempre as mulheres, nunca esquecendo que é um fator que pode ser transversal a qualquer indivíduo, independentemente do seu sexo, idade ou condição.

A violência doméstica, como podemos perceber através deste capítulo, é uma realidade que ao longo do tempo se foi consubstanciando e cimentando. Também através deste capítulo é visível que nem sempre foi conotada como negativa e assim, nunca foi totalmente combatida, só começando a ser estudada na década de 60/70.

### **Compreensão dos conceitos**

Para compreender os denominadores supracitados relativos à problemática social da violência doméstica, temos de analisar um conjunto de conceptualizações e conceitos multidisciplinares complexos adaptados à realidade de cada sujeito tendo em conta as suas características “sociais, culturais, psicológicas, ideológicas, económicas, etc.”. (Costa, 2003).

No entanto, para melhor compreender fatores dominantes transversais aos casos supracitados, temos de dividir em denominadores gerais presentes e associá-los às características específicas da população em causa, neste caso, a população imigrante em Portugal.

Nesse sentido, os denominadores a ser tidos em causa foram divididos em dois campos, os prévios ao início da resolução da problemática e os processos delimitadores da resolução da problemática.

Para analisar os denominadores prévios ao início da resolução da problemática temos de analisar a violência doméstica enquanto elemento cicatrizante da sociedade partindo da clara assunção que este é o principal denominador do fenómeno social verificando a sua conceptualização, perceção social, análise científica e os elementos legais aplicáveis, sendo que, posteriormente passa por uma análise das especificidades da população imigrante, enquadrada neste estudo enquanto multicultural, estabelecida numa região ou país diferente do seu de origem.

Consequentemente é necessário fazer uma análise à conceptualização do processo interventivo aplicado, visto que é nesta fase que vamos encontrar os principais intervenientes neste estudo englobando naturalmente as vítimas de violência doméstica e os técnicos responsáveis pelo processo de mediação e intervenção. Analisamos então dois conceitos principais sendo que iniciamos por uma análise do mediador intercultural enquanto ponte interventiva direta com a vítima de violência doméstica e o posterior processo que passa da reintegração à inclusão social de imigrantes vítimas de violência doméstica.

### **Violência doméstica enquanto elemento cicatrizante da sociedade**

A violência é um elemento presente na história da humanidade. Dahlberg e Krug (2002) acrescentam ainda que é algo que faz parte da experiência humana. Naturalmente é transversal a toda a sociedade sendo referida como uma utopia a total eliminação de todos os fatores de violência presentes.

A definição de violência é polissêmica podendo ser analisada em várias perspetivas sendo que, internacionalmente, temos definições como a da OMS (organização mundial da Saúde) que são as mais importadas para os sistemas institucionais. Nesse sentido a OMS (2002) define violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte, ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Denota-se uma evolução para os sistemas legais, como é o caso português, no qual o conceito de violência está associado a qualquer forma de uso intencional de força, coação ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese a integridade, os direitos e necessidades (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Presidência do Conselho de Ministros, 2009).

No entanto, para uma conceção holística deste fenómeno temos de analisar o elemento agressão no campo da violência sendo que nem todas as agressões podem ser consideradas violência no sentido em que um exemplo concreto desse facto é a necessidade inevitável de uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro para a proteção dos mesmos, a integridade e direitos, casos em que a violência se torna justificada e provocada e não como agressão infundada. Exemplos destes casos são elementos como as ações de autodefesa por vezes verificadas nas vítimas de violência

doméstica ou proteção de outros elementos internos ou externos ao seio familiar que sejam elementos de características reativas e não passivas.

Naturalmente, a violência doméstica é um tipo específico de violência. Considera-se violência doméstica “qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganar, coacção ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital”. (Machado e Gonçalves, 2003)

### **Cicatrizes que não saram**

A vítima de violência doméstica é uma vítima de crime<sup>2</sup>. A vítima de violência doméstica, seja a nível emocional, social, físico, sexual, financeiro ou perseguição, revela-se sempre como alguém de natureza frágil perante o agressor(a). A fragilidade da vítima é fruto de um ambiente de terror e tensão em que a mesma se vê coagida a viver. Este universo de pânico, deixa sequelas.

De acordo com a APAV (2012), a violência projeta consequências físicas e psicológicas. Esta associação de apoio à vítima menciona também que as consequências físicas são resultado das agressões, mas também se revelam como uma repercussão do comportamento da vítima decorrente do contante alarme em que vive. O exemplo das consequências físicas são a perda de energia, dores musculares, dores de cabeça e enxaquecas, transtornos a nível hormonal e menstrual, arrepios, problemas de tensão e a nível digestivo. Estas perturbações, que o corpo e organismo das vítimas acaba por apresentar, são fruto da violência em que a mesma vive, mas a verdade é que esta esfera de horror, como foi dito anteriormente, denuncia também consequências físicas e como exemplo das mesmas, são mencionadas as seguintes: dificuldades de concentração,

---

<sup>2</sup> Artigo 152º. Decreto Lei nº48/95- No este artigo, é feita a designação do crime de violência doméstica em Portugal, atribui-se a natureza de crime público, o que traduz que o processo criminal não depende da queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou a noção de existência de um crime, para que o Ministério Público promova o processo.

dificuldades em dormir, pesadelos, dificuldades de memória e tristeza, desconfiança perante os outros e perda de autoconfiança.

Os efeitos psicológicos desta realidade, por vezes, são mais graves que os efeitos físicos, uma vez que levam as pessoas a pensar que podem estar a ficar loucas ou a perderem o seu equilíbrio psíquico.

## **O fim da estrutura familiar**

O tormento que a vida da vítima se transforma durante e após o ato de violência quebra a mesma física e psicologicamente, mas não se fica por ali. “Existem geralmente, um conjunto de consequências de carácter psicológico, físico e social que se manifestam após a vitimação. Todavia, a vítima não é, geralmente, a única pessoa em sofrimento. As testemunhas desta vitimação podem ser também afectadas. Também os familiares e amigos da vítima, ainda que não necessariamente testemunhas do crime, podem sofrer as consequências do mesmo.” APAV (2012).

Muitas das pessoas que experienciaram situações de violência doméstica, atualmente, são testemunhas de seios familiares destruídos, mães que perderam seus filhos(as), filhos que ficaram órfãos e alguém que perdeu o seu amigo(a) para uma descarga emocional, discussão conjugal ou uma noite que terminou de forma trágica.

Para além do sofrimento da vítima, todos em seu redor vivem um ambiente de terror ou consternação. Quando a violência doméstica ocorre numa relação conjugal, os filhos acabam por dividir a dor com a vítima, visto que percorrem o mesmo percurso de sofrimento que o(a) progenitor(a) lesado(a). A violência doméstica leva, na maioria das vezes, ao fim da estrutura familiar.

“Violência só gera violência”. Baseando-nos no princípio da transmissão intergeracional da agressão, temos observado que aqueles que estiveram expostos à violência durante a idade de formação como pessoas, tendem a assumir inclinações agressivas.” (Ribeiro, 2016, p.10). Através desta afirmação, é plausível entender que a violência doméstica traz consequências a curto e longo prazo para todo o seio familiar. As crianças, quando crescem entre violência, crescem condicionadas, crescem com medo e além de se tornarem adultos mais inseguros e isolados, ocorrem com mais frequência à violência na fase adulta da sua vida, revelando que quando recorrem a este comportamento estão a complementar a falta de atenção e de segurança que os acompanha desde cedo.

## **Uma perspectiva coletiva e contemporânea**

Ao longo da história, a violência doméstica evoluiu em variadíssimos prismas. O fenómeno da violência doméstica nem sempre foi visto com os mesmos olhos pela população. A comunidade e a sociedade por vezes veem, agem e reagem, por vezes fingem não ver e, por vezes, não têm conhecimento da sua realidade contemporânea.

Nas primeiras pegadas deste fenómeno, a população em redor tentava não se intrometer na situação, uma vez que o homem era o indivíduo mais respeitado pela sociedade, dentro de cada lar. Imperava o velho ditado “entre homem e mulher não se mete a colher”. Atualmente, a comunidade tem vindo cada vez mais a contrariar esta típica expressão portuguesa. A urgência em que se começa a meter a colher entre um casal é cada vez mais notória e relevante, uma vez que esta intrusão é a principal ferramenta para o diálogo social e seguidamente, o término do fenómeno da violência doméstica. A comunidade ter conhecimento e preocupação para com a violência doméstica é uma mais valia para o olho atento de todos e para que a vítima denuncie esta situação. Ainda que a mesma, não queira admitir pelo que passa, só o facto de saber que tem para onde ligar, que não está sozinha, que tem onde se apoiar e que existe uma sociedade atenta e disponível para ajudar, faz com que a vítima sinta um pouco de segurança num momento em que a insegurança está presente todos os dias da sua vida.

Hoje, a violência doméstica é considerada um fenómeno amplamente reconhecido, como um grave problema em matéria de direitos humanos e de saúde pública (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2005) e é um fenómeno transversal a toda a sociedade, independentemente da idade, sexo, etnia, orientação sexual, classe social ou localização geográfica (Richards, Letchford & Stratton, 2008).

## **Enquadramento institucional**

### **Instituições Governamentais**

Nos últimos anos tem se dado enfoque ao papel do estado e governos na resolução da problemática da violência doméstica na sociedade civil, sendo que o tratamento específico

deste fenómeno surgiu paralelamente ao surgimento dos movimentos feministas supracitados não sendo anteriormente a este período um processo prioritário.

Segundo Duarte, M (2012) hoje podemos afirmar que o tratamento legal da violência doméstica é uma prioridade, facilitando a intervenção do Estado e outros organismos nestas situações.

O manual Alcipes para a Violência doméstica refere que legislar sobre este tópico tem sido um dos principais desafios para os legisladores sendo que, estes, em Portugal, têm tido imensos avanços nesta matéria. Referência em particular para os avanços nos processos iniciais, em 1999, com a implementação dos mecanismos de indemnização pelo Estado às vítimas de violência conjugal, avançando até à criação do estatuto da vítima de violência Doméstica em 2009 (lei normativa em vigor ainda hoje que potenciou os mecanismos de resolução legal do fenómeno) ou, como refere a APAV, um elemento decisivo na sociedade civil ao prever quatro dimensões essenciais: intervenção imediata em situações de crise, acompanhamento psicológico, informação, apoio jurídico e acesso a indemnização.

A Lei n.º112/2009 do Código Penal Português prevê e pune o crime de violência doméstica, compreendendo em particular quatro aspetos:

- Teleassistência e vigilância eletrónica – violência doméstica – Portaria nº 220- A/2010, de 16 de abril;
- Modelos oficiais de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima – Portaria nº 229-A/2010, de 23 de abril;
- Indemnização às vítimas de violência doméstica - Lei nº 104/2009, de 14 de setembro;
- Isenção de taxas moderadoras para vítimas de violência doméstica - Decreto-Lei nº 2001/2007, de 24 de maio e Despacho do Sec. Estado Adjunto e da Saúde - Despacho nº 20509/2008;

A “Violência Doméstica assume a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo.

O procedimento criminal inicia-se com a notícia do crime, e pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime, ou da Denúncia do crime por qualquer pessoa ou entidade, numa Esquadra da PSP, Posto da GNR, ou diretamente no Ministério Público.”

Quando é feita a queixa de violência doméstica e desde que não haja indícios de que a mesma é infundada, a vítima tem vários direitos e entre eles, podemos enumerar os seguintes:

- Obter uma resposta a nível judicial, no limite de 8 meses (sem esta resposta judiciária, a vítima poder pedir urgência do processo junto do Tribunal);

- A vítima deve ser apoiada por um advogado (no caso da sua situação financeira ou social o justificar, a vítima pode requerer um advogado através dos serviços da Segurança Social);

- Requerer a própria constituição como assistente e poder intervir no processo (tendo a possibilidade de oferecer provas e requerer diligências);

As autoridades judiciárias devem ainda informar a vítima de outros direitos que lhe são conferidos, como por exemplo:

- O facto de a vítima não prestar declarações;

- O de poder querer e optar por a suspensão provisória do processo com aplicação de certas obrigações e regras de conduta ao agressor;

- O de reclamar a concessão do adiantamento da indemnização nos termos da Lei n.º 129/99, de 20 de agosto<sup>3</sup>.

O fenómeno da Violência Doméstica, é tratado por várias instituições governamentais e entre elas destacam-se o Governo, a Segurança Social, a PSP, o SEF, e todas elas são dirigidas por regulamentos que se encontram de acordo com a conduta esperada para a intervenção ao nível desta problemática social.

Naturalmente e como é abordado nesta dissertação os intervenientes jurídicos deverão sempre prever, em consonância, todas as leis e normativas associadas especificamente ao caso. Com isso queremos dizer que terão que ser tidas em conta fontes de direito associadas aos casos específicos como por exemplo os direitos e fontes de direito dos imigrantes, crianças, pessoas idosas tendo como base o perfil social/etimológico/religioso das vítimas.

A aplicação das leis e normativos legais refletem-se diretamente em alguns dos campos previstos no estatuto de vítima de violência doméstica, sendo que iremos destacar apenas alguns dos aplicáveis à população imigrante. Nomeadamente o direito à

---

<sup>3</sup> [https://apav.pt/vd/images/vd\\_img/Lei\\_129\\_99\\_de\\_Agosto.pdf](https://apav.pt/vd/images/vd_img/Lei_129_99_de_Agosto.pdf)

informação potenciando pelo artigo 7º, nº 1, que refere que em casos nos quais a vítima não compreende nem fala a língua do processo penal, deve assegurar-se interpretação gratuita, atendendo ao papel formal desempenhado no processo penal permitindo o direito à direta participação no processo penal. No seguimento das diretivas europeias também podemos referir a aplicação do apoio jurídico de representação em Portugal. Infelizmente não podemos dizer que a mesma é universal pois possui limitações de residência ou morada habitual num estado-membro da União Europeia para permitir o apoio, não obstante, o mesmo tem dado largos passos desde 1999.

### **Instituições Não Governamentais de apoio à vítimas**

*São IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.*

*-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*

As Instituições não governamentais são os principais *key players* nas ações diretas para a manutenção da liberdade, direitos e garantias previstas pelo estado para as vítimas de violência doméstica. Naturalmente que reconhecemos o valor de instituições como a APAV mas, em Portugal, surgem diversas instituições de utilidade pública que fazem do seu principal foco a denúncia, resolução e integração apoiada pelo estado de vítimas de violência doméstica este facto surge da incapacidade de absorção de todos os casos por parte da rede pública de apoio a mulheres vítimas de violência.

Estas instituições têm um impacto em diversos procedimentos específicos dos processos, sendo que os mesmos poderão ser desde apoio psicossocial a financiamento direto passando por apoio legal ou mesmo de apoio à alimentação. Devido ao seu cariz de utilidade pública e financiamento por parte do estado estas mantêm uma relação de proximidade com as autoridades competentes do estado sendo por vezes lhe incumbido tarefas associadas aos processos, não obstante é importante de referir que são instituições

privadas com mecanismos próprios e missão para além das obrigações legais, fatores esses que como se tem verificado potenciam o apoio para lá das obrigações legais.

## **O Trabalho das Instituições e os seus Profissionais**

Partindo do pressuposto de que “A mediação constitui um eixo essencial das práticas de intervenção social, quer pelos princípios que promovem, como o respeito mútuo, o reconhecimento da igualdade ou o sentido de pertença comum à humanidade” (M-Igual, 2008, *cit. In* Cordeiro 2000, p. 111), os técnicos de intervenção social, que atuam perante a vítima de violência doméstica, utilizam como uma das suas principais ferramentas a mediação, uma vez que “é através da mediação intercultural e social que se procura identificar os problemas e as melhores soluções” Vieira et al. (2020, p.111) , além deste recurso, os técnicos utilizam também a escuta ativa como ferramenta, visto que em pessoas frágeis e quase anuladas, como uma vítima de violência doméstica, pessoas que são constrangidas “pela indiferença do meio que as rodeia, as vítimas de violência na intimidade veem-se enleadas em processos de denúncia e de (des)apoio” (OMS, 2013 *cit. In* Dias, 2018, p. 181), então, também, esta escuta se revela fundamental porque, normalmente, é no acompanhamento social prestado à vítima que se faz o apoio psicológico e todo o empoderamento necessário para vítima ultrapassar esta fase da sua vida. Podemos, também, ter uma melhor perceção do trabalho para com estas vítimas através das palavras de Isabel Dias “Os profissionais têm de ser capazes de empatizar e estabelecer uma escuta ativa e solidárias, percecionando o real e decodificando o simbólico. Entender o sofrimento, a dor e a desilusão, ainda que nem sempre verbalizados pelas vítimas, implica também a criação de um espaço de liberdade de expressão e de apoio na reorganização do pensamento e do querer”. (2018, p.182) Desta forma podemos considerar que “As práticas de mediação, a par de abordagens colaborativas, participativas e promotoras de empowerment, têm um papel importante na intervenção junto de grupos étnicos ou culturais (...). Por outras palavras, permitem, por um lado «o acesso a direitos anteriormente não usufruídos e, por outro, potencializam as possibilidades de participação, na sociedade, de indivíduos anteriormente passivos»” (Silva, 2003, p.35, *cit. In* Vieira, 2020, p.122).

Tal é a importância de um técnico social para uma vítima de violência doméstica que, muitas vezes, as vítimas desenvolvem uma dependência por estes profissionais, quase que podemos dizer que estas transportam a ligação afetiva que desenvolvem face

ao agressor para o técnico de acompanhamento. As vítimas de violência doméstica tornam-se pessoas frágeis e procuram força nos outros para conseguir seguir em frente com o seu projeto de vida porque, na maioria das vezes, este projeto desaparece visto que a vítima não se sente capaz e não tem a força necessária para seguir em frente sozinha.

Desta forma, os técnicos surgem também como impulsionadores deste projeto, ao empoderarem a vítima, impulsionam também a sua independência e, assim, ajudam a mesma a reconstruir a sua vida e a criar novos projetos de vida.

De acordo com todos os fatores referidos, é perceptível que os gabinetes sociais, as restantes instituições sociais e todos os técnicos envolvidos fazem a diferença na vida destas pessoas uma vez que atuam “na área de intervenção e da alteração de mentalidades”. (Dias, 2018, p.172).

### **Especificidades da população imigrante enquadrada a uma população multicultural - O Mediador intercultural enquanto ponte interventiva**

O nosso país é cada vez mais um país multicultural, visto que a taxa de imigração tem vindo a aumentar com o passar dos anos. A população imigrante é, por si só, uma população diferente, em usos e costumes, dos portugueses, têm hábitos diferentes e especificidades, que a população portuguesa não tem.

Os imigrantes, quando chegam a Portugal e se veem enquadrados numa população que é distinta da sua, do ponto de vista cultural e não só, tentam adaptar-se, mas nem sempre têm a tarefa facilitada. A nossa atividade profissional, oferece-nos a possibilidade de todos os dias, podermos ter uma observação ativa sob os que chegam ao nosso país e se deparam com todas as diferenças imposta por uma barreira cultural, lutando continuamente para conseguir estar integrados e, a longo prazo, incluídos numa cultura que (no caso dos países africanos e asiáticos) em nada se parece com a própria.

Portugal, como é dito ao longo deste capítulo, recebe diariamente no seu território vários indivíduos de nacionalidades diferentes, todas com as suas especificidades, mas também com linhas gerais paralelas umas às outras. No fenómeno da imigração, muitos dos indivíduos que chegam ao nosso país, vêm com a finalidade de obter uma vida melhor a nível socioeconómico, outros vêm com o objetivo de fugir à guerra que existe nos seus países, entre outros fatores.

De acordo com o CNAIM (Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes), a entrada no mercado de trabalho é sempre o desafio mais exigente do percurso migratório e, neste sentido, existem várias ferramentas no nosso país, como é o caso da plataforma on-line do CNAIM, que disponibilizam a informação necessária para facilitar a integração de migrantes. A população imigrante quando chega a Portugal depara-se ainda com o processo de legalização e, por vezes, este processo demora algum tempo, tornando-se este o maior obstáculo para a trajetória que cada indivíduo tem de percorrer. Além dos fatores já enumerados, um dos maiores obstáculos que é diferenciador entre o povo recetor e o povo vindouro é a língua e esta, por vezes, só é superada com o passar do tempo, sendo por vezes, necessária formação em língua portuguesa.

A população imigrante passa por um conjunto de etapas até estar perfeitamente integrada no país de acolhimento e, em consequência da vinda destes indivíduos para o nosso país, também os portugueses têm que se adaptar a culturas diferentes, à multiculturalidade que cada vez mais está na ordem do dia. A imigração e o processo de integração de novos povos em Portugal é um trabalho de todos. Todos nós podemos aprender a viver com costumes, hábitos e comunidades distintas da nossa e, só assim, a população imigrante consegue adaptar-se nas melhores condições a um país que é diferente do seu e obter o sucesso na sua escolha de mudar de país e de vida, pois “A globalização e a complexificação das sociedades requerem novas formas de convivência e de organização social promotoras e facilitadoras da construção de uma maior justiça e compreensão entre as pessoas. Cada cultura vê-se confrontada com outras formas de viver, que são expressões de outras tantas culturas que reclamam o seu espaço. Estas novas realidades sociais exigem novas e criativas respostas no interior desses sistemas e na articulação entre eles que suscitam a criação de figuras e dispositivos de mediação que facilitem a comunicação quando esta se encontra de algum modo dificultada.” (Caetano & Freire, 2005, cit in Oliveira & Freire, 2009, p.13)

O mediador intercultural perante o fenómeno da violência doméstica na população imigrante surge como um elo que permite obter sucesso na intervenção, já que a “mediação implica afirmar e reconhecer as diferenças culturais e sociais dos grupos minoritários e estimular as capacidades e competências daqueles que estão em situação fragilizada e/ou sofrem de exclusão social”. (Vieira, et al.,2020, p.117). O técnico que é apelidado de mediador tem a capacidade de conseguir recolher a informação de vários prismas (da vítima, do agressor e dos técnicos) deste fenómeno conseguindo, assim, chegar ao sucesso esperado sem nunca demonstrar parcialidade. A aplicabilidade da mediação neste contexto é ainda validada pela própria definição que Romero, C. (2020, p.67) ao referenciar Gimenez (1997) dá à mediação intercultural “A mediação intercultural é uma modalidade

de intervenção de um terceiro sobre situações sociais de interculturalidade significativa, orientada para o reconhecimento do Outro(..)".

O profissional da mediação tem como objetivo facilitar o diálogo e a compreensão, e, para isto acontecer, o mediador "deve promover uma relação de confiança e centrar a intervenção na resolução dos problemas imediatos e na garantia do bem-estar dos sujeitos e só depois encetar estratégias de mudança" (Vieira, et al., 2020, p.119) e nunca deve mostrar ser parcial porque só assim irá conseguir chegar ao que pretende. Na maioria dos conflitos, mediador aparece como a ponte interventiva na resolução do conflito, de forma a conseguir que os intervenientes consigam chegar a um acordo por si próprios, obtendo o acordo esperado sem ter de recorrer a um elemento decisor final.

Partindo das considerações de Ricardo Vieira, quando refere que "A metodologia da mediação Intercultural é multifatorial, identificando, definindo e caracterizando três ordens de fatores implicados e mutuamente inter-relacionados nas situações de mediação: pessoal, situacional e cultural." (Vieira,2020 p.24), podemos considerar que no caso específico da violência doméstica na população imigrante as considerações deverão ser subdivididas da mesma forma sendo que ao nível "pessoal" temos todas experiências singulares que advenham do individualismo da "persona" em contexto da sua vivência. Naturalmente que neste ponto o ato prévio, o acontecimento ou acontecimentos de violência doméstica e a experiência posterior têm particular relevância, sendo da obrigação do técnico social enquanto mediador ter amplo conhecimento de todos os fatores sociais, económicos, sentimentais e psicológicos.

Quanto ao elemento situacional enquanto enquadramento atual nestas situações passará por perceber as condições atuais em termos pessoais assim como o enquadramento do meio social e familiar em que a vítima se insere atualmente. É naturalmente relevante neste caso perceber, não só a integração da vítima no meio em que se insere, mas também o apoio que dispõe ou a vontade de se manter em território Português.

Por fim, neste contexto, o elemento cultural é um fator de particular preponderância a ser considerado pelos técnicos visto as claras dificuldades que poderão ter dele derivado, nomeadamente a dificuldade de comunicação, o acesso a comunidades fechadas, elementos culturais que consideram um sexo como superior a outro. Nesse sentido é determinante a preparação do técnico social para um processo de mediação que permita à vítima de violência doméstica uma ponte entre a cultura de origem e os seus direitos intrínsecos, valores e legislação de à luz da cultura de receção, neste caso a cultura Portuguesa. "Os mediadores interculturais, do nosso ponto de vista, não podem evitar

participar, gerindo uma distância ótima entre o estar dentro e o estar fora. Eles não podem nunca ser neutros [discurso vulgar; senso comum muito reproduzido] em locais/situações em que a injustiça, a violência e a desigualdade são reproduzidas.” (Marques et al., 2020 p.27). A mediação, sob o fenómeno de violência doméstica na população imigrante, tem que se constituir como um instrumento que permita capacitar a vítima para que esta encontre uma solução de sucesso para a situação que está a passar. O mediador surge, nesta situação, como alguém que a ajuda a vítima a desenvolver capacidades para ultrapassar tudo o que passou e conseguir capacitar-se numa cultura que não é a sua e num país que, por vezes, não conhece e que não tem suporte familiar. Sintetizando o trabalho de um mediador intercultural para com as vítimas de violência doméstica, podemos afirmar que este é um estimulador/facilitador de laços sociais.

### **Da reintegração à inclusão social das imigrantes vítimas de violência doméstica**

As marcas deixadas pela violência doméstica são irreversíveis e a terminologia legal de “resolução de processo” indica nada mais que o fim de uma etapa legal. De facto, o processo relativo à resolução de um caso de violência doméstica pode nunca estar terminado, sendo que a vítima poderá ter efeitos sociais, psicológicos, físicos ou económicos até ao fim da sua vida. “(...) não apenas, efeitos físicos e psicológicos diretamente associados à experiência de vitimação, como também, consequências sociais resultantes da desorganização total ou parcial dos seus projetos de vida” (Amaro, 2015 p.23).

Uma conceptualização interessante é a referida por Amaro na perspetiva da desorganização dos projetos de vida. Nesse sentido, independentemente da resolução dentro dos tramites legais previstos e do apoio inicial, temos de considerar dois aspetos. O primeiro aspeto a considerar é a colocação em pausa ou bloqueio dos projetos de vida que a vítima tinha em andamento, prévios à ação de violência doméstica, sobre os quais poderá ter dificuldades ou nunca os retomar. Um segundo aspeto é, naturalmente, a inclusão social em detrimento de um processo simplificado de reintegração. O que queremos dizer com esta premissa é a que a vítima deverá ser incluída na comunidade considerando-se membro pleno e não reintegrada como um elemento externo.

Nesse seguimento é imperativo o permanente acompanhamento da vítima no seu processo de inclusão social e no seguimento dos seus direitos constitucionais à proteção na saúde, segurança social, habitação, educação, etc. Apesar de algumas leis e normativas mencionarem os termos “reintegração” ou “integração” como sinónimos legais de inclusão preferi nesta dissertação seguir a nomenclatura correta de inclusão em detrimento de termos integrativos, em linha com a Estratégia Portugal 2020.

Apesar de existir alguma legislação em data anterior a 1991 (data em que Lei n.º 61/91, direcionada para a violência contra a mulher), Guerreiro et al. (2015) referem que até 1991, existia pouca legislação sobre a proteção das vítimas de violência doméstica e a promoção da sua inclusão social. Estes fatores promoviam a possibilidade de estas vitimas caírem em situação de pobreza e exclusão social. Esta situação prendia-se com a situação de dependência financeira do parceiro agressor, associada à possibilidade de crítica social na comunidade em que se inseria.

De salientar que foi em 1991 que surgiu a Lei n.º 61/91, direcionada para a violência contra a mulher, que vem garantir os mecanismos legais, apoio por parte de instituições públicas e sociais, apoio na saúde e ainda adiantamento de indemnizações.

Em 2003 a resolução de ministros do XV Governo Constitucional reforça em coordenação com o Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social e associação Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Coordenação Nacional para os Assuntos de Família, o plano interventivo direto do estado no campo da inclusão de vítimas de violência doméstica. Desta resolução de ministros saem particularmente reforçados os seguintes campos:

- sensibilização das entidades competentes, nomeadamente do ensino universitário para a importância da inclusão de módulos sobre violência doméstica em cursos universitários e de formação profissional para futuros(as) profissionais;
- Formação contínua e multidisciplinar, dirigida a todos os grupos alvo que, de algum modo, têm contacto ou estejam envolvidos no atendimento e proteção de vítimas de violência doméstica;
- Inclusão obrigatória na formação na área da igualdade dirigida aos mais diversos públicos, instituições e autarquias, de um módulo sobre violência doméstica;
- Sensibilização dos magistrados para a aplicação da medida de coação de afastamento do agressor
- Estabelecimento de medidas legítimas de intervenção policial

- Reforço da segurança das Vítimas de violência doméstica

Esses procedimentos vêm em linha com os direitos e garantias das vítimas anteriormente preconizados. Ou seja, a partir deste momento verifica-se uma clara adaptação a uma realidade mais informada e com mais dados investigativos e mais claros que revelaram a necessidade de adaptação. No entanto, a ação que deve ser destacada foi a capacidade resolutiva dos procedimentos de inclusão presentes na resolução de ministros. A necessidade de verificar a violência doméstica não apenas como uma situação de emergência social, mas evoluindo o conceito para uma visão posterior à situação de emergência e revelando o conceito de “novo projeto de vida” posterior à resolução, para as vítimas. O estado compromete-se no apoio a este modelo revelando, pela primeira vez, medidas concretas para potenciação da inclusão das vítimas de violência doméstica. Destas medidas dá-se o enfoque às seguintes:

- Reestruturação do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (Linha Verde), garantindo a prestação de um serviço de apoio eficaz, todos os dias da semana, vinte e quatro horas por dia;
- Incremento da rede nacional de casas de apoio;
- Regulamento interno das casas de abrigo, acautelando, nomeadamente, a qualidade dos serviços prestados, as condições de abertura, de funcionamento e de fiscalização;
- Facilitação do acesso de mulheres vítimas de violência doméstica a programas de pré-formação e formação profissional, bem como a outras formas de apoio para inserção no mercado de trabalho;
- Acesso efetivo de vítimas de violência doméstica a unidades de saúde de aconselhamento e tratamento clínico e psicológico;
- Criação de gabinetes de atendimento e tratamento clínico de famílias disfuncionais;
- Acesso à habitação social;
- Investimento na investigação do fenómeno da violência doméstica.

Nesta perspetiva conseguimos ver que, no caso português, cabe ao Estado garantir os processos de inclusão das vítimas de violência doméstica empoderando as vítimas no campo da educação, empregabilidade, saúde e habitação. Todos estes processos apoiados por profissionais e instituições formadas para o fenómeno através de elementos investigativos recorrentes e contemporâneos de forma a estarem os mais adaptados para um apoio ao processo de inclusão social.

## Capítulo II

### Objetivos e metodologia

Neste capítulo pretende-se enquadrar as metodologias utilizadas no decorrer desta investigação tendo em conta os objetivos a que nos propusemos.

Numa primeira fase apresentam-se os objetivos a atingir no presente estudo sendo que posteriormente foi feita uma descrição das técnicas utilizadas para atingir esses mesmos objetivos da forma mais sustentada possível.

Procurou-se validar todos os campos tendo em conta anteriores pesquisas em metodologias de investigação em ciências sociais de forma a aproximar as ferramentas de recolha de dados às necessidades transversais desta investigação.

Por fim e visto que não se encontraram dados quantitativos, devidamente sustentados, sobre a violência doméstica na população imigrante, fez-se uma análise à população vítima de violência doméstica e população imigrante de forma a encontrar denominadores comuns que permitissem aproximar a nossa amostra à realidade da população em Portugal.

#### Objetivos do estudo

“A violência doméstica entre parceiros íntimos (VPI)<sup>4</sup> é considerada, a nível internacional, como um problema social de grande relevância.” (Dias, 2018, p.1) Em Portugal, com o passar dos anos, a imigração tem vindo a aumentar, sendo que “A existência de oportunidades no mercado de trabalho (...) em território nacional ajudam a explicar a escolha de Portugal como destino migratório.” (Vieira, Margarido, & Marques, 2013, p.20).

Com o crescimento do leque sociodemográfico, presente em Portugal e sendo a violência doméstica, uma problemática tangente à sociedade no seu todo, tanto a nível nacional como a nível internacional, é perceptível que ao aumentarmos os números da população imigrante, também iria aumentar a taxa de violência doméstica.

A resposta que é denominada por gabinete de apoio à vítima procura certificar “a segurança e a salvaguarda da vida privada da vítima” e empoderar a mesma, estabelecendo condições de bem-estar que não são garantidas em contexto familiar. (Dias,

---

<sup>4</sup> Tradução do conceito *Intimate partner violence (IPV)*

2018, p.36) Além destes gabinetes, o trabalho que é feito com estas vítimas envolve mais respostas sociais, sendo assim feito um trabalho em rede em que, por vezes, a vítima contacta com vários profissionais, de forma que todos os serviços necessários para o sucesso do caso em questão, consigam dar o seu contributo.

Ao lidar com este leque de profissionais, a vítima, por vezes, “defende-se” devido à sua fragilidade e perda de confiança para com os outros e é nesta fragilidade em que os técnicos e serviços se veem frente a frente com a vítima, que a mediação se “constitui um instrumento de capacitação dos indivíduos e dos grupos para agirem sobre as suas próprias vidas e sobre a transformação que desejam” (Vieira, et al., 2020, p.117), é por isto, que a mediação se faz sentir primordial no acompanhamento de uma vítima de violência doméstica.

Nesta investigação, objetiva-se falar de mediação no ponto de vista da mediação intercultural. No presente estudo a mediação surge em vários prismas e um dos que merece o destaque, é a mediação entre diferentes culturas, visto que a finalidade deste trabalho é estudar a vítimas imigrantes e foi nesse sentido que o mesmo emergiu. “A Mediação Intercultural (...) enquanto mediação mais preventiva, mais comunitária, mais emancipadora, mais autonomizadora” vem ajudar os técnicos sociais a conseguir trabalhar de forma a combater o choque cultural das vítimas imigrantes em Portugal, “uma vez que é capaz de «pôr-se no meio» que é exatamente o contrário de colocar-se «à distância»”. (Vieira, A. & Vieira, R. 2016, p. 61-62).

Assim, devido à escassez de estudos neste campo e à pertinência da temática apresentada, definimos o seguinte objetivo geral:

**Compreender o processo de acompanhamento de vítimas de violência doméstica imigrantes, e o papel de mediação intercultural ao longo da intervenção social;**

Definimos, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Entender a dinâmica dos serviços de apoio;
- Perceber o papel dos técnicos de acompanhamento;
- Compreender os procedimentos que se estabelecem entre serviços, técnicos e vítimas;
- Compreender os processos de mediação intercultural que se estabelecem ao longo do processo de acompanhamento;
- Perceber quais as perspetivas de futuro das vítimas.

Tendo como base estas premissas a linha de raciocínio comum para todos os objetivos desta investigação andam em torno da relação entre os elementos interventivos dentro das instituições de apoio à vítima e as próprias vítimas. Considerando naturalmente as dificuldades inerentes às vítimas por se enquadrarem num meio cultural diferente ao seu, com especificidades sociais, legais e demográficas diferentes das habituais.

Procura-se, no fundo, perceber os procedimentos e estratégias de intervenção dos vários profissionais ao mesmo tempo que avaliamos, pela descrição das vítimas, traços de processos pelos quais elas passaram que validem as ações dos técnicos como mediadores, assim como das instituições de apoio.

Em última instância, desta forma, também pretendemos perceber ao analisar as perspetivas futuras das vítimas quais os efeitos do acompanhamento no presente que permitam delinear um futuro mais inclusivo em termos sociais

## **Metodologia, técnicas e procedimentos de recolha de dados**

*“Método é o caminho pelo qual se atinge um objetivo; programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado (...)” (FERREIRA, 1987 p.1386)*

Foi necessário planear a melhor metodologia a aplicar para se garantir a prossecução dos objetivos traçados para este trabalho, sem descurar todos os elementos inerentes não previstos que pudessem emergir no decorrer da investigação e que viessem acrescentar valor à mesma.

Nesse sentido, e tendo em conta os objetivos previamente delineados, e as características que deveriam ser abordadas ficou claro que deveria optar-se por uma metodologia de investigação qualitativa.

A escolha desta metodologia permite-nos a “compreensão dos comportamentos a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação” (Bogdan e Biklen, 1994 p.16) acrescentada ao facto que extrapolar os fatores externos aproxima-nos do objetivo de “recolher normalmente os dados em função de um contacto aprofundados com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais” (Bogdan e Biklen, 1994 p.16).

Inerente a esta metodologia tivemos em conta um papel ativo e presente na recolha de dados nos ambientes em que se encontra o público em questão visto que esta metodologia está diretamente associada à utilização de “(...) múltiplos métodos de recolha de dados e que são interactivos e humanistas; há uma participação activa do investigador e uma sensibilidade para com os participantes no estudo” (Bento, 2012 p.2).

Assim sendo, o investigador surge como observador participante no sentido em que decide avaliar o discurso e tomar um conjunto de ações mediadas no sentido de se aproximar dos objetivos pretendidos. “O investigador é parte integrante do fenómeno social que investiga (...) temos que equacionar também esta relação peculiar entre o investigador e o objecto de investigação. O investigador não pode ser totalmente alheio, independente e neutro, em relação aos fenómenos educacionais que estuda, pois participa neles sempre com os seus valores, crenças e ideias, pelo que deve tentar integrar-se no contexto de estudo, fazendo parte “natural” do cenário” (Miranda, 2009 p.35).

## **Entrevista**

A entrevista é uma técnica particularmente relevante para este tipo de investigação “[...] para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos. “(Amado, 2014 p.207) naturalmente é uma ferramenta preponderante quando se pretende uma investigação com características exploratórias em ciências sociais pois “[...] os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos métodos fundamentais de comunicação e de interação humana.” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p.191).

Acrescentam ainda Quivy e Campenhoudt ao serem corretamente valorizados permitem ao investigador retirar elementos de pesquisa aprofundados de reflexão matizados potenciados por uma relação entre o entrevistador e entrevistado (Quivy e Campenhoudt, 1992).

No seguimento desta investigação optou-se pelo uso de entrevistas semiestruturadas sendo que dessa forma “o investigador faz sempre certas perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequencia ou introduzir novas questões (...)” (Moreira,1994, p.133) , ou seja, desta forma o investigador enquanto elemento participante na conversação tem a capacidade de ler o plano emotivo e discurso do entrevistado de forma a procurar a informação que era pretendida assim como outros elementos adicionais não previstos que poderiam ser preponderantes no decorrer desta investigação. Desta forma, “Numa entrevista semi-estruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas,

onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas fá-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa” (Miranda, 2009, p.42)

Na aplicação das entrevistas foi aplicado um método misto derivado da possibilidade de encontro presencial com alguns dos elementos a entrevistar. Existiu sempre uma preferência para que as entrevistas fossem elaboradas em ambiente presencial, passando depois para um conjunto de entrevistas por meios digitais aquando da impossibilidade de encontro entre o entrevistador e o entrevistado.

Através da entrevista procurou-se perceber as vivências, experiências, *background* e contexto de cada entrevistado num contexto informal, mas delineado de forma a ter várias perceções sobre uma temática que deriva muito das experiências individuais. Não obstante das vivências diferenciadas procurou-se conduzir a entrevista de forma a obter um conjunto de fatores transversais aos vários entrevistados para aproximar os dados recolhidos aos objetivos pretendidos pelo estudo.

As entrevistas foram aplicadas a dois públicos com diferentes contextos, mas pertencentes ao mesmo universo de estudo pela sua direta relação, neste caso as vítimas de violência doméstica e os técnicos que trabalham com vítimas de violência doméstica.

De forma a garantir a correta direção do processo de entrevista, foram delineados dois guiões (apêndice A e apêndice B) de forma a orientar as entrevistas tendo em conta os públicos presentes no universo de estudo. O guião, segundo Amado (2014, p.214), “resulta de uma preparação profunda para a entrevista, além de ser um instrumento que, na hora da realização da entrevista, ajuda a gerir questões e relações. Por isso, nele constam a formulação do problema, os objetivos que se pretendem alcançar, as questões fundamentais (orientadoras) numa ordem lógica ou prática, e as perguntas de recurso a utilizar apenas quando o entrevistado não avançar no desenvolvimento do tema proposto ou não atingir o grau de explicitação que pretendemos.”

Desta forma as entrevistas pretenderam recolher informações sobre as vivências particulares das vítimas de violência doméstica e a sua relação com o fator fragilidade que a imigração lhe pudesse acrescentar assim como as perspetivas dos técnicos na ótica das dificuldades acrescentadas ao fenómeno da violência doméstica pelo fator imigração nomeadamente nos processos administrativos, burocráticos, comunicacionais e familiares.

## **Método Biográfico**

Segundo Dias, I (2020) o método biográfico e narrativas, permite-nos, compreender de que forma o nosso universo de estudo não só representa a realidade, como constrói as suas experiências, passadas ou presentes, de violência.

Nesse sentido o entrevistado surge como elemento representativo de um determinado público, não obstante de para chegarmos a uma produção de conhecimento científico tenhamos de ter a noção que a experiencição do entrevistado, apesar de ser um válido contributo, deriva diretamente da sua experiência pessoal que não poderá ser considerado na totalidade como fator denominativo, mas como denominador comum.

A este método acrescenta-se ainda o impacto de reconsciencialização sobre a sua experiência como refere Dias, (2020 p.5) “Através dela, homens e mulheres reviram as suas experiências de violência familiar, como se tudo ora encaixasse num todo significativo, ora emergisse como descontínuo, ou ambas as coisas. Ao reconstituírem a vida sob a forma de uma história, os sujeitos tornaram-se então mais conscientes do(s) significado(s) das suas experiências de violência doméstica.” Tivemos que ter em consideração estes aspetos ao longo das entrevistas tendo em conta a suscetibilidade/sensibilidade que o entrevistado pudesse ter.

Desta forma pretendeu-se conhecer o passado das vítimas estruturando as entrevistas de forma a que fosse contada a sua “história”.

## **Pesquisa documental**

Como em qualquer pesquisa é necessário que o método de investigação tenha uma base prévia fundamentada em relação a investigações prévias à mesma. A metodologia mais transversal para a análise do estado da arte de qualquer pesquisa é a pesquisa documental no sentido de verificar o que foi desenvolvido anteriormente pelos *peers* dificilmente encontrada em trabalho de campo (Gil, 1989, p.50).

Nesse sentido, ao longo deste trabalho foram consultados diversos artigos e livros no sentido de planificar da forma mais clara os objetivos e questões de partida seguindo algumas premissas previamente expostas por alguns dos investigadores nas áreas de imigração e violência doméstica enquanto fenómenos individuais e em consonância. Naturalmente alicerçado a esses elementos tivemos de ter em conta elementos jurídicos e legislativos presentes em diversas fontes de direito nomeadamente o Direito Internacional, europeu, constitucional, leis e normativas.

Dias (2020, p.1) refere que: “A violência doméstica constitui um domínio de pesquisa novo. Só recentemente é que foi identificada como objecto de análise científica e de medidas de política social.”

Nesse sentido, verificamos ao longo desta pesquisa e derivado do objeto de estudo ser a consonância entre dois fenómenos sociais específicos, neste caso “imigração” e “Violência doméstica” que a bibliografia sobre violência doméstica na população imigrante era quase inexistente, e por essa razão tivemos de procurar encontrar elementos na bibliografia individual das duas temáticas “violência doméstica” e “imigração”.

### **Caracterização da População e amostragem**

*“Uma população é uma colecção de elementos que partilham características comuns e é delimitada por critérios de selecção desses elementos” (Freixo, 2011, p.186)*

Num estudo sociodemográfico sobre o qual se insere uma população numérica, mas sobre a qual o fator experiênciação é altamente personalizado e se pretende encontrar fatores delimitativos transversais aos objetivos apresentados temos de definir de forma muito detalhada como refere Freixo (2011, p.186) os “critérios de seleção” dos sujeitos em estudo. Assim “Não sendo possível abranger toda a população que se quer estudar, então será necessário definir uma amostra” (Marques, 2009, p.77). A esta amostra, chamámos sujeitos em estudo pois não é uma amostra representativa, ou que permita generalizações. São sim casos concretos, individuais e cada um com as suas especificidades. No entanto, foram definidas algumas características de partida para a definição das pessoas a entrevistar, nomeadamente no que concerne à nacionalidade (tendo em conta o fator de ser imigrante); sexo; idade e contexto familiar.

### **Análise das nacionalidades a abranger**

Como referido anteriormente a população imigrante em Portugal segundo a Pordata representa atualmente cerca de 5% da População nacional com 661.607 indivíduos de nacionalidade estrangeira em contexto legal, sendo que não podemos ignorar o facto de existir uma população imigrante sobre a qual não temos dados concretos pelo fato que não se encontrarem num contexto legal.

Em contextualização histórica, segundo Vieira, et al. (2020, p.17), Portugal a partir de 1980, para além da sua componente de país de emigrantes passou a receber um

número expressivo de imigrantes. Mesmo que desde o século XVI já recebesse populações de África, apenas no período mencionado se verificou uma clara consolidação dos fluxos migratórios de várias nacionalidades.

Acrescenta-se ainda que, segundo Margarido, C., Marques, J. e Vieira, R (2013 p.18) verificamos que existe um “(...) processo de transformação das origens geográficas dos imigrantes que começam a provir maioritariamente da Europa de Leste, em especial da Ucrânia, e do Brasil.”

Nesse seguimento, Vieira, *et al.* (2020, p.19) ao tratar da suplantação da população imigrante africana em Portugal pela já referida de “leste” e brasileira refere que “Em 2003, o principal grupo de imigrantes deixou de ser de um país de língua Portuguesa em África e passou a ser originário de um país que até à data se tinha mantido à margem dos principais fluxos de entrada: a Ucrânia. A Moldávia e a Roménia (...) tornaram-se também relevantes países de origem dos migrantes (...)” sendo que os mesmos autores acrescentam ainda que (...) os migrantes da Ucrânia continuam, juntamente com os imigrantes do Brasil e Cabo-Verde, a ser os grupos de imigrantes numericamente mais expressivos em Portugal.”

<b>Tabela 1 - Principais grupos populacionais Imigrantes em Portugal</b>		
<b>Pais de origem   Zona geográfica</b>	<b>Total da população em 2020 residente em Portugal em Contexto Legal</b>	<b>Nº de elementos representativos escolhidos</b>
Brasil	183.875 Imigrantes	1
Europa de Leste (inclui - Moldávia, Ucrânia, Roménia)	203.699 Imigrantes	1
Reino Unido	46.238 Imigrantes	0
Itália	28.159 Imigrantes	0
Índia	24.548 Imigrantes	0
China	26.055 Imigrantes	0
Espanha	16.981 Imigrantes	0
França	24.935 Imigrantes	0

Africa (inclui – Angola; Cabo-Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; S. Tomé e Príncipe	58.855 Imigrantes	1
--------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------	---

Dados retirados de - Pordata (2020)

Validamos com o quadro acima a primeira premissa da análise, a nacionalidade, que nos refere maioria dos grupos populacionais sobre os quais devemos incidir pela sua representatividade, expressão e diversidade em Portugal, neste caso as populações vindas da europa de Leste, Brasil e África tendo em conta a sua expressão populacional dentro da população imigrante como um todo e as limitações deste estudo em ter fácil acesso a elementos destas populações em contexto de violência doméstica.

### **Análise dos sexos a abranger**

*“A apropriação do conceito de violência de género contra as mulheres, pela maioria das instituições europeias e das organizações não governamentais (ONG) de vários países, reflete a influência do paradigma feminista na abordagem da VPI (Violência entre parceiros íntimos).” (Dias, 2018, p.14)*

Como refere Dias (2018, p.18), apesar das instituições europeias considerarem apenas o conceito de violência entre parceiros íntimos intrinsecamente ligada á violência perante as mulheres, desde o final dos anos 70 e início dos anos 80 surge uma perspetiva validada que a violência de género não é algo exclusivo às mulheres enquanto grupo afetado. No entanto essa mesma premissa quando reanalisada por dias na perspetiva de Pagelow, 1981; Walker, 1989 e Yllo,1993, considera a mulher não como a vítima exclusiva, mas como predominante nos crimes de violência entre parceiros íntimos.

Seguindo essa premissa recorreremos aos números para avaliar a proporcionalidade no caso português de forma a avaliar o género de sujeitos que deveríamos ter em conta:

<b>Tabela 2 - Casos de violência doméstica por género em Portugal</b>			
<b>Género</b>	<b>Nº de casos</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Nº de elementos representativos escolhidos</b>
Masculino	4. 410	17,4%	0
Feminino	20.912	82,6%	3
Total	25.322	-----	-----

*Dados retirados de – Instituto Nacional de Estatística (2020)*

Após a análise acima presente definimos mais um denominador para a seleção dos sujeitos em estudo, neste caso, que os 3 sujeitos de análise deveriam ser mulheres. Esta premissa não ignora o facto de existir violência de género também aplicado aos homens. Não obstante para considerações futuras consideramos pertinente a existência de estudos aplicáveis diretamente à análise deste objeto de estudo exclusivamente à população masculina.

### **Análise das idades a abranger**

*“(…)a idade pode interferir na representação da VDCM (violência doméstica contra a mulher), pois sofre influência do contexto histórico cultural, e que o fenómeno da VDCM se reproduz de forma intergeracional.”(Silva, C. et al., 2016, p.2)*

A análise da idade é um fator preponderante para a análise da população no sentido de conseguirmos compreender elementos de adaptação nos processos de mediação da vítima tendo em conta fatores de experientiação e adaptação ao indivíduo. Nesse seguimento procuramos analisar as idades com maior incidência nos casos de violência doméstica, apesar de como Silva (2016, p.2) refere, ser um fenómeno “*intergeracional*”.

<b>Tabela 3 - Casos de violência doméstica por idade em Portugal</b>	
<b>Idade</b>	<b>Nº de casos</b>
0 – 3	203
4 – 5	123
6 – 10	504
11 – 17	986

18 – 24	942
<b>25 – 34</b>	<b>1499</b>
<b>35 – 44</b>	<b>1926</b>
<b>45 – 54</b>	<b>1595</b>
55 – 64	1046
+ 65	1624
NS/NR	2645

*Dados retirados de – APAV (2020)*

Tal como refere a APAV (2020) ao analisar os dados da presente tabela “As faixas etárias mais frequentes situavam-se entre os 25 e os 54 anos de idade. Nesse sentido foi uma opção deste estudo, enquadrar as vítimas a analisar nesta faixa etária.

### **Análise do contexto familiar**

Uma das questões de partida deste estudo leva-nos a questionar o meio familiar então obstante da análise da situação familiar transversal às vítimas de violência doméstica, na perspetiva da investigação decidiu-se para este estudo que as vítimas deveriam ter filhos de forma a medir o impacto que os mesmos poderiam ter na sua vida e situação atual.

### **Sujeitos em estudo**

Os sujeitos em estudo são 3 mulheres vítimas de violência doméstica, imigrantes residentes em Portugal (uma africana – Angola; uma Brasileira; uma da Europa de Leste – Moldava), com idades compreendidas entre os 25 e 54 anos, todas com filhos. Quanto à residência atual entrevistámos especificamente vítimas na Zona de Leiria. Esta zona geográfica foi escolhida de forma intencional, por um lado para delimitar uma área de modo que fosse mais acessível aos investigadores ir ao encontro das pessoas a entrevistar.

Ainda, para reforçar a diversidade do público-alvo com que a investigadora colaborou, este abrangeu pessoas que estão em Portugal há anos diferentes, estando uma há 20 anos, outra há 4 anos e a última há 2 anos.

Tabela 4 – Enquadramento dos sujeitos em estudo					
	Nacionalidade	Sexo	Idade	Tempo que está em Portugal	Nº de Filhos
Vítima 1	Angolana	Feminino	40	20 anos	2 Filhas
Vítima 2	Moldava	Feminino	26	4 anos	1 Filho
Vítima 3	Brasileira	Feminino	44	2 anos	2 Filhos

### Técnicos de apoio social

*“(...) os técnicos de acompanhamento, devemos procurar ter uma intervenção preventiva de situações de violência doméstica, com um olhar cuidadoso sobre as reais causas e consequências do problema em questão.” (Marques, 2009 p.4)*

Além das pessoas entrevistadas e anteriormente referidas, a investigadora entrevistou ainda duas técnicas da Associação Mulher Séc.XXI, ambas psicólogas. A escolha dos técnicos desta associação prende-se com o fato destes trabalharem de forma multidisciplinar tendo conhecimentos de processos de mediação e vasta experiência a trabalharem com públicos de diversas nacionalidades. Acrescenta-se ainda o facto desses mesmos técnicos possuírem valências na avaliação psicológica em contexto infantil que lhes permitem adicionar uma perspetiva familiar na sua avaliação tendo em consideração o seu trabalho de proximidade com os filhos das vítimas.

Naturalmente que o atual *status* da Associação Mulher Séc. XXI é um elemento que acrescenta valor enquanto instituição pelo fato de ser atualmente uma das maiores instituições, de Portugal, a tratar a problemática da Violência Doméstica, sendo por já várias vezes condecorada nesse mesmo âmbito e no seguimento do reconhecimento público que possui. .

As técnicas em questão têm como formação de base a psicologia, sendo que em resultado das suas funções foram adquirindo ao longo dos anos um conjunto de formações no sentido de promover um trabalho com âmbito noutras áreas do saber, não obstante de trabalharem em proximidade com técnicos com outras áreas de formação.

De acordo com a Associação e com as técnicas **entrevistadas**, a Mulher Séc. XXI dá apoio a muitas vítimas imigrantes, assim, a sua ajuda além de passar por vítimas portuguesas, passa também por outras nacionalidades, maioritariamente, brasileiras.

## Capítulo III

### Parte Empírica e Resultados

Ao estarem concluídas, transcritas e categorizadas as entrevistas aos técnicos e às vítimas de violência doméstica, iremos, de seguida, apresentar, analisar e discutir os resultados relativos a cada categoria de análise, tendo como base as concepções teóricas expostas no primeiro capítulo.

#### 1- Relação Vítima/ Agressor

Como primeira categoria de análise definimos os aspetos relativos à relação entre as vítimas e os agressores, desta forma faremos, de seguida, uma análise aqueles que foram os aspetos mais relevantes acerca desta temática, que emergiram ao longo das entrevistas. Procurámos, então, perceber quais os motivos que levam a que a relação evolua de forma que apareça a violência que, não raras vezes, descamba num clima de mentira, desconfiança e terror.

De acordo com a APAV a violência doméstica engloba vários tipos, desde a violência física, à violência psicológica, social, sexual, financeira e perseguição.

O ciclo de violência doméstica, muitas vezes, evolui numa escalada que se inicia com injúrias, terminando na violência física, aumentando a frequência e gravidade no decorrer do tempo. Sendo um ciclo vicioso aquele em que se movem as vítimas de violência doméstica/conjugal que, embora pretendendo o fim da violência, não querem abandonar o agressor, mesmo quando a violência, de que são vítimas, se arrasta há vários anos e proporciona consequências devastadoras e segue o padrão de repetição e de escalada, definido como “o ciclo da violência” (Walter, 1979 in Borin, 2007).

Na violência psicológica, é perceptível que a vítima se encontra num clima de medo e terror, carregando consigo sentimentos de fracasso e rejeição, como é possível observar no discurso da vítima Brasileira “ (...)mas o que eu sofri com ele foi muita discriminação também pelo facto de eu ser brasileira, falava sempre, sempre do país, da cor, da raça, do país, dessas coisas. Sofria muita discriminação, às vezes, “zoava” com a filha, se ela queria ir estudar para o Brasil como se o Brasil fosse ... essas brincadeiras de mau gosto.(...) Ele, sim, facebook... já começou a sufocar, rebaixar e assim, ele não conversava, não explicava

*“não gosto disto”, talvez “eu quero que você faça isso”, nunca chegou e nunca reclamou de nada. Era sempre (...) sempre um ar triste, “não quero falar”, “tu és gorda”, “tu és tonta”, “tu és” isto, “tu és” aquilo, eu procurava o diálogo e ele não falava, nada. (...) Sim, foi muita mais agressivo porque ele agredia-me psicologicamente (...).”*

No que se refere à fase inicial da relação conjugal, a fase de namoro, o agressor normalmente age de forma diferente, mostra-se um indivíduo longe de ser capaz de recorrer à violência. Na maioria das vezes, o agressor só mostra a sua faceta de violento quando já vive com a vítima, pois *“Vistos de fora, os agressores podem parecer responsáveis, dedicados, carinhosos e cidadãos exemplares”*. (Machado e Gonçalves, 2003, p. 112). Tal como nos é referenciado pela vítima Angolana *“No primeiro, eu pensava que era um bom homem e pronto, a gente estava bem, mas, ele estava lá em Lisboa e eu sempre aqui, em Leiria. Não sei se é por causa da distância, que eu não reparava nada. Mas ao fim, de nos juntar, já começou a mudar. (...) Opa, foi mesmo quando ele estava a viver junto comigo. Mais ou menos, não sei...ano, mais ou menos, não estou a lembrar. Quando ele começou mesmo bruscamente, daí que descobri quem é ele. Ele afinal, se vê a ele, vê uma pessoa muito calmo... pensa que é boa pessoa.”* O próprio agressor, muitas vezes *“sente-se culpado, prometendo à companheira melhorias em relação ao futuro. No entanto, “não consegue modificar-se e, em consequência, renova o sentimento de culpabilidade, bebe e passa a agredi-la”*. (Costa, 2003, p. 98). Ou seja, é um traço comum ao longo das entrevistas o facto do agressor numa fase inicial da relação não demonstrar traços de violência na sua personalidade, mas tal como nos refere vítima Angolana *“depois começou a mostrar, ele próprio quem é ele”*.

Também a vítima Moldava refere que no início do namoro as coisas eram diferentes, para melhor *“quando não tinha o menino, mesmo com a mãe dele a arranjar problemas, era diferente. Ele sempre tentava falar contra a mãe dele, para não me magoar a mim, para não arranjar problemas, coisas assim. Quando nós saímos de casa dele e entrámos nesta casa, que arranjámos os dois, quer dizer que eu arranjei mais, mas ele me ajudou. Ele começou logo a mudar para mim, não falava comigo, tratava-me mal com as palavras (...)*. A este propósito, também a vítima Brasileira refere que *“ Mas eu não vim direto morar com ele, eu vim morar com uma amiga. Eu conheci e aí, gostei dele pareceu ser maduro. (...) Dentro de um mês, um mês mais ou menos ou dois, eu estava lá e ele já começou a mudar de comportamento (...).”*

Refletindo acerca destas afirmações percebemos que, no início, o agressor age de forma diferente, talvez para seduzir a vítima e assim conseguir conquistá-la até ao momento em que vivem juntos. Posteriormente o agressor torna-se mais possessivo, tendo assim uma atitude mais violenta para com a pessoa que divide uma relação.

Esta condição pode ter-se agudizado devido à pandemia, pois a pandemia por Covid-19 veio aumentar o tempo que as vítimas dividem o mesmo espaço com o possível agressor e, de acordo com Miguel Curado, “os pedidos de socorro das vítimas aumentaram após os três períodos de estado de emergência”. A este propósito, também a técnica Rita refere que “ (...) Neste momento estamos a ter, este mês de março tivemos 15 casos novos. E situações muito graves. Não sei se tem a ver com a pandemia, que agrava mais a situação em que as pessoas não predispõem de tanta paciência para aguentar o outro, nem paciência para conseguir resolver a situação.(...)”. (Curado, 2020, p.1) Perante estes dados, é possível entender que, na maioria das vezes, os agressores evidenciam a violência nos seus atos quando passam mais tempo com a vítima.

De acordo com a APAV (2012) , “a violência doméstica funciona como um sistema circular” e, maioritariamente, apresenta três fases: o aumento de tensão, o ataque violento e a lua-de-mel.

A primeira fase é vivida pela vítima como uma sensação de perigo iminente, isto é, esta fase caracteriza-se pela acumulação de ameaças, ofensas, humilhações e provocações e assim, a vítima é envolvida num clima de tensão e terror.

A segunda fase é assinalada pelo aumento dos maus tratos a nível físico e psicológico e são estas ações que tendem a acontecer com maior regularidade e intensidade ao longo do tempo.

Por fim, a lua-de-mel acontece quando o agressor se desculpa por tudo o que aconteceu e envolve a vítima de carinho e afeto. A última fase é, normalmente, uma das principais razões que fazem com que o ciclo de violência doméstica se mantenha, como é visível no discurso da vítima Angolana “ (...) *Eu até não acreditava, quando ele fazia isso, por isso é que lhe dei muitas chances. Porque ele, quando fazia, ele depois ficava bem comigo, tentava fazer as coisas como deve ser. Mas quando passa um tempo, volta outra vez. Enganava-me a mim. E eu, pronto. Como ele mostrava que estava tudo bem, e eu lhe dava chance. Pronto, deixava andar. Opa, isso acontece. Ele já vai mudar. Nada. Passa um tempo, e volta outra vez. (...)* e até pelo discurso da vítima Brasileira “ (...) *Eu acredito que as pessoas conseguem mudar, eu fiquei até ao final da relação porque também gostava muito dele, só que eu vi que eu já estava com uma depressão, já estava mal, entendeu? Já estava com uma depressão, dentro de um ano, acredito que já estava, eu fui medicada, me sentia muito inferior. A culpa que eu carregava, mas era pelo facto de (...)*” , que mesmo sofrendo violência psicológica através da discriminação e humilhação acreditou que poderia esperá-la um futuro melhor e que o seu ex-companheiro mudaria o seu comportamento.

Nestes dois casos, a fase da lua-de-mel é bem explícita, porque as vítimas acreditam que o agressor pode mudar e investem numa relação que, provavelmente, não vai passar de um clima de terror para elas mesmas.

A vítima ao viver neste ambiente pesado, de horror e pânico, desenvolve um conjunto de traços característicos, sendo um dos principais, a habituação àquela realidade, como é possível constatar através da afirmação da técnica Teresa “(...) *muitas delas também já tinham aquelas situações em casa, o que faz com que tudo aquilo seja normal para elas (...)*”.

## 2- Institucionalização das Vítimas

Na institucionalização das vítimas, a mediação é imprescindível é um processo mesmo necessário uma vez que, nesta fase, é necessário existir uma ponte entre as vítimas e a nova realidade que as espera, de forma a estas se adaptarem o melhor possível, respeitando sempre a fragilidade que as caracteriza naquele momento. “*Sempre que se fala em mediação, é comum emergir, em primeiro lugar, a ideia de posição intermédia, da presença do terceiro termo, “o terceiro” que se refere ao mediador como pessoa, ou à equipa que assume a função de ponte, ligação ou catalisador dos processos de mediação*” (Vieira e Vieira, 2016, p.65).

O ato de institucionalização das vítimas é algo que ainda nos dias de hoje, suscita bastante discussão entre os autores que investigam esta temática pois a vítima é que é obrigada a deixar o lar para ir para uma casa-abrigo. Nas entrevistas realizadas para esta investigação, esta questão também emergiu e a técnica Rita colocou em questão o facto de as casas abrigo serem destinadas a vítimas e não a agressores “(...) *É assim, quem devia sair de casa era o agressor, não é? Eu não consigo dizer nem bem, nem mal. Porque, conforme tá a nossa legislação, mesmo que o agressor seja retirado de casa, não existe casas abrigo para homens. (...)*”, Também a técnica Teresa colocou a possibilidade dos agressores serem sujeitos a algum tipo de tratamento, visto que estes comportamentos de violência podem ter origem num possível distúrbio a nível mental “ (...) *devíamos realmente começar a pensar noutras possibilidades e, realmente, no tratamento dos agressores. Claro que sabemos que há pessoas que não estão disponíveis para isso, se a pessoas não está disponível para o tratamento, é muito complicado, para efeitos terapêuticos. Mas sim, eu concordo que, por exemplo, os agressores tenham realmente programas, e existem programas para agressores, acaba por ser um tratamento quase e uma alteração, eu acho que sim. Também sabemos que há agressores que realmente têm problemas a nível*

*psicológico e psiquiátrico eles sim, deviam receber acompanhamento para isso. Não estou a dizer que a doença seja desculpa, não é, mas também temos que perceber também o porquê daquela pessoa. Mas sim, para já, sim, acho que a longo prazo temos que pensar noutra possibilidades. (...)” .*

Mas tal como refere Manita (2005), durante anos, a intervenção para com os agressores não foi bem vista por muitos profissionais que atuam próximo das vítimas e que consideravam, entre outros aspetos, que aqueles deveriam ser penalizados, não ajudados, e que os recursos humanos e económicos a mobilizar para a intervenção junto dos mesmos eram recursos que faziam falta para o apoio e a intervenção nas vítimas e, portanto, não deveriam ser aplicados nos agressores.

Para além disto, consideravam que desenvolver programas de intervenção para agressores seria quase como desculpabilizar o seu comportamento ou, até mesmo, desvalorizar a os crimes de violência doméstica perpetrados por eles.

Ao entrevistar a técnica Rita surgiu uma questão pertinente, a técnica colocou em questão a vontade das vítimas em ficar na casa onde vivem com o agressor, apesar dos maus tratos e da possibilidade de serem apoiadas num processo de institucionalização. A técnica, durante o processo de acompanhamento que faz, diariamente, a esta população-alvo, obtém respostas como “(...)Ah, eu sair de casa. Eu tenho medo dele, que ele lá apareça(...)”, concluindo que “(...)também há, muitas mulheres que não querem ficar naquela casa porque têm recordações muito negativas daqueles homens. Isto, às vezes, é muito fácil falar mas eu acho que às vezes, há uma percentagem das mulheres que querem sair e há uma percentagem de mulheres que querem ficar.(...)”.

Marisa da Silva Meireles (2012) no seu estudo “A integração em casa abrigo como forma de reorganização do projeto de vida”, enuncia que “As casas de abrigo revestem-se de grande importância pois oferecem à vítima a oportunidade de romper com a relação e de se tornarem mais autónomas(...)”. Esta investigadora admite que, para a vítima que a mesma entrevistou “(...) a casa abrigo foi o meio que lhe proporcionou atingir um fim que tão almejava mas para o qual não possuía os recursos necessários(...) , uma vez que a vítima entrevistada pela investigadora declarou que «(...) Mas lá está, sem dinheiro e sem poder ir trabalhar, nunca eu iria conseguir sair para tão longe. Nunca iria conseguir dinheiro para me instalar longe de casa com os filhos todos, sem nada, sem mobília, sem roupa, sem nada. Se não fosse assim, eu nunca iria sair, porque eu não tinha poder suficiente sobre o meu ordenado.”; “(...) A única maneira que conseguir isto tudo foi fazendo assim. Tal e qual como foi. Não havia outra maneira (...)» (...)”. Desta forma, Marisa Meireles acredita que a “(...) entrevista admite que a integração em casa abrigo foi fundamental

*para alcançar tudo aquilo que tem construído nos dias de hoje e que sem esta oportunidade não teria conseguido (...)*". (2012, p.39-40)

Para além deste contributo e considerando as entrevistadas desta investigação, reparamos que a opinião da técnica vai ao encontro do que foi dito pela entrevistada de Marisa da Silva Meireles, visto que a técnica da Associação Mulher Séc. XXI confirma que *" (...) temos a resposta de emergência e é bom, porque nós também conseguimos dar apoio psicológico àquelas pessoas , conseguimos dar uma casa, abrigo, comida e isso é muito bom, porque aquelas pessoas são retiradas da sua realidade, do nada e pelo menos, vão sentir que vão para um sitio seguro, é um sitio estranho, verdade, mas pelo menos têm um sitio onde dormir e comer. Eu acho que isso também deve tranquilizar, imaginando, pondo-me no lugar delas, acho que deve tranquilizar, porque estão em paz, pelo menos ali. (...)elas tentam fazer um plano de vida e ajudar as vítimas a ter uma casa, a ter um emprego, eu acho que isso também é muito bom, ter um apoio para um novo começo. (...)Para já as casas abrigo são a melhor resposta(...)"*.

Em conformidade com o estudo *"Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais: Revisão Sistemática da Literatura"* de Scheila Krenkel e Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, entendemos que as casas-abrigo revelam *"aspectos positivos (...), tais como o fato de as mulheres poderem se sentir ouvidas, apoiadas e do local contribuir para o seu empoderamento, no sentido de resgatar sua dignidade e potencialidades, no enfrentamento da violência"*.

### 3- Família

Para a realização deste trabalho, foram entrevistadas três vítimas de violência doméstica e a perceção da sua esfera familiar, foi essencial para percebermos os seus contextos de vida.

A vítima Brasileira vive com duas filhas, uma de 12 anos e a mais nova, de 8 anos. A vítima Moldava vive com o filho de um ano e com o agressor, tendo a irmã, a madrinha, o cunhado, os sobrinhos e ainda outros familiares a residir perto, na zona da Marinha Grande. Por fim, a vítima Brasileira não tem qualquer familiar em Portugal, tendo dois filhos, ainda jovens, que residem no Brasil.

Segundo Neimar de Figueiredo Albuquerque (2019, p.1) a *"violência doméstica não vem dos dias atuais, trata-se de um fenómeno muito antigo"* e, frequentemente, as vítimas de violência doméstica já assistiram a atos de violência ao longo da sua vida como, por

exemplo, na sua infância (como é o caso das filhas da vítima Angolana ” (...) *Olha, à frente de outras pessoas não, mas à frente das minhas filhas, já. (...) Não, a elas, não. Nunca. É só comigo. Só que eu ficava mal, e as crianças a assistir. (...)*”, tornando-se assim adultos mais frágeis. É possível observar este facto num artigo de Richard E. Tremblay publicado na Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância “Quando as crianças vivem continuamente no medo, elas se tornam muito sensíveis aos estímulos externos (por exemplo, os sons) e têm dificuldade” em recuperar as emoções menos positivas. Além destes autores, a experiência da técnica Teresa fá-la concordar com este fator “(...) *muitas delas também já tinham aquelas situações em casa, o que faz com que tudo aquilo seja normal para elas (...)*” e a técnica Rita ainda se arrisca a afirmar que, muitas vezes, a mãe da vítima não ajuda e, por vezes, ainda desvaloriza a situação “(...) *Há muitas mães, como eu já te disse no outro dia, dizem para a filha: - «Aguenta! Porque eu também aguentei, o teu pai também me maltratou.» Não é? Por isso, muitas vezes, as vítimas vêm aqui e elas não querem apresentar queixa. Por isso, é que a gente acompanha esta vítima e trabalha para ela apresentar a queixa e temos que explicar o que vai acontecer depois dessa queixa (...)*” e, como é claro nas palavras de técnica Rita , é isto que muitas vezes leva a vítima a não apresentar queixa, a falta de apoio familiar ou até mesmo o facto de ter crescido com a violência presente na sua realidade.

Os filhos, para além do que referi anteriormente, também têm bastante peso na decisão de apresentação de queixa ou não, a técnica Teresa fala deste fato no seu contributo para a investigação “(...) *também temos aqui a questão dos filhos, sustentar a elas e aos filhos, dar boas condições, está muito preso a isso (...) os filhos em si, os próprios filhos, elas pensarem, depois não vão ter um pai, não vão ter a figura masculina, ele... - “ah, ele é assim para mim mas para os miúdos, não é...”* e as repercussões temidas pelas vítimas e observadas no discurso anterior, são comprovadas no discurso da vítima Moldava “(...) *Os meus pais foram obrigados a mandar as coisas do meu país, só para tentar dar comida para este filho (...)*”. No discurso da vítima Moldava, esta fala sobre a necessidade de pedir ajuda aos pais, uma vez que o seu companheiro a controla e não lhe deixa aceder ao que ela necessita para educar e dar a dignidade necessária ao filho, logo é perceptível que por a entrevistada ainda viver com o agressor no momento em que cooperou com a investigação, sendo que já tinha feito a queixa, fazia com que a criança já estivesse a sofrer repercussões do ambiente em que vivia. Pierre Bourdieu (2007) mostra o quanto é prejudicial para a família este controlo do agressor perante a vítima pois entende que a dominação masculina encontra na sociedade as condições ideais para a sua disseminação, visto que certas mulheres ainda se colocam como dependentes e submissas ao sexo masculino, tanto no que se refere ao plano económico, social e cultural,

quanto à sua diferença de gênero. As mesmas consideram ainda o homem como seu dono, o dono da casa, dono das decisões. E a sociedade aceita e, por vezes, reforça a ideia onde a mulher é para alguns, ou muitos homens, considerada como objeto de poder pertencente à “ordem masculina”.

Em jeito de conclusão, referimos as palavras de Katherine M. Kitzmann, enquanto esta refere que “A exposição a formas menos graves de agressão pode afetar as crianças por meio dos mesmos processos identificados na pesquisa sobre conflitos familiares em geral, incluindo efeitos diretos, devido à falta de regulação comportamental e emocional das crianças, e efeitos indiretos, devidos a problemas com os cuidados parentais. Agressões mais graves tendem a ser traumáticas para as crianças, e por esse motivo os processos pelos quais produzem efeitos podem assemelhar-se mais àqueles identificados nas pesquisas sobre abuso e negligência na infância do que àqueles identificados nas pesquisas sobre conflitos familiares”. (2007, p.3-4)

#### 4- Mediação

Elisabete Costa et al. (2016, p.108) consideram que “enquanto processo de tratamento de conflitos a mediação pode ser restaurativa, reparadora, recriadora ou criadora (...)”. Ao falarmos em mediação nesta investigação, imediatamente somos levados a pensar as questões inerentes à nacionalidade das vítimas entrevistadas.

No entanto, e embora façamos de seguida um enquadramento relativamente a esta matéria, não é só nesta dimensão, da proveniência geográfica ligada à nacionalidade das vítimas, que a abordagem à mediação faz sentido neste trabalho. Conforme a técnica Rita., a cultura portuguesa é muito mais benevolente e não tão radical, como as outras “(...) *Porque ... a mulher portuguesa é a mulher que já tem muita ...mais empoderada e tem mais liberdade, a legislação, a nossa cultura não é tão radical como outras culturas, não é?(...)*”. Assim, no crime que é a violência doméstica, a mulher portuguesa também acaba por ser mais ágil e ter mais liberdade para conseguir sair desta bolha de violência. Similarmente ao que a técnica Rita enunciou, também Luiza Bairros<sup>5</sup>, doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República no Brasil afirma que “*Não é a violência que cria a cultura, mas é a cultura que define o que é violência. Ela é que vai*

---

<sup>5</sup> Bairros, L., *Dossiê Violência contra as Mulheres: Apresentação*. Consultado em 15 de Out. 2021. Disponível em <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>

*aceitar violências em maior ou menor grau a depender do ponto em que nós estejamos enquanto sociedade humana, do ponto de compreensão do que seja a prática violenta ou não.” Assim, podemos constatar de forma notória, que a cultura pesa muito na definição do que é a violência, porque a cultura define mentalidades e, conseqüentemente, o que é aceite, ou não, como violência pelo padrão cultural vigente.*

A técnica Rita, quando entrevistada, manifesta que *“(...) uma mulher de outra cultura, quando chega até aqui, sendo de outra cultura que não a portuguesa (...) Vou-te dizer que tenho algumas mulheres árabes, desses países, que vêm até nós, ainda ontem recebi aqui uma senhora, mas essa senhora para vir cá, já nem usa véu. Ela já consegue encontrar estratégias e para vir aqui, ela já é uma mulher empoderada, nunca me disse que ia voltar para ele ou por isto ou por aquilo. Mas, tivemos outras mulheres que da mesma família que essa, que esteve na casa abrigo, mas que regressou para ele. Isto tem a haver, tanto acontece com mulheres dessa cultura, como acontece com as nossas mulheres portuguesas.”.*

Marai Larasi, diretora executiva da Imkaan, organização não-governamental feminista negra e da End Violence Against Women Coalition (Coalizão de Combate à Violência contra Mulheres), sediadas no Reino Unido defende que *“As múltiplas formas de violência contra as mulheres estão baseadas ainda em sistemas de desigualdades que se retroalimentam, sobretudo em relação às questões de gênero, raça, etnia, classe(...)”*<sup>6</sup>.

No artigo *As principais violações aos direitos das mulheres no mundo* de 11/10/2011, Cecília Araújo declara *“No histórico desrespeito pelos direitos humanos em todo o mundo, as principais vítimas ainda são mulheres – de várias idades, raças e nacionalidades – apesar dos inegáveis avanços conquistados e de sua crescente participação política e econômica”* e assim percebemos que as mulheres que estão inseridas numa cultura mais radical não têm qualquer tipo de direitos e, tal como, é referido pela técnica Rita, quando estas vão pedir apoio é quase como um grito de ajuda, é uma demonstração de como estas mulheres se empoderaram e ao dar este passo, dificilmente olham para trás. Muitas situações de empoderamento sucedem em Portugal, porque o nosso país e a sua legislação respeitam tanto a mulher como o homem e todos os seus direitos, revelando-se assim um país facilitador da integração e adaptação de cultura radicais, tal como é possível perceber nas palavras de Rita Gomes Faria (2007), visto que a mesma fala num papel mediador de Portugal entre a Europa e o mundo árabe.

---

<sup>6</sup>Larasi, M., *Dossiê Violência contra as Mulheres: Reconhecimento*. Consultado em 15 de Out. 2021. Disponível em (<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>).

Um dos objetivos a que nos propusemos atingir quando iniciámos esta investigação, foi perceber o papel do técnico de acompanhamento e, neste ponto, os instrumentos de mediação são cruciais. Ao escutar a técnica Rita e a técnica Teresa, entendemos que um destes instrumentos é a comunicação.

A técnica Rita, a este propósito, refere “(...) *Será que eu sinto aqui, a diferença entre a mulher portuguesa e a mulher brasileira? Eu acho que é a língua, talvez a forma de comunicação, a linguagem, requer um determinado esforço da minha parte para explicar de uma forma mais minuciosa, mais delicada... não é delicada, porque a delicadeza temos que fazer com elas todas, não é? Mas se calhar tenho que me desdobrar mais da forma de comunicar, de repetir de formas diferentes para ela entender o que eu estou a dizer. Aí sim, há uma grande diferença, aí sim. A grande diferença é a de entendermos a própria cultura dela, isso tem que ser preciso(...)*”, assim como a técnica Teresa “(...) *Acho mesmo que, também é falar com a pessoa e tentar perceber. Porque, por exemplo, o que eu noto, às vezes, é a questão do vocabulário, às vezes, eu não sei o que a palavra quer dizer, por exemplo, e eu tenho que dizer: - «Olha, realmente eu não estou a perceber. Consegue explicar de outra forma, para eu entender?» Agora não posso, simplesmente, ignorar o que ela me disse. Se calhar, aquela palavra até tem um grande significado para eu entender o resto. (...)*”.

Em “*A Comunicação em Contextos Interculturais: A Excelência das Relações Públicas em Organizações Multinacionais*”, Juliane Estela Pierobon afirma que “(...) ao entrar em contato com uma cultura, é necessário que se haja um diálogo, respeito e reconhecimento das particularidades dessas culturas (...).”(2006, p.57-58) A comunicação é importante para o sucesso da mediação e para a evolução de uma sociedade intercultural, deste modo é notório que se deve olhar para “(...) *a interação e o diálogo como verdadeiros caminhos para o encontro efetivo e afetivo entre indivíduos e grupos, em vista da busca de convergências que possam fundamentar a construção de uma sociedade intercultural, onde todos, com suas diversidades tenham direito de cidadania.*” (MARINUCCI, cit. In Pierobon, J. 2006 p.58)

Além da comunicação, a empatia revela-se, também, fundamental para o processo de mediação intercultural. Entendemos a empatia como a capacidade de uma pessoa (neste caso o técnico) se colocar no lugar do outro (vítima) e compreender o que o outro sente. Para que isto aconteça é vital entender a cultura do “outro” tal como afirma a técnica Rita, quando admite que todo este processo “(...) *requer um determinado esforço da minha parte para explicar de uma forma mais minuciosa, mais delicada(...)*” A grande diferença é a de entendermos a própria cultura dela, isso tem que ser preciso” e da técnica Teresa

que declara “(...) é falar com a pessoa e tentar perceber (...)no sentido em que ter que haver respeito e tentar compreender a pessoa(...)Essa questão das culturas é um bocadinho sensível, porque eu acho que não podemos querer adaptar as pessoas a isso, nós temos é de entender a cultura deles. Eu acho que, realmente, isso é importante, agora de que forma, não sei, só se realmente cada técnico também tem que fazer o próprio trabalho, investigar aquela cultura, isso faz-me todo o sentido. Por exemplo, os árabes, elas usam burca e nós não, não é? Se calhar entender o porquê de eles usarem e realmente, integrar e perceber, não é? O porquê, as tradições, por exemplo as tradições deles, os árabes, realmente são muito fortes. Devemos entender o porquê, de onde é que isso vem, como é que lhes faz sentido, mesmo nós não concordando, não é? Também temos que perceber a cultura daquela pessoa, de onde ela vem para que também a possamos entender, de outra forma não vamos. Imagino que seja um erro até, muitas vezes, não propositado, recriminarmos, porquê que fazem aquilo, porquê, não é? Julgar um pouco a cultura, porque não a conhecemos e acho que realmente também é preciso fazer esse trabalho, para entender melhor. (...)”. Para além dos contributos das técnicas da Associação que cooperou com a investigação, no estudo de Juliane Estela Pierobon podemos ler que “somente será possível trazer a interculturalidade para um contexto real, em favor da cidadania, caso ela esteja contida de atitudes hermenêuticas, ou seja, da práxis e da compreensão, com a finalidade de descobrir todos os mecanismos, conscientes ou inconscientes e manifestos ou ocultos. Sem essa ótica, ficará difícil desencadear processos interculturais que possibilitem a interpretação e a compreensão de uma realidade social” (MARINUCCI, cit. In Pierobon, 2006, p.58).

## 5- Futuro da Vítima

Na intenção de atuar de forma a cumprir os objetivos a que me desafiei enquanto investigadora desta temática e sendo um dos mesmos conseguir ter a perceção de quais as perspetivas de futuro da vítima, foi colocada esta questão às mulheres entrevistadas, a que a vítima Angolana respondeu “(...). Então eu acho que isto vai melhorar, estamos numa situação muito difícil, da pandemia. Na fábrica onde é que eu trabalho, tudo junto, a gente fica preocupadas, se pode apanhar aquilo. O patrão não tem culpa, tem que se trabalhar, a gente fica sempre a pensar nisso, fica tudo apertado. Tanta gente a trabalhar junto, eu trabalho com muita gente. (...) Ah, eu não sei! Eu gostava daqui a 10 anos que as minhas filhas tivessem a vida delas e deixem-me, por exemplo, eu... viver porque quero que apareça alguém que gosta muito de mim, pra me fazer companhia (...)”, a vítima Moldava tem como objetivo “(...) lutar, arranjar uma casa, uma vida boa para(...)” ela e para o

*“(...)filho e, pronto... estar feliz naquela altura, só isso... ao pé (...)”* do filho e por fim, a vítima Brasileira declarou que idealizada o futuro *“(...) Trabalhando, acho que vou estar com os meus filhos. Eu tenho dois filhos, lá no Brasil, eu vim para cá por causa deles porque eu queria pagar a faculdade. Um tem dezoito, outro tem vinte. E queria estar com alguma formação, em estética. (...)”*. Como investigadora, quando me deparo com o contributo das entrevistadas para esta investigação, noto que as mesmas idealizam um futuro expectante, autónomo e feliz, certificando-se que os seus filhos não passam por períodos de instabilidade emocional.

Na investigação de Pedro André Jesus Martins, que tem como tema *“Jovens e a construção de projetos de vida”*, o autor escreve que *“O projeto pode ser conceptualizado como a representação de objetivos ou desejos futuros que, partindo de um conjunto de experiências passadas, organiza e confere sentido às ações presentes e quotidianas”*. (Mateus, cit. In Martins, 2019, p.5).

Assim, entendemos que os projetos de vida são de extrema importância e, para estas pessoas, que têm um passado que é pautado por um dia-a-dia problemático, conseguirem criar e seguir um projeto de vida, surge como um método crucial para conseguirem ultrapassar o passado.

## 6- Apoio à Vítima

Para dar início à análise da informação recolhida acerca desta categoria, podemos basear-nos numa frase dita pela técnica Rita *“(...) uma vítima, sabe que é vítima de violência doméstica porque lhe dizem (...)”*. Esta frase, no meu ponto de vista, espelha algo que é fulcral quando o assunto é o apoio à vítima, pois nem sempre a vítima se reconhece como vítima sendo fundamental o desencadear deste processo de conscientização. Por vezes as vítimas nem se apercebem que são vítimas.

A técnica anteriormente referenciada declara, ainda, que *“(...) Às vezes, aparecem pessoas que tu nunca dirias que elas seriam vítimas. Há vítimas que têm uma estrutura e uma capacidade a nível da personalidade, mas para aquela situação têm muita dificuldade em conseguir gerir (...)”*.

Em consonância com estas palavras, podemos ler o testemunho de Maria Aparecida Cury, titular do 1º Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar no Brasil afirma que *“A violência atinge mulheres de todas as classes sociais, independente de grau de escolaridade”*. (2018, p.1) A Lei 112/2009 do Código Penal Português, no seu

5º artigo diz que “Toda a vítima, independentemente da ascendência, nacionalidade, condição social, sexo, etnia, língua, idade, religião, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, orientação sexual, cultura e nível educacional goza dos direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sendo-lhe assegurada a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental”, este artigo tem o nome de **Princípio da Igualdade** e vem defender este princípio entre todas as vítimas, uma vez que como acima foi referido pela Sra. Juíza Maria Aparecida Cunha, a violência doméstica é transversal a todas as etnias, classes sociais, sexo, religião... é tangível a todas as pessoas.

Como já foi referido ao longo desta dissertação, a pandemia por covid-19 fez aumentar os casos de violência doméstica, também a técnica Rita veio confirmar este facto no seu contributo” (...) *Neste momento estamos a ter, este mês de março tivemos 15 casos novos. E situações muito graves. Não sei se tem a ver com a pandemia, que agrava mais a situação em que as pessoas não dispõem de tanta paciência para aguentar o outro, nem paciência para conseguir resolver a situação. São situações que são agressões físicas, psicológicas, stalking, onde há o controle do telemóvel, das redes sociais, da localização. (...)*” .

Ao dia 16 de Junho de 2020, “em declarações à Lusa, a secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, disse que o que recolheu das reuniões que manteve com as estruturas da rede nacional no período de emergência aponta para uma «agudização dos casos de violência que já preexistiam» em 70% dos casos” , o que vem comprovar as declarações da técnica.

O apoio à vítima e todo o trabalho envolvente, que se revela, imprescindível, inicia logo no primeiro contacto com a vítima, uma vez que, de acordo, com o discurso das técnicas entrevistadas, as vítimas muitas vezes não se reconhecem enquanto vítimas “(...) muitas vezes, há vítimas que chegam aqui e às vezes até eu chegar lá dentro, elas agarram o folheto e estão a ler o folheto e dizem assim: - «Olha isto é tal e qual ele, ele faz-me isto tudo, que tá aqui. Então, eu sou uma vítima!» É preciso informar, elas precisam ser informadas de que são vítimas. Há muitas vezes que as vítimas acham que uma bofetada, não é violência(...) E é preciso saber comunicar e saber trabalhar a vítima, porque elas chegam aqui, muitas vezes, muito frágeis e muito... como muitos medos, o que é que vão ouvir? E estar a contar uma coisa que é delas, só delas, da vida delas e vir transmitir a situação a pessoas desconhecidas. Por isso, inicialmente, nós temos que fazer o quebra-gelo para ver se ela acaba. (...) Por isso, é que a gente acompanha esta vítima e trabalha para ela apresentar a queixa e temos que explicar o que vai acontecer depois dessa

*queixa (...) Às vezes, as vítimas nem sabem para o que vêm. O apoio que elas procuram é, também, sentir uma força. Vêm à procura de uma informação, alguma estabilidade, porque sentem-se muitas vezes perdidas e procura de informação, para também saber com o que podem contar e, de que forma o podem fazer (...)O que elas procuram aqui, essencialmente, é ajuda, ajuda para resolver este problema (...)", declarou a técnica Rita quando foi abordada perante esta temática, assim como a técnica Teresa afirmou que "(...)na questão do apoio psicológico, também nós vamos trabalhando com elas nesse sentido e elas vão-se apercebendo, mas para elas, infelizmente, aquela realidade é tão normal (...)É preciso ganhar a confiança delas e estabelecer, realmente, uma a relação. Claro que ao início estão muito reticentes, eu acho que muitas delas, no fundo, se calhar até sabem, mas ainda está muito, ainda há um trabalho fazer, porque elas vão-se apercebendo aos poucos, mas é preciso também ir criando uma relação com elas, para elas se sentirem seguras e perceberem que realmente há ali uma pessoa que as possa ajudar. Nós na associação, fazemos muito isso(...)".*

Como é referenciado por CERA (2019, p.40) "A APAV tem por objetivo promover e contribuir para informar, proteger e apoiar os cidadãos vítimas de qualquer tipo de crime, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais, assentando num conjunto de objetivos como: proteção e o apoio a vítimas de crimes, especialmente as mais carenciadas, através da disponibilização de informação, atendimento personalizado e encaminhamento e ainda apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico ou contribuição para a adoção de medidas legislativas (...)" de forma gratuita e confidencial." O gabinete de apoio à vítima, "reconhecendo que os utentes que recorrem aos seus serviços têm necessidades específicas, que reclamam, por isso, intervenções especializadas, promove três tipos de apoio", o apoio jurídico, psicológico e social.

Na Associação Mulher Séc.XXI, sendo também um gabinete de apoio à vítima, o apoio é praticamente semelhante ao anteriormente apresentado, como podemos observar pelas palavras da técnica Rita "o tipo de apoio que elas aqui procuram é o apoio psicológico, o apoio social, o apoio jurídico, o encaminhamento para casa abrigo e informações, também. E algumas vítimas também depois vêm aqui à procura de apoio económico, até alimentos! Às vezes vêm aqui à procura de alimentos, a gente depois encaminha. Até para pagar a despesa, a água, a luz, a renda e a gente, faz a candidatura para um contrato ali na câmara e também, fazemos isso. Até as indemnizações, também fazemos aqui, a comissão de vítimas. (...) É acompanhando-a e trabalhando-a, empoderando-a e transmitindo algumas estratégias. Trabalhando a autoestima, a autoconfiança, a assertividade destas vítimas, de forma a mostrar que elas são capazes e que elas conseguem sair daquela situação e que elas não são escravas de ninguém, e que

*elas têm os mesmos direitos do que eles. (...) Eu acho que sim. Uma das dificuldades aqui, é ao nível económico. É. Eu acho que aqui, as dificuldades que mais encontro é a nível económico, porque muitas vezes estas vítimas se só existisse dinheiro, estas situações resolviam-se mais facilmente e depois, também, a saúde mental. É a nível económico e a saúde mental e também, tem a ver muitas vezes com o facto de não terem apoio à retaguarda, como o da família. (...)” e pelas palavras da técnica Teresa ” (...) É como quase dar uma mão, para elas entenderem que há outras vias, há outra possibilidade, isto não é justo uma pessoa viver em sofrimento a vida toda.(...) O apoio psicológico e apoio jurídico, realmente, por questões de divórcio, por questões do próprio processo de violência, também a divisão dos bens, a questão da regulamentação das responsabilidades parentais, não é? Por causa dos filhos (...) De que forma? De que forma, lá está, é... são vários apoios que nós vamos fazendo, elucidando, salientar e alertar para os perigos que ela está iminente e acaba por ser um pouco por alertado. Ouvindo, perceber realmente a situação dela, ter uma escuta, realmente, ativa e perceber, compreender aquela situação (...) o nosso tempo não é o tempo delas (...) Sim, mesmo para o futuro. Sim, claro, eu acho que nós realmente damos aqui uma luz, à vida das pessoas.(...) Eu sinto... usando uma metáfora, quando elas estão cá parece que estão num buraco negro, olham para cima e parece que vêm tudo preto e o que eu costumo dizer que se nós virmos bem as coisas, começam a abrir buracinhos, nós é que temos que procurar os buracinhos da luz, não é? E eu acho que nós ajudamos realmente a fazer isso, ver as coisas de outras perspetivas, abrir mais os horizontes e é isso que eu também tento fazer um bocadinho com elas (...)”*

Ao entrevistar as vítimas, o que foi perceptível, foi que as mesmas, quando procuram apoio pela primeira vez é, como diz a técnica Teresa “(...) um grito de socorro, muitas vezes (...) Às vezes, é só mesmo o pedido de ajuda em si (...) e, na maioria das vezes, o que as visadas procuram com mais urgência é o apoio psicológico e força para saírem da situação em que estão, como é possível observar no seu discurso. A vítima angolana referiu que “(...) Eu até quando fui à doutora, eu estava... até dava para matar-me, para suicidar. (...) eu estava desesperada (...). Alguém que me encaminhou, já não me lembro quem é, eu estava desesperada. Não, não me encaminharam. Quando me viram eu a sofrer, dessa situação, essas pessoas é que ligaram para a doutora. É que ligaram. Depois ligou-me e marcou reunião comigo. Alguém que ligou, alguém que ligou. Agora não sei se é apoio, se é proteção de jovens ou é segurança social, não sei. Mas alguém que ligou, tem de perguntar à doutora. Alguém que ligou, porque eu não sei de nada dessas coisas. Nunca me mexi na vida. Depois a doutora ligou-me e falou: “- Vem!”. E fui conhecer.(...)”, também a vítima Moldava admitiu que é “(...) protegida pela Mulher Séc. XXI, alguma coisa falo com a doutora, também tenho o meu psicólogo, também, o Jaime e quer dizer, eu já

*estou segura um bocadinho, acontece qualquer coisa a polícia também sabe, por isso é que estou segura um bocadinho (...): Quando eu meti a queixa na polícia? A primeira vez foi quando ele tentou tirar-me o filho com ela. Porque quem começou tudo foi ela mesma, não foi ele, atenção (...)*”.

A terceira vítima, a vítima Brasileira, mostrou outras perspectivas da violência doméstica, como o medo da ameaça, o medo e arrependimento que leva à retirada da queixa e, claro, o apoio psicológico “(...) *Eu nem me lembro, foi mesmo em 2019, depois em dois mil e ... eu não tenho a data certa. A primeira vez, eu pedi apoio porque eu vim morar com ele pouco tempo e ele batia nas coisas e dizia que me ia entregar para o SEF e essas coisas e eu não sabia na altura... mas depois, eu falei ... eu comecei a trabalhar e o patrão disse que não tinha nada a haver, que ele não podia me denunciar ou fazer qualquer coisa, eu fiz duas queixas, uma queixa... tirei! Mas depois eu fiz uma em 2020, eu tinha mudado de casa (...), aí depois ... e agora esta, que piorou tudo.(...)*”.

Ao longo desta categoria, foi possível atingirmos um dos objetivos propostos para esta investigação, o objetivo de compreender os procedimentos que se estabelecem entre serviços, técnicos e vítimas e é notório que realmente, os gabinetes de apoio à vítima fazem diferença no acompanhamento e na vida destas pessoas.

## 7- Relação com os Técnicos

A última categoria vai ao encontro do que foi exposto anteriormente, uma vez que, a relação com os técnicos revela-se firme e forte devido ao apoio que é prestado às vítimas. Como refere, ainda, Amaro (2015, p.83) “(...) o objetivo dos técnicos que trabalham nos refúgios é terminar com a violência, independentemente da mulher terminar ou não com a relação violenta”.

As vítimas desenvolvem uma amizade pelas técnicas e começam a ver as mesmas quase como um porto seguro e “(...) *Pois, afinal, a doutora Rita é minha amiga (...)*A doutora Rita é uma grande mulher e por aí, eu respeito.(...) *E eu acabei de desistir, foi mesmo a doutora Rita e mais colegas, que me ajudaram. (...)* Ah, não tenho mal. Aquelas são um anjo, epá. *Me ajudaram muito, me deram força, eu já te disse ...foram elas que me libertaram, essa coisa de pensar que ia matar-me. Não tenho razão de queixa deles. (...)* *Elas todas. Todas que trabalham naquele grupo, todas (...)*”, confessou a vítima Angolana, também a vítima Moldava “(...) *Sim, tenho uma boa relação. A doutora Rita não conheço tão bem, mas pelo menos com o Jaime... mas o Jaime conhece muito bem a doutora Rita por isso que eles estão ligados um ao outro. (...)*”, por fim, a vítima Brasileira mostrou que

também se sente grata às técnicas que a acompanharam “(...)elas é que me socorreram, senão fosse essa associação eu não sei o que seria de mim, entendeu? Tenho boas relações, tenho relação com uma, com outra. (...)”.

Devido, muitas vezes, à violência psicológica a que a vítima é sujeita, a mesma torna-se quase como dependente dos conselhos diários e das conversas para com as técnicas, esta é uma casualidade natural normalmente motivada pelas técnicas a aplicar por parte dos técnicos que Farias, R. (2014, p.77) enquadra como “ser empático, respeitar a confidencialidade dos casos, ter discernimento e tato, uma boa postura corporal e saber usar a linguagem verbal e não verbal), bem como por capacidades e competências (fazer uma boa gestão dos próprios sentimentos e de limites, ter facilidade em relacionar-se, possuir conhecimentos técnicos e operativos” este fator é perfeitamente legível no discurso da vítima Angolana “(...)E continuar a ter boas amigas, como o caso da doutora, para me dar conselhos e mais com a equipa delas, e contigo também! Que eu conheci agora! Por exemplo, a ti também, já é uma ajuda! Quando estou desesperada, o teu conselho já me ajuda(...)”.

## **Análise conclusiva e limitações do estudo**

A violência doméstica é uma problemática presente nos dias de hoje, que é traduzida em violência. Esta violência expressa-se desde agressões físicas, psicológicas, morais, entre outras e pode atingir todo o leque populacional, todas as classes sociais, todas as nacionalidades, faixas etárias e orientações sexuais.

Esta problemática, como foi dito anteriormente, pode fazer parte de dia-a-dia de qualquer pessoa, mas, enquanto investigadora, eu dediquei-me a perceber como é que a violência doméstica se faz mostrar na vida de pessoas com nacionalidade diferente, mas que estejam a viver em Portugal. Com a intenção de atingir a finalidade referida anteriormente, foram traçados vários objetivos, que são: entender a dinâmica dos serviços de apoio, perceber o papel do técnico de acompanhamento, compreender os procedimentos que se estabelecem entre serviços, técnicos e vítimas, compreender os processos de mediação intercultural que se estabelecem ao longo do processo de acompanhamento e perceber quais as perspetivas de futuro das vítimas.

Relativamente ao primeiro objetivo, foi possível perceber através do discurso das técnicas e vítimas entrevistadas que a dinâmica dos serviços de apoio passa pelo atendimento social e pelo apoio diário para com estas vítimas, nunca esquecendo que a escuta-ativa é essencial neste acompanhamento. O segundo objetivo vem no sentido de perceber qual a importância e o papel do técnico que acompanha a vítima e, através das vítimas entrevistadas, é perceptível que os técnicos que as acompanham são de extrema importância para as mesmas, todas encaram os técnicos quase como se destes dependessem, ficando, assim, explícito que os técnicos apoiam, ouvem, dão ferramentas e acima de tudo, ajudam a vítima a encontrar o seu caminho, ajudam a vítima a dar uma oportunidade a si mesma e a encontrar as ferramentas para seguir em frente, mantendo-se, sempre, na retaguarda. O facto destas vítimas serem imigrantes assume-se como um fator incontornável na importância do acolhimento e acompanhamento prestado pelos técnicos. Foi possível perceber, ao longo da investigação que apenas 1 das vítimas tem família a residir em Portugal. O facto destas vítimas serem imigrantes cria dificuldades acrescidas ao longo do processo de intervenção social pois tratam-se, na sua maioria, de pessoas que além de serem “culturalmente” diferentes, não têm suporte familiar. O facto de serem “culturalmente” diferentes enfatiza ainda mais o papel do técnico que tem que assumir uma “escuta ativa” que lhe permita compreender o “outro” a partir do seu ponto de vista e não apenas do ponto de vista do técnico. Só assim o técnico assume, verdadeiramente, o seu papel de mediador intercultural.

Ao encontro do primeiro objetivo vem o terceiro, que é compreender os procedimentos que se estabelecem entre serviços, técnicos e vítimas e através deste objetivo, percebemos que todo o trabalho implícito na violência doméstica é feito em rede e que isto é transposto para a relação entre estes três planos, uma vez que os técnicos ao trabalharem em rede com outros serviços, a vítima é, também, acompanhada por todos os técnicos envolventes e assim, todos os procedimentos, desde o momento da queixa, à inserção numa casa abrigo e todo o caminho que a vítima percorrer até se conseguir libertar do agressor e do ambiente em que viveu, é feito em rede e com a colaboração de vários serviços, como a GNR, os centros de apoio à vítima, as IPSS, entre outros.

O quarto objetivo surgiu no sentido de perceber quais as práticas e processos de mediação inerentes a um caso de violência doméstica e com este objetivo, foi perceptível que a mediação está presente nas várias etapas do acompanhamento. Desta forma, a mediação encontra-se presente na maioria dos procedimentos que os técnicos adotam ao longo dos acompanhamentos. Por exemplo na ajuda à adaptação da vítima a um mundo diferente e no estabelecimento de pontes entre estes mundos pois a vítima não poderá ficar isolada do exterior para sempre. Neste sentido o processo de mediação, como já foi referido, traz diversas oportunidades no desenvolvimento das relações com o outro e de aprendizagens múltiplas “A necessidade de liderar os próprios processos vitais alcançando quotas de protagonismo e responsabilidade em todas as esferas da própria existência atribui à mediação um papel insubstituível: o de estruturar uma via primária de aprendizagem para a autodeterminação. Neste sentido, a criação de instâncias de mediação, instaura, em primeiro lugar, um espaço preventivo que favorece o trânsito para formas de relação co-dependentes e de autogestão.” (Torremorell, 2008, p 81).

A mediação está presente também no facto de as vítimas, na maioria das vezes, não conseguirem adaptar-se à falta de contacto com o agressor, porque muitas vezes as mesmas dependem destes indivíduos (violência financeira, fator que foi referido pelas técnicas entrevistadas) e, no caso das mulheres que colaboraram com esta investigação, a mediação está, ainda, presente como agente facilitador, devido à diferença de culturas. Desta forma, o trabalho dos técnicos também se mostrou crucial porque teve que existir trabalho mediador, por parte dos mesmos, para conseguir compreender as diferenças linguísticas, as diferenças nos costumes, hábitos e tradições destas mulheres para conseguir ajudá-las sem existir um choque cultural para estas vítimas.

O último objetivo que foi proposto nesta investigação foi saber quais as perspetivas de futuro das vítimas.

Desta forma, foi questionado às vítimas o que elas imaginariam que estariam a fazer daqui a dez anos e, fazendo a síntese, do que as três vítimas responderam, foi que esperavam estar bem, esperavam estar a lutar pelas suas vidas e pelos seus objetivos pessoais (algo que lhes foi negado no tempo em que estiveram com o agressor ) e, sempre, com os respetivos filhos. Assim, é depreendido que as mesmas não querem mais do que estar felizes e com tranquilidade, junto dos seus filhos e conseguirem, assim, dar uma vida melhor aos mesmos.

Relativamente aos objetivos elencados podemos concluir que uma vítima de violência doméstica, quando passa por esta problemática passa por todo um processo violento tanto a nível físico, psicológico e social, de tal forma que se vê completamente anulada, sem objetivos e sem forças para recomeçar e, os técnicos, os serviços e todos os procedimentos envolvidos, ajudam a vítima a empoderar-se de forma a conseguir seguir em frente.

Ao longo desta dissertação foi retido algo que, na minha opinião, resume a violência doméstica em população imigrante. Uma das premissas mais marcantes ao longo deste trabalho foi que a violência só é violência, quando a cultura dita que é violência. Esta ideia dá que pensar... porquê? Através desta afirmação, entende-se que a cultura é que define o que é violência e, por exemplo, determinados comportamentos considerados como violência em território português, não o são, por exemplo, em território argelino. Este fator é curioso e penso que foi nele que as minhas inquietações, para dar início a esta investigação, foram baseadas.

Por fim, em referência às pessoas entrevistadas nesta investigação, é necessário que os técnicos sociais (mas não só, também a sociedade) tenham uma escuta-ativa, empatia e compreensão para perceber que cada nacionalidade tem os seus hábitos e costumes e nós, enquanto técnicos, temos que nos conseguir adaptar e conseguir incluir e integrar o outro a uma nova realidade.

As limitações durante este estudo foram variadas, sendo que sempre fomos seguindo em frente, dentro do que nos foi possível. Esta investigação resultou de uma série de incertezas que são geradas à volta da temática violência doméstica e pela dificuldade é sentida quando o assunto é chegar a nacionalidades que não a nossa, ainda para mais num tema tão frágil, quanto este.

A primeira limitação que encontrámos foi a quase inexistência de bibliografia transversal às duas temáticas - a violência doméstica e a imigração, apesar de existir bastante desenvolvimento científico individualizado das duas temáticas o estado da arte

deste fenómeno enquanto um todo não é extenso, utilizando muitas vezes linhas condutoras de análise individualizadas que poderão revelar-se comprometedoras na especificidade da temática.

Outra limitação desta investigação foi a capacidade de ter acesso a vítimas com perfis muito delineados, sendo que para atingir esse fim o número de pessoas entrevistadas teve de ser relativamente reduzido e contextualizado num modelo biográfico. Esta premissa é compreensível pela incapacidade de certas vítimas se exporem ao meio científico, mesmo quando lhe é garantido o total sigilo.

Por fim deixamos um conjunto de fatores a considerar que podem ou deveriam ser analisados neste contexto. Durante o desenvolvimento desta investigação verificámos algumas premissas que não faziam parte dos objetivos de estudo que poderão ter impacto no desenvolvimento do estado da arte da investigação no contexto das migrações e violência doméstica. Nomeadamente o nosso autoquestionamento sobre a hipotética presença de imigrantes vítimas de violência doméstica do sexo masculino, premissa essa que surge no seguimento da nossa verificação da relevância da premissa proporcional de denúncias de casos do sexo masculino em 2020 (dados Pordata), a diferenciação de experiência dos imigrantes, vítimas de violência doméstica em contexto urbano, suburbano e rural e por fim uma análise à perspectiva do agressor imigrante.

Esperemos que estas possam ser questões de partida válidas para o desenvolvimento de outros estudos no sentido de complementar a investigação tanto nos campos da Imigração, como Violência Doméstica.

## Bibliografia

- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em Educação*. 2ª Edição. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, C. (2015). *Mulheres vítimas da violência conjugal – as Casa Abrigo, Estudo Analítico e Crítico*. Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais. Braga
- Apav (2018). *Direitos das vítimas de crime – Guia para Formação de Profissionais á luz da Diretiva e do Estatuto da Vítima*. Lisboa
- Apav (2010). *Manual Alcipe - Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*. (2ª Ed. Revista e Actualizada). Lisboa
- Bento, A. (2012). *Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade?*. Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira), vol. 64, nº7, pp. 1-3.
- Bogdan, R. Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu P. (2007). *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cera, N. (2016). *Violência Doméstica - percursos de vida de mulheres vítimas de violência no contexto familiar*. Universidade do Algarve - Escola Superior de Educação e Comunicação. Faro
- Cig (2009). *Igualdade de Género em Portugal 2009*. CCIG. 3ª edição Revista. Lisboa, 2009.
- Cordeiro, L. (2020). *Experiências e Projetos de Mediação Intercultural e Intervenção Social -O caso da InPulsar*, in VIEIRA, R. et al. (2020). *Migrações, Minorias étnicas, Políticas Sociais e (Trans)Formações – Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento, pp.111-123
- Costa, E. ; Torrego, J. & Martins, A. (2016). *Gabinetes de mediação de conflitos: estruturas de pacificação, dinâmica e resultados*. CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho, pp. 107-118. Braga
- Costa, J. (2003). *Sexo, Nexo e Crime*. Lisboa: Colibri - Artes Gráficas

- Chau, R. (2017). *Direito à Liberdade e à Segurança no Estado de Direito Democrático: Os Limites da Atuação Policial – Uma perspetiva jurídico-constitucional da Polícia da República de Moçambique*. XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Lisboa
- Silva, A ; Carvalho, M. & Oliveira, L. (2016), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas* (pp. 107-118). CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. Braga
- Dalhberg Alhberg, L. e Krug, E. (2002) *Violence: a global public health problem*. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra.
- Decreto de lei nº 112/2009 de 16 de Setembro. *Diário da República n.º 180/2009 - I Série A*. Lisboa: Ministério da Justiça
- Decreto de lei nº 48/95 de 15 de Março. *Diário da República nº 63/1995, Série I-A*. Lisboa: Ministério da Justiça
- Dias, I (2020) *O uso de metodologias qualitativas no estudo da violência doméstica*. Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. PP 1-6. Lisboa
- Dias, I. (2018). *Violência Doméstica e de género. – Uma abordagem Multidisciplinar*. Factor – edições de ciências Sociais , Forenses e da Educação. (ed.1). Lisboa
- Duarte, M. e Oliveira, A.(2012). Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia* [online]. vol.23, pp.223-237
- Farias, R. (2014). *Violência conjugal: O silêncio das vítimas*. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Ferreira, A. (2017). *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas*. Instituto Piaget. Lisboa.
- Gil, A. (1989). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas, 1989. Segunda edição, pp 50-52. São Paulo
- Guerreiro, M (2015). *Processos de Inclusão de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*. Cies-iul, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa

Kitzmann, M. (2007). *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância: Violência doméstica e seu impacto sobre o desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas*. CEDJE .EUA

Kremkel, S. e Moré, C. (2021). *Violence against Women, Shelters and Social Networks: Systematic Review of the Literature*. Journal Psychology: Science and Profession. Vol. 41. Brasília

LEI n.º 112/2009 de 16 de Setembro. Diário da República n.º 180/2009, Série I de 2009-09-16. Lisboa: Ministério da justiça.

Machado, C. e Gonçalves, R. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. Quarteto. Coimbra.

Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: Estudo preliminar de caracterização*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Lisboa.

Marques, A. (2009). *A Violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projectos de vida alternativos. Um estudo de Caso*. . Universidade Portucalense. Lisboa

Marques, J., Vieira, A., Vieira, R. (2020). *Imigração Portuguesa, Políticas Sociais e Mediação Intercultural*. in VIEIRA, R. et al. (2020). *Migrações, Minorias étnicas, Políticas Sociais e (Trans)Formações – Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento, pp.15-31

Martins, J. (2019). *Jovens e a construção de projetos de vida*. Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Leiria.

Mateus, S. (2002). *Futuros Prováveis. Um olhar sociológico sobre os projetos de futuro no 9º ano*. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 39, pp. 117-149. Editora Mundos Sociais. Lisboa

Meireles, S. M. (2012). *A integração em casa abrigo como forma de reorganização do projeto de vida*. Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto.

Miranda, R.(2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo*. Tese de mestrado, Educação (Didáctica das Ciências), Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências. Lisboa

Oms (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. World Health Organization. Geneva

Pierobon, E. J. (2006). *A Comunicação em Contextos Interculturais: A Excelência das Relações Públicas em Organizações Multinacionais*. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru.

Poiares, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. ISCTE. Lisboa.

Presidência do Conselho de Ministros (2003). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003*. Diário da República n.º 154/2003, Série I-B de 2003-07-07.

Quivy, R. Campenhoudt, L. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva pp 191-193. Lisboa.

Ribeiro, S. (2016). *O lado B da violência doméstica*. Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social. Instituto Politécnico de Leiria. - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Leiria.

Richards, L. (2008). *Policing Domestic Violence*. Oxford University Press, EUA - Oxford

Silva, C et al. (2018). *Representação da violência doméstica contra a mulher: comparação entre discentes de enfermagem*. Revista Gaúcha de enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Volume 42. Porto Alegre

Terenas, N. (2015). *As Representações sociais das mulheres migrantes brasileiras vítimas de violência doméstica*. Universidade Aberta. Lisboa. pp 1-11

Torremorell, M. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto Editora. Porto.

Tremblay, E. (2012). *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância: Violência Social*. CEDJE. Irlanda.

Quiar, C (2014). *Do direito à segurança pública ações securitárias vs eficiência judicial*. Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa

Vagueiro et al. (2019). *Percepção de mulheres imigrante sobre a situação de violência de gênero vivenciada: Revisão Integrativa*. Investigação Qualitativa em Saúde. Atas CIAIQ2019. Vol. 2. Lisboa

Vieira, A. e Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)Formações*. (ed. 1). Profedições. Porto.

Vieira, R. et Al. (2020). *Migrações, Minorias étnicas, Políticas Sociais e (Trans)Formações – Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Edições Afrontamento. Porto.

Vieira, R., Margarido, C. & Marques, J. (2013). *Partir...Chegar...Voltar...* - *Reconfigurações Identitárias de Brasileiros em Portugal*. Edições CIID, Instituto Politécnico de Leiria e Edições Afrontamento. pp-18-20 (ed.1) Porto

## Web grafia

ACM (N.D). *Como obter reconhecimento de Qualificações Estrangeiras?*. Consultado em 13 de Janeiro 2021. Disponível em [https://www.acm.gov.pt/pt/trabalhar?fbclid=IwAR1M1Dv9w6oARh0LKOc1u9zHP8dDX\\_i4kHsxGaUDGKxhCQvXuMXbTKKlu9A](https://www.acm.gov.pt/pt/trabalhar?fbclid=IwAR1M1Dv9w6oARh0LKOc1u9zHP8dDX_i4kHsxGaUDGKxhCQvXuMXbTKKlu9A)

ACM (N.D) *Preciso de recorrer aos tribunais, mas não tenho meios económicos para isso. O que posso fazer?*. Consultado em 13 de Janeiro 2021. Disponível em <https://www.acm.gov.pt/-/preciso-de-recorrer-aos-tribunais-mas-nao-tenho-meios-economicos-para-isso-o-que-posso-fazer->

Albuquerque, F. N. (2019). *Violência doméstica e familiar: o impacto na relação com a Lei Maria da Penha*. Consultado em 12 de Outubro 2021. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11306/Violencia-domestica-e-familiar-o-impacto-na-relacao-com-a-Lei-Maria-da-Penha>

APAV Violência Doméstica. (2012). *Tipos de Violência*. Consultado em 10 de Outubro. 2021. Disponível em <https://apav.pt/vd/index.php/vd/tipos-de-violencia>

APAV (2014). *Como a violência o/a afeta*. Consultado a 20 de Dezembro de 2020. Disponível em <https://apav.pt/idosos/index.php/ser-vitima/como-a-violencia-o-afeta>

APAV (2012). *Na justiça*. Consultado a 23 de Dezembro 2020. Disponível em <https://apav.pt/vd/index.php/joomla/na-justica>

APAV Violência Doméstica. (2012). *Ser Vitima*. Consultado em 10 de Outubro 2021. Disponível em <https://apav.pt/vd/index.php/widgetkit2>

APAV (2020). Consultado em 20 de Novembro 2021. Disponível em:  
[https://apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Relatorio\\_Anual\\_2020.pdf](https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf)

Araújo, C. (2011). *As principais violações aos direitos das mulheres no mundo*. Consultado em 14 de Novembro 2021. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/as-principais-violacoes-aos-direitos-das-mulheres-no-mundo/>

CASES (N.D) *Identidade das IPSS*. Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Consultado em 13 de Janeiro 2021. Disponível em: <https://www.cases.pt/identidade-das-ipss/>

CURADO, M. (2020) *Violência doméstica sobe após quarentena*. Consultado em 10 de Outubro 2021. Disponível em <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/violencia-domestica-sobe-apos-quarentena>

CURVY, A. (2018). *Violência contra Mulher*. Consultado em 1 de Novembro 2021. Disponível em <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Violencia-domestica-esta-presente-em-todas-as-classes-sociais--diz-juiza/37669>

DUARTE, M. (2012). *O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica*. Consultado em 10 de Janeiro 2021. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602012000100006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100006&lng=pt&tlng=pt).

FARIA, G. (2007) *Marroquinos em Portugal: Imigração, religião e comunidade*. Consultado em 20 de Outubro 2021. Disponível em <https://journals.openedition.org/lusotopie/1103?lang=pt>

INE (2020) . *Agentes/ suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR*. Consultado em 20 de Outubro

2021. Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008154&selTab=tab0](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008154&selTab=tab0)

LEI n.º 61/91, de 13 de Agosto. *Lei de proteção Às mulheres Vítimas de violência.*

Consultado a 16 de janeiro de 202. Disponível em:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=277&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=277&tabela=leis)

INE (2020). *Sexo; Anual (2)*. Consultado a 20 de Novembro 2021. Disponível em:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008154&contexto=pgi&selTab=tab10](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008154&contexto=pgi&selTab=tab10)

PAREESCUTEOLHE (2015) *A Mediação Intercultural*. Retirado a 16 de Janeiro de 2021.

Disponível em: <https://adcmoura.pt/pareescuteolhe/?p=273>

PIMENTA, P. (2020). *Coronavírus: Covid-19. Pandemia agudizou situações de violência doméstica já existentes*. Consultado em 03 Novembro 2021. Disponível em

<https://www.publico.pt/2020/06/16/sociedade/noticia/covid19-pandemia-agudizou-situacoes-violencia-domestica-ja-existentes-1920817>

PORDATA (2021). *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*. Consultado em 13 de Novembro 2021. Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>

PORDATA (2020) . *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*. Consultado em 20 de Novembro 2021. Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>.

PROJECTO M-Igual? (2008). *Interculturalidade textos e outros materiais*. Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral. Consultado em 22 de Novembro 2021. Disponível em: [http://banco-recursos.cidac.pt/pdfs/1381756807Interculturalidade\\_Textos\\_Materiais.pdf](http://banco-recursos.cidac.pt/pdfs/1381756807Interculturalidade_Textos_Materiais.pdf).

SAGE (2021). *Defining violence*. Sage Publications. Consultado em 13 de Dezembro de 2021 Disponível em: [https://us.sagepub.com/sites/default/files/upmassets/110342\\_book\\_item\\_110342.pdf](https://us.sagepub.com/sites/default/files/upmassets/110342_book_item_110342.pdf)

## APÊNDICES

Guião de Entrevista aos Técnicos da Associação Mulher Séc.XXI

---

### Guião de entrevista aos técnicos de acompanhamento

- 1 – Caracterize as situações que habitualmente recorrem aos serviços.
- 2- Considera que as vítimas têm a consciência de que são vítimas de um crime?
- 3 – Quais as razões que considera que estejam subjacentes às situações de não apresentação de queixa contra os agressores?
- 4- Que tipo de apoio procuram as vítimas?
- 5- Os técnicos desenvolvem estratégias diferentes de mediação e intervenção, consoante a proveniência das vítimas?
- 6- Em que medida o seu trabalho tem subjacente práticas de mediação intercultural?
- 7 – De que forma o Técnico pode influenciar a decisão da vítima?
- 8 – Considera que desenvolve uma intervenção social facilitadora de uma resposta adequada às dificuldades que as vítimas apresentam?
- 9 - Como vê a institucionalização das vítimas em Casas Abrigo e Centros de Acolhimento temporários?
- 10 – Como encara a possibilidade de regresso das vítimas para junto dos agressores?

Apêndice B

## Guião de Entrevista para as Vítimas

---

### Guião de Entrevista para as Vítimas

1. Bom dia, qual o seu nome?
2. Qual o seu país de origem?
3. Qual foi a sua principal motivação para imigrar para Portugal?
4. Os seus objetivos, inicialmente, foram cumpridos?
5. Há quanto tempo cá está?
6. Qual a sua situação familiar? (n.º pessoas, relação parentesco, idades, atividades)
7. O que é para si a violência doméstica?
8. Conviveu muito tempo com o agressor? Quanto tempo?
9. Como considera que foi o período de namoro?
10. O que é diferente hoje relativamente ao namoro?
11. Como considera a relação do seu companheiro/marido com os filhos? (tarefas, responsabilidades)
12. Quando acha que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica?
13. Relativamente aos seus filhos, eles alguma vez assistiram a algum episódio de violência doméstica? Ou foram alvo de algum ato violento?

14. Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Onde, técnico que procurou, motivo, o que pretendia)
15. Como é a situação atualmente?
16. Que tipo de relação tem com os técnicos?
17. Quais os seus objetivos futuros? O que a motiva?
18. Pretende voltar para o seu país de origem?
19. Diga-me em três palavras o que imagina que será daqui a 10 anos.  
Obrigada pela sua atenção.

Consentimento Informado entregue aos intervenientes

---

## Formulário de Consentimento Informado de Participação no Estudo

**Investigadora:** Soraia Bombas Codinha, aluna do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Código de Identificação do Participante: \_\_\_\_\_

(numerado de 0 a 10 letra A ou B)

Certifico que concordo em participar voluntariamente na investigação científica no âmbito da tese de mestrado com o título “ A violência doméstica na população imigrante em Portugal”.

Declaro que os procedimentos de investigação e do consentimento foram explicados respondendo a todas as minhas questões.

Considero que o estudo não apresenta qualquer risco potencial.

Compreendo que tenho direito de colocar, agora e durante todo o processo de desenvolvimento do estudo, qualquer questão sobre o estudo, a investigação ou os métodos utilizados sendo que as mesmas deverão ser clarificadas pela investigadora em causa.

Asseguram-me que os processos serão guardados de forma confidencial e que nenhuma informação será publicada ou comunicada a terceiros, incluindo a minha identidade, sem a minha permissão.

Compreendo que sou livre de a qualquer momento desistir de participar neste estudo.

**Assinatura**

\_\_\_\_\_

**Dados do Investigador:**

**Nome:** Soraia Bombas Codinha

**Telefone:** 91\*\*\*\*\*

**E-mail:** soraiacodinha05@hotmail.com

**Área de estudos:** Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

---

Eu, abaixo assinado, concordo com a participação voluntária neste estudo e com as questões presentes no mesmo, tendo sido informado(a) sobre o sigilo dos dados colhidos e tratados posteriormente que me identificam perante terceiros e que estarão protegidos pelos investigadores, tendo também conhecimento de que a qualquer momento poderei cessar a colaboração no mesmo.

Data: \_\_\_/\_\_\_/2020

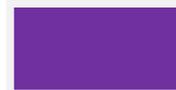
**Assinatura:** \_\_\_\_\_

---

Procedimentos de tratamento das entrevistas

---

## Exemplo de legenda de categorias em cores

<b>Legenda de Categorias</b>	
<b>Relação Vítima/ Agressor</b>	
<b>Institucionalização das Vítimas</b>	
<b>Família</b>	
<b>Mediação</b>	
<b>Futuro da Vítima</b>	
<b>Apoio à Vítima</b>	
<b>Relação com os técnicos</b>	

## Transcrição da Entrevista

Observações:

Entrevistadas: Psicóloga Ria (Código – T.R.) e Psicóloga Teresa (Código- T.T.) da Associação Mulher Séc. XXI

Data: 26 de Março de 2021

Duração: 34 minutos e 27 minutos, respetivamente

### Doutora Rita

I- Caraterize as situações que habitualmente recorrem aos serviços.

T.R.- Normalmente as situações que recorrem são através de mulheres, não é? Mulheres, algumas vítimas são maltratadas pelos filhos, outras vítimas são maltratadas pelo ex-companheiro, ex-namorado ou namorado ou o marido, ou companheiro.

Às vezes, é muito difícil fazer o perfil de um agressor. Caraterizar o perfil de um agressor ou até de uma própria vítima. Às vezes, aparecem pessoas que tu nunca dirias que elas seriam vítimas. Há vítimas que têm uma estrutura e uma capacidade a nível da personalidade, mas para aquela situação têm muita dificuldade em conseguir gerir.

Neste momento estamos a ter, este mês de março tivemos 15 casos novos. E situações muito graves. Não sei se tem a haver com a pandemia, que agrava mais a situação em que as pessoas não dispõem de tanta paciência para aguentar o outro, nem paciência para conseguir resolver a situação. São situações que são agressões físicas, psicológicas, stalking, onde há o controle do telemóvel, das redes sociais, da localização.

I- Considera que as vítimas têm consciência de que são vítimas de um crime?

T.R.- Não! Uma vítima, sabe que é vítima de violência doméstica porque lhe dizem. E muitas vezes, há vítimas que chegam aqui e às vezes até eu chegar lá dentro, elas agarram o folheto e estão a ler o folheto e dizem assim:

- “Olha isto é tal e qual ele, ele faz-me isto tudo, que tá aqui. Então, eu sou uma vítima!”

É preciso informar, elas precisam ser informadas de que são vítimas. Há muitas vezes que as vítimas acham que uma bofetada, não é violência. “Até porque eu também tive culpa.” Elas, muitas vezes, desculpabilizam o agressor e esta vítima, a gente não a pode perder. A gente tem que continuar com ela, porque uma vítima quando vem aqui, não ouve aquilo que deseja ouvir, eu não posso dizer aquilo que ela deseja ouvir. Mas também tenho um cuidado de haver ali um período de flexibilidade, para eu ir até ela. Para nós, que acompanhamos a vítima, isto também se adquire ao longo dos anos. Não é agora eu chegar ali e ouvir uma vítima e ir a matar, porque ela ao estar-me a ouvir, pode ser outra violência para ela, a forma como eu digo as coisas.

Eu no início, não tinha este cuidado que tenho agora, de a escutar, é preciso termos tempo para ouvir, para escutar uma vítima. Não posso chegar ao pé dela e dizer assim:

- “Você é uma vítima de violência doméstica.”

Mas posso dizer assim:

- “Olha...”

Não falar dela, mas falar da situação:

- “Sabe que as mulheres que são maltratadas, que são chamadas de nomes como, por exemplo, puta, cabra, estúpida, maluca. Situações que a diminuem como mulher, que a incapacitam, que a isolam, que a desvalorizam. E, depois, as agressões físicas como o cuspir para ela, como o partir objetos, como a agressão, bofetadas, o apertar do pescoço, isso, é crime, isso é crime, isso trata-se de uma situação de violência doméstica.”

E é preciso saber comunicar e saber trabalhar a vítima, porque elas chegam aqui, muitas vezes, muito frágeis e muito... como muitos medos, o que é que vão

ouvir? E estar a contar uma coisa que é delas, só delas, da vida delas e vir transmitir a situação a pessoas desconhecidas. Por isso, inicialmente, nós temos que fazer o quebra-gelo para ver se ela acaba.

I- Quais as razões que considera que estejam subjacentes às situações de não apresentação de queixa contra os agressores?

T.R.- Esta pergunta é muito difícil, porque ... se fosse comigo? Eu acho que iria apresentar... às vezes a vergonha, não nos deixa apresentar queixa. A gente tem muita vergonha de apresentar queixa de violência doméstica, temos vergonha, temos medos, ao apresentar a queixa, o que é que eu vou encontrar depois da queixa? Ter que ir a tribunal... como é que ele vai ficar? O risco aumenta. O que é que vai ser dos meus filhos? O que vai ser de mim? Como é que vou sobreviver? Podemos ver aqui o fator económico, porque muitas mulheres dependem economicamente destes homens. A família!

Há muitas mães, como eu já te disse no outro dia, dizem para a filha:

- “Aguenta! Porque eu também aguntei, o teu pai também me maltratou.”

Não é? Por isso, muitas vezes, as vítimas vêm aqui e elas não querem apresentar queixa. Por isso, é que a gente acompanha esta vítima e trabalha-a para ela apresentar a queixa e temos que explicar o que vai acontecer depois dessa queixa, porque se uma vítima não apresentar queixa, vai dar espaço para esse agressor vir ocupar mais espaço que existe entre eles. porque se uma vítima não apresentar queixa, vai dar espaço para esse agressor vir ocupar mais espaço que existe entre eles Porque eu vou deixando, ele vai-me maltratando e eu vou deixando, ele vai avançando, ele vai conhecendo muito bem a vítima. Se eu fizer frente ao agressor, “- eu não quero isto”, ele também vai recuando. E às vezes, essa relação... ele pode ter respeito ou não, isso depende da personalidade de cada agressor! Eu acho que o perfil de uma vítima ou de um agressor depende da personalidade que cada um apresenta e essas personalidades, têm que ser trabalhadas.

I- Que tipo de apoio procuram as vítimas?

T.R. - Às vezes, as vítimas nem sabem para o que vêm. O apoio que elas procuram é, também, sentir uma força. Vêm à procura de uma informação, alguma estabilidade, porque sentem-se muitas vezes perdidas e procura de informação, para também saber com o que podem contar e, de que forma o podem fazer. E muitas vezes, elas vêm já, já chegaram a vir, chegar aqui vítimas que já trazem mala feita, os filhos e que não querem regressar a casa. Deixam tudo para trás e vêm pedir ajuda porque, também é assim, muitas vezes isso acontece porque já lhe explicaram o que se trata aqui, o apoio psicológico, o apoio social, o apoio jurídico, encaminhamentos para casa abrigo e o pedido, é um pedido de ajuda!

O que elas procuram aqui, essencialmente, é ajuda, ajuda para resolver este problema. Um problema que é de todos nós, todos nós! E às vezes vêm aqui, uma pessoa que é vítima, aconteceu uma vítima vir trazer outra pessoa que era vítima e ela é que achava que a colega era vítima, mas a maior vítima era ela!

I- Mas ela também sofria?

T.R.- Sim, ela também era vítima. E às vezes, algumas vítimas, vêm aqui falar de outras pessoas e elas é que são as vítimas. Só que não nos dizem, falam na terceira pessoa, não falam em nome delas. Já aconteceu! E elas às vezes não querem deixar o nome, nem nada e identificação nenhuma, só querem uma informação ... também acontece! Só querem uma informação, não querem deixar dados nenhuns e é um direito delas. E nós estamos aqui, para ajudá-las.

I-E vocês? Aí, como fazem?

T.R.- É assim, houve um caso recente, que eu agora estou a lembrar-me de uma senhora, que veio falar de outra pessoa, enfim, que não era ela. E ela depois, colocava-me as perguntas e eu respondia, e eu lembro-me que ela perguntou assim:

- “E acha que isso se pode resolver?”

- “Acho que sim! Desta forma e desta...”, expliquei as fases que o processo poderia ter. Nem contacto telefónico essa pessoa quis deixar. Algumas voltam e outras, não voltam.

Isto depende da vontade delas, mas... a gente não as pode obrigar. Elas ao vir aqui, a gente nunca, ninguém obriga ninguém a nada. Elas só... só que é assim, tu sabendo uma situação de violência, se a situação é grave, pode ser média ou assim, mas tu tens obrigação de denunciar essa situação. Agora é assim, chega aqui uma vítima, não te dá dados nenhuns, tu não consegues denunciar essa situação. Este caso não conseguimos! Só sei que cor era os olhos dela e o cabelo, mais ou menos, a parte física. Não sei mais nada dela. As perguntas não tinham contexto, era no contexto da violência doméstica, mas não tinham seguimento, não dava para eu conseguir interpretar.

Então ... ainda aqui continuando, o tipo de apoio que elas aqui procuram é o apoio psicológico, o apoio social, o apoio jurídico, o encaminhamento para casa abrigo e informações, também. E algumas vítimas também depois vêm aqui à procura de apoio económico, até alimentos! Às vezes vêm aqui à procura de alimentos, a gente depois encaminha. Até para pagar a despesa, a água, a luz, a renda e a gente, faz a candidatura para um contrato ali na câmara e também, fazemos isso. Até as indemnizações, também fazemos aqui, a comissão de vítimas.

I- Os técnicos desenvolvem estratégias diferentes de mediação e intervenção, consoante a proveniência das vítimas?

T.R. - Aqui a proveniência, queres dizer o quê? Tem a ver com a cultura? Claro que sim! É assim, até às vezes dentro da própria cultura, tu encontras pessoas diferentes.

Eu também às vezes com técnica tento seduzir uma vítima. Às vezes... já me aconteceu ter aqui uma vítima, que ela apresentava uns comportamentos muitos alterados. E eu não sei porquê, porque tinha tido outra vítima atrás, chamava-lhe Sandra e ela disse assim:

- “Não me chame Sandra, não me chame Sandra!”

E eu fiquei:

-“Tenha calma! Tenha calma! Vamos lá ver estas coisas...!”

Porque tu também, às vezes, precisas aqui de algumas ferramentas, para chegares até à vítima. Se eu encontro diferenças entre a mulher portuguesa e brasileira, da forma como eu trabalho, que possa intervir? Não! Não é por ser brasileira que eu vou maltratar! Não é maltratar, vou dar-lhe um trato diferente, eu acho que somos todas iguais!

Mas sabes? Uma mulher de outra cultura, quando chega até aqui, sendo de outra cultura que não a portuguesa, vamos supor. Essas mulheres já vêm mais decididas do que as nossas, da nossa cultura. Porque ... a mulher portuguesa é a mulher já tem muita ...mais empoderada e tem mais liberdade, a legislação, a nossa cultura não é tão radical como outras culturas, não é? Vou-te dizer que tenho algumas mulheres arábias, desses países, que vêm até nós, ainda ontem recebi aqui uma senhora, mas essa senhora para vir cá, já nem usa véu. Ela já consegue encontrar estratégias e para vir aqui, ela já é uma mulher empoderada, nunca me disse que ia voltar para ele ou por isto ou por aquilo. Mas, tivemos outras mulheres que da mesma família que essa, que teve na casa abrigo mas que regressou para ele. Isto tem a haver, tanto acontece com mulheres dessa cultura, como acontece com as nossas mulheres portuguesas.

A mulher brasileira que, neste momento, temos muita mulher brasileira. Será que eu sinto aqui, a diferença entre a mulher portuguesa e a mulher brasileira? Eu acho que é a língua, talvez a forma de comunicação, a linguagem, requer um determinado esforço da minha parte para explicar de uma forma mais minuciosa, mais delicada... não é delicada, porque a delicadeza temos que fazer com elas todas, não é? Mas se calhar tenho que me desdobrar mais da forma de comunicar, de repetir de formas diferentes para ela entender o que eu estou a dizer. Aí sim, há uma grande diferença, aí sim.

A grande diferença é a comunicação. Uma delas é a comunicação, sem dúvida alguma. A comunicação e depois, a forma como, também, em Portugal o crime de violência doméstica se reflete na legislação, coisa que não acontece em alguns países. Brasil, não. Brasil também existe... a violência doméstica está muito à frente, há muitos estudos. Agora de outros... Marrocos, é mesmo... Pff, acho que é das culturas mais difíceis de trabalhar, acho que é, é Marrocos. Eu tenho uma senhora de Uzbequistão e essa, já nem usa véu, essa senhora... e noto essa senhora muito à frente! Essa senhora, muito à frente! E sofreu muito, mesmo muito,

tipo de agressões físicas, na rua, situações muito graves, muito graves! E ele agora não está cá, mas quando ele vier ela vai para uma casa abrigo, vai passar para... para construir o projeto de vida dela, e ela aceita ir para uma casa abrigo. E a família dela dá-lhe apoio, mas esta senhora tem um filho de 7 anos que nasceu em Portugal, já tem alguns anos desta cultura. Mesmo, alguma que estão cá à pouco tempo que são tipo... angolanas ou cabo-verdianas, essas mulheres... elas quando chegam a Portugal, elas já têm algum empoderamento, já estudaram também. Mas há outras, eu estou a lembrar-me de uma que não... há uma que eu acompanhei que ela depois deixou de vir ao apoio psicológico, não quis continuar. Depois liguei-lhe, ela nunca mais me atendeu e eu perdi-a, mas também como foi na fase do confinamento, é muito mais difícil trabalhar uma vítima telefonicamente do que presencial.

Uma das diferenças que eu noto aqui entre elas, é a educação, é a comunicação. A educação, entre elas, há uma diferença. A educação também tem a ver, nalgumas, estes países das Arábias, elas também são educadas de outra forma para serem obedientes aos homens, desde muito jovens. Elas são, tem que ser obedientes aos homens, mas eu acho que elas quando chegam aqui, elas para chegarem aqui, isto já um pedido de ajuda, elas já querem sair daquela relação.

I -De que forma o técnico pode influenciar a decisão da vítima?

T.R.- É acompanhando-a e trabalhando-a, empoderando-a e transmitindo algumas estratégias. Trabalhando a autoestima, a autoconfiança, a assertividade destas vítimas, de forma a mostrar que elas são capazes e que elas conseguem sair daquela situação e que elas não são escravas de ninguém, e que elas têm os mesmos direitos do que eles.

I- Considera que desenvolve uma intervenção social facilitadora de uma resposta adequada às dificuldades que as vítimas apresentam?

T.R.- Eu acho que sim. Uma das dificuldades aqui, é ao nível económico. É. Eu acho que aqui, as dificuldades que mais encontro é a nível económico, porque muitas vezes estas vítimas se só existisse dinheiro, estas situações resolviam-se mais facilmente e depois, também, a saúde mental.

É a nível económico e a saúde mental e também, tem a ver muitas vezes com o facto de não terem apoio à retaguarda, como o da família.

I- Como vê a institucionalização das vítimas em Casas Abrigo e Centros de Acolhimento temporários?

T.R.- É assim, quem devia sair de casa era o agressor, não é?

Mas esta aqui, eu não consigo dizer nem bem, nem mal. Porque, conforme tá a nossa legislação, mesmo que o agressor seja retirado de casa, não existe casas abrigo para homens. Quem é que te garante a ti que aquele agressor não volta lá a casa e maltrata a mulher e até a pode matar? Por isso, é que saem as vítimas. As vítimas saem para ficarem numa outra casa, seguras, de forma ao agressor não a encontrar lá porque nós não temos prisões suficientes para deter estes agressores.

Houve uma altura em que comecei a perguntar às vítimas, porque diziam que as vítimas é que deviam ficar nas casas. E eu comecei a perguntar a elas, mas devia-se fazer um estudo.

E eu perguntei assim:

- “Você acha que, para si, você ficava na casa ou ficava ele?”

- “Ah, eu saía de casa. Eu tenho medo dele, que ele lá apareça.”

E depois também há, muitas mulheres que não querem ficar naquela casa porque têm recordações muito negativas daqueles homens. Isto, às vezes, é muito fácil falar mas eu acho que às vezes, há uma percentagem das mulheres que querem sair e há uma percentagem de mulheres que querem ficar. Isto às vezes, eu não consigo tomar uma decisão porque a amostra que eu recebo, muitas vezes, é que é elas que não querem ficar em casa, querem é sair, porque têm medo. Mas basta uma, dizer que quem devia sair eram eles, para todas depois também irem atrás. É a minha opinião, não sei, provavelmente estou. aqui a dizer um disparate.

Houve uma altura, na nossa ficha de utente, não tem nada a haver, mas a gente pergunta se a vítima dorme com o agressor. E vou-te dizer uma coisa, 50% ou mais de portugueses, já não dormiram com as esposas, por situações ... tudo a haver com maus-tratos, amuos. Não estou a dizer por doença, ou por isto, ou por

aquilo... acredita nisto! Há mulheres que não dormem com os maridos à 9 anos, à 12, outros porque houve uma chatice e depois foram dormir no sofá, outro dormiu, depois voltou, depois mudam de cama, depois porque um faz muito barulho a dormir...

Estas que estou a falar, já vieram cá, por maus-tratos. Elas também acham, muitas vezes, que o homem não as valoriza, diminui como mulher, tu não vales nada, tu nem sabes fazer isto, tu não prestas. Às vezes, sem haver situações de violência física, como psicológica.

I - Como encara a possibilidade de regresso das vítimas para junto dos agressores?

T.R.- É assim, eu fico mesmo, mesmo triste quando elas voltam. Porque elas vão... mas é o facto de elas, às vezes, irem, elas já têm a informação, mas elas voltam porque existe uma dependência emocional destes homens. A maioria delas volta por dependência emocional, porque apesar de ter existido situações muito graves, também há momentos bons. E depois, há vergonha, de não ter o marido porque a sociedade exerce um grande peso nas nossas decisões.

A gente anda ao empurro, andamos a ser empurradas pela sociedade.

-“Quando é que tu namoras? Quando é que apresentas o namorado?”

Lá apresentamos o namorado... “Quando é que te casas? Vá lá! Quando é que te casas? Lá casamos... depois, “quando é que tens o teu filho? “ Lá temos o filho...” então quando é que vem agora o segundo filho?” Lá vem o segundo filho, e se forem dois meninos, “quando é que vem a menina?”

A problemática que nós vivemos é da culpa da nossa sociedade, a culpa é da nossa sociedade. As pessoas são tão más, às vezes, e são negativas. Sim, sem se aperceberem, é verdade, sem se aperceberem. Às vezes, podem dizer as coisas na brincadeira, mas isso, às vezes, reflete um peso naquela pessoa. Não é? As pessoas têm que ser livres de tomar as suas decisões e é isso que a gente tem que deixar, sermos nós a tomarmos as decisões pelas nossas iniciativas. Eu sou hoje, tenho a minha personalidade, porque aprendi com elas e tenho esta postura de defesa, porque aprendi com elas, eu não quero ser uma delas. E se calhar aqui tinha outro tema, quais são as sequelas que estas vítimas nos deixam a nós, como técnicos?

Uma dessas sequelas é, às vezes, é nós termos algumas revoltas, por estas mulheres voltarem. Deixam-nos muitas sequelas. Sequelas no sentido psicológico, em que muitas vezes nas minhas... já tive em relações e disse:

- “Fogo, estou a ser maltratada. Não, tu a mim, não me tocas.”

Tu crias uma barreira. Aliás, venho de uma família em que nunca vi o meu pai maltratar a minha mãe, nem o avô, ninguém assim da família. E, de repente, chego aqui, espera lá, para encontrar uma pessoa que vá de encontro à minha forma de pensar, os meus ideais, não é num primeiro mês. Porque um agressor, é sempre muito sedutor, tu para conheceres outra pessoa requer algum tempo.

Um namoro não tem que ser para casar. Um namoro serve para a gente conhecer o outro e depois aí, tomar a decisão se vale a pena. Às vezes, há situações durante o namoro, que elas são maltratadas e casam. Há muitas que casam e a primeira situação de violência começa no casamento e, a maioria delas começa depois de ter o filho, porque eles ficam com ciúmes de a mulher dedicar-se mais a ele, ao filho que ao marido e, depois aí começa os ciúmes e os maus-tratos. Mas isso, deixou-me sequelas, de ser mais desconfiada e nas relações. É mais difícil confiar. Tu estás a ouvir isto tanta vez, a mesma coisa. Agora sou eu, está a ter este comportamento, será que vai acontecer comigo? Tu podes ver-te no papel desta vítima. Esta vítima contou isto. Será que também aconteceu assim? Será que está a acontecer isto? Isto é um bocadinho complicado, nós técnicos devíamos ter supervisão e não temos. Já cheguei a ir levar uma vítima e ela chegou primeiro que eu. Está comprovado só à sétima vez, é que a vítima, algumas delas, tomam a decisão. Elas têm que ganhar força, uma coisa é falar, outra coisa é sentir, enquanto a vítima não sentir que é capaz de sair daquela relação, ela não sai, ela vai sempre voltar para ao agressor. Elas, às vezes, dizem as coisas para a gente gostar, porque a gente gosta de ouvir, mas às vezes, eu sinto que elas não sentem aquela vontade.

É normal elas voltarem, é normal. Umas voltam, outras não voltam E se elas voltam, a gente tem a porta aberta para elas voltarem e agente ajudar. Só que isto depois, deixa estas coisinhas em nós, mas ao fim de tantos anos, para mim já é normal, já não me deixa nada, já não fico frustrada, só se for assim uma pessoa que ganhe

uma grande ligação, fico triste. Aí fico triste, fico um bocadinho triste, mas depois passa, porque quando saio daquela porta para fora, fica aqui tudo.

## Doutora Teresa

I- Caraterize as situações que habitualmente recorrem aos serviços.

T.T. - Então, basicamente, por norma a violência doméstica, ou seja, entre casal, por norma, é sempre o agressor homem, como temos a vítima mulher. Também temos situações de violência doméstica filo parental, ou seja, quando os filhos também, de certa maneira abusam dos pais. Os casos que tenho encontrado é sempre, também, o agressor masculino contra uma figura feminina, ou seja, contra a mãe e muitas vezes, também, é violência económica. Por acaso, curiosamente, já tenho vários casos, pelo menos dois que é também violência económica.

Acaba por ser muito isso, o que eu tenho assistido mais é casal, em que o homem realmente é o agressor e a mulher a vítima e realmente filo parental, também tem aparecido bastante também com esta questão da pandemia, tem tido um grande efeito, também temos o regresso de muitos dos filhos a casa dos pais, isso também tem um efeito em questões de stress aliados à pandemia, questões económicas, têm aumentado e também o número de casos tem aumentado. Por exemplo, só este mês já tivemos, até tivemos ali há pouco a ver... acho que era 15 casos, salvo erro, acho que eram 15, só neste mês, para já... então tem sido mesmo uma loucura, a semana passada e esta têm sido agitadas.

I - Considera que as vítimas têm consciência de que são vítimas de um crime?

T.T. - Não, eu acho que não. De maneira mais geral, a generalidade não. Pensam que realmente aquilo é normal acontecer, aquela é a normalidade delas e elas não têm noção da situação de perigo em que estão. Quando vêm aqui, é que nós elucidamos e realmente, elas começam a perceber. Também é um processo, não é num primeiro atendimento que realmente entendem, mas sim, ao longo de processo também vão entendendo, principalmente se tiverem, na questão do apoio psicológico, também nós vamos trabalhando com elas nesse sentido e elas vão-se apercebendo, mas para elas, infelizmente, aquela realidade é tão normal. Também já vem de trás, por exemplo, muitas delas também já tinham aquelas situações em casa, o que faz com que tudo aquilo seja normal para elas. Também o facto de já,

muitas, terem casado jovens, também tem aqui um grande impacto. Acaba por ter um grande impacto, mas realmente, penso que não. Principalmente as pessoas mais velhas, as pessoas mais velhas, não é? Eu quero acreditar que as mais novas estão mais elucidadas para estas questões, mas se bem que também é um bocadinho relativo, não é? Às vezes nós pensamos quanto mais informação, mais as pessoas vão estar mais atentas e, às vezes, não. Mas por norma, não, não têm consciência.

Aquela realidade é a delas, é aquela a realidade, não há outra. Nós só temos uma realidade, não é? E aquilo é tão natural para elas, que não se apercebem. Por exemplo, mandar para algum lado, vai para não sei o quê... ou, ele tira-me só de vez em quando o dinheiro, ou então:

- "Foi só daquela vez que ele não me deixou sair de casa." Não é? – "É só aquela, é só aquela...".

De regra geral, elas não estão conscientes que passam por um crime.

I - Quais as razões que considera que estejam subjacentes às situações de não apresentação de queixa contra os agressores?

T.T. - Razões económicas, muitas delas, realmente, lá está, o contexto do país, não é? Sabemos que agora estamos, novamente, a atravessar uma crise. Isso também influencia, têm medo de não ter capacidade para sustentar e depois, normalmente, também temos aqui a questão dos filhos, sustentar a elas e aos filhos, dar boas condições, está muito preso a isso. Mais razões... os filhos em si, os próprios filhos, ela pensarem, depois não vão ter um pai, não vão ter a figura masculina, ele... - "ah, ele é assim para mim, mas para os miúdos, não é..." isto também acontece muito. A questão, sem dúvida, a questão emocional, realmente elas estão tão habituadas a ter aquela figura, não é? Porque estas vítimas, não tem autoestima, não tem nada, são aquelas pessoas que não têm nada, não é? Porque a outra pessoa retirou, foi-lhe retirando ao longo do tempo, o que faz realmente com que elas sejam muito ligadas a eles, elas foram-se anulando enquanto pessoas e sem aquela pessoa, não são ninguém, porque foi isso que sempre lhes foi dito ao longo do tempo. Elas estão muito presas a esta pessoa, é muito complicado tu quebrares, elas às vezes até já chegam a um ponto que realmente entendem que ali há

violência, mas falta aquela coragem para mudar. A mudança exige muita coragem e exige muita vontade, muita motivação e estes processos são muito duros, mesmo a nível jurídico, seja o que for, são muito duros, são muitas coisas a ter em causa e, muitas delas, como estão lesadas, não têm suporte social e, nós sem pessoas ao lado, a mudar de vida, quase, é muito, muito complicado.

Elas também precisam de um apoio e, às vezes, elas já não têm apoio da família ou já não têm amigos porque lá está, **ele foi isolando-as**. Isto acontece mesmo muito, a questão do isolamento.

I - Quando elas cá vêm, como primeiro impacto, e vêm que têm ajuda, as coisas mudam para elas?

**T.T. - É preciso ganhar a confiança delas e estabelecer, realmente, uma relação. Claro que ao início estão muito reticentes, eu acho que muitas delas, no fundo, se calhar até sabem, mas ainda está muito, ainda há um trabalho a fazer, porque elas vão-se apercebendo aos poucos mas é preciso também ir criando uma relação com elas, para elas se sentirem seguras e perceberem que realmente há ali uma pessoa que as possa ajudar. Nós na associação, fazemos muito isso, não é? É como quase dar uma mão, para elas entenderem que há outras vias, há outra possibilidade, isto não é justo uma pessoa viver em sofrimento a vida toda.**

I - Que tipo de apoio procuram as vítimas?

**T.T. - O apoio psicológico e apoio jurídico, realmente, por questões de divórcio, por questões do próprio processo de violência, também a divisão dos bens, a questão da regulamentação das responsabilidades parentais, não é? Por causa dos filhos... Às vezes, é só mesmo o pedido de ajuda em si, do género... esta situação, já não sei mais o que é que fazer, ajudem-me! É tipo um grito de socorro, muitas vezes.** Se bem que, também nós acabamos por ter mais encaminhamentos. Imagina, por exemplo, alguém que ligou para a APAV, mas aí fez o pedido de socorro, às vezes, não são as próprias vítimas, é por exemplo, uma amiga ou alguém que ligou a denunciar a situação. Também são muitas encaminhadas pela PSP, GNR, também para nós porque percebem que as vítimas quando as vítimas apresentam queixa, realmente elas estão muito frágeis e é mais porque, lá está, para o apoio psicológico, isso também acontece muito. Mas felizmente, também temos tido

espontâneos, o que é bom, porque as pessoas também estão a ter a noção disso, ou pelo menos, as pessoas à volta estão a ter a noção disso, também é excelente. Às vezes acontece, as pessoas ligarem-nos e dizem:

- “Ah, eu não quero ter aí o meu nome, mas quero, realmente, denunciar esta situação e quero perceber como agir.”

I - Chama-se a denúncia anónima?

T.T. - Sim, sim. Elas realmente dão os dados e até dizem a nós quem são, mas depois dizem:

- “Eu não quero que o meu nome apareça.”

E não há qualquer tipo de problema, nós fazemos a denúncia enquanto associação e a pessoa não é envolvida, de qualquer forma.

I - Na maioria das vezes, deve ser esse caso que aparece...

T.T. - É um bocadinho de tudo. Já assisti a algumas denúncias, realmente, ligamos para cá ou então através de e-mail, por exemplo, também já tivemos uma vez, só assisti a um caso que era uma entidade patronal, até, que ligou para nós, até era relacionado com o meio artístico e disse:

- “Nós tivemos conhecimento deste caso...” E, depois, explicou-nos a situação por e-mail, até nos ligou também, a alertar...

É bom, também, as pessoas cada vez mais, terem essa consciência, como é um crime público, não é? E ainda bem, não é? Há esta possibilidade e, neste caso, também ... isto já sou eu a imaginar... mas, se calhar, as queixas também aumentaram porque realmente é um crime público e se calhar, é levado mais a sério do que antes era, isto já é uma observação minha, não sei.

Isto também já se relaciona com a típica história, entre marido e mulher não se mete a colher, essas típicas... não é? Questões culturais que infelizmente ainda estão muito presentes, mas cada vez mais, espero que vão diminuindo aos poucos.

I - Os técnicos desenvolvem estratégias diferentes de mediação e intervenção, consoante a proveniência das vítimas?

T.T. - É óbvio que eu acho e realmente é a minha opinião, acho que nós devemos ter em atenção a cultura daquela pessoa, não é? Porque cada cultura também tem a suas especificidades, acho que isso é preciso ter em conta, não é?

O que se calhar para um... epá, o que se calhar para um português é normal, por exemplo, para outras culturas, por exemplo, para um árabe não tem nada a haver. Acho que também temos que ter esse ajuste, para chegarmos também àquela pessoa e entendermos a própria cultura dela, isso tem que ser preciso. Agora a forma de tratamento, isso é óbvio que tem que ser igual, no sentido em que ter que haver respeito e tentar compreender a pessoa, não e só por ela ser de outra nacionalidade que não tem que ter o mesmo tratamento tão bom, como um português, não é? Mas realmente, eu acho que faz todo o sentido ter em conta para também entendermos melhor toda a história e contexto.

Essa questão das culturas é um bocadinho sensível, porque eu acho que não podemos querer adaptar as pessoas a isso, nós temos é de entender a cultura deles. Eu acho que, realmente, isso é importante, agora de que forma, não sei, só se realmente cada técnico também tem que fazer o próprio trabalho, investigar aquela cultura, isso faz-me todo o sentido. Por exemplo, os árabes, elas usam burca e nós não, não é? Se calhar entender o porquê de eles usarem e realmente, integrar e perceber, não é? O porquê, as tradições, por exemplo as tradições deles, os árabes, realmente são muito fortes. Devemos entender o porquê, de onde é que isso vem, como é que lhes faz sentido, mesmo nós não concordando, não é? Também temos que perceber a cultura daquela pessoa, de onde ela vem para que também a possamos entender, de outra forma não vamos. Imagino que seja um erro até, muitas vezes, não propositado, recriminarmos, porquê que fazem aquilo, porquê, não é? Julgar um pouco a cultura, porque não a conhecemos e acho que realmente também é preciso fazer esse trabalho, para entender melhor.

I - Em que medida o seu trabalho tem subjacente práticas de mediação intercultural?

T.T. - Acho que nada em concreto, porque eu também confesso, eu só tive contacto, desde já, com brasileiras e com uma angolana, mas teve bastante tempo no Brasil. Lá está, acho que nada em concreto.

Eu tento realmente é perceber, não é? Se realmente, mesmo se tiver alguma dificuldade, o que é normal, acho que também temos que ver os nossos limites e assumi-los e tentar superá-los. Acho mesmo que, também é falar com a pessoa e tentar perceber. Porque, por exemplo, o que eu noto, às vezes, é a questão do vocabulário, às vezes, eu não sei o que a palavra quer dizer, por exemplo, e eu tenho que dizer:

- “Olha, realmente eu não estou a perceber. Consegue explicar de outra forma, para eu entender?”

Agora não posso, simplesmente, ignorar o que ela me disse. Se calhar, aquela palavra até tem um grande significado para eu entender o resto.

É todo um processo, não é de todo numa sessão, ou duas, ou três, não há propriamente uma prática ou eu não tenho essas ferramentas, não sei... Talvez dar uma perspetiva, talvez a nossa perspetiva, não é? De como as coisas são, não sei...

I - De que forma o técnico pode influenciar a decisão da vítima?

T.T. - Bem, eu acho que primeiro que tudo, não somos nós de todo, que decidimos, de todo. Se calhar, também estou, de certa forma, a falar um bocadinho como psicóloga. Acho que, a pessoa, nós podemos ajudar sim, a pessoa a fazer o caminho, mas ela que decide o caminho, sim, nós estamos ali para ajudar. Mas ela que decide o caminho, ela é que decide se realmente... o que é que vai fazer, se vai sair de casa, senão vai sair de casa. Nós podemos é realmente... de certa maneira dizer.... Ou seja, nunca dizer, nunca dar ordens diretas, mas realmente questionar o que será melhor, ela é que tem que chegar, ela própria à conclusão, não vamos ser nós a decidir a vida daquela senhora. Aquela senhora, não é? Também é um processo terapêutico, no sentido em que realmente ela tem que sentir que tem as rédeas da vida dela, que durante muito tempo não teve. E isso também, muitas vítimas tem esse problema de tomar decisões por causa disso mesmo, porque durante muitos anos, não foram elas que as tomaram. Isso também acontece muito e daí elas ligarem-nos muitas vezes, porque estão muito...precisam ali de uma ajuda, precisam de um reforço, nós notamos isso muito...

Eu acho que, lá está, é fazer o caminho com elas, influenciar, sim, ajudar, sim, mas nunca tomar a decisão por elas. Para mim não faz qualquer sentido e acho que é assim mesmo que tem que ser, acho que é isso. De que forma? De que forma, lá está, é... são vários apoios que nós vamos fazendo, elucidando, salientar e alertar para os perigos que ela está iminente e acaba por ser um pouco por alertando. Ouvindo, perceber realmente a situação dela, ter uma escuta, realmente, ativa e perceber, compreender aquela situação. Nós não estamos nela, mas temos que a compreender e perceber que, lá está, o nosso tempo não é o tempo delas. Mas, ir orientado o caminho delas, por assim dizer, mas são elas que têm que fazer o caminho.

I - Considera que desenvolve uma intervenção social facilitadora de uma resposta adequada às dificuldades que as vítimas apresentam?

T.T. - Sim, mesmo para o futuro. Sim, claro, eu acho que nós realmente damos aqui uma luz, à vida das pessoas. Realmente e a expor as várias perspetivas, os vários cenários que podem acontecer, não é? Porque elas estão tão dentro da situação, que não conseguem ver nada à frente, não conseguem ver possibilidades, opções. A única opção delas é continuar e é, naquilo. E nós, realmente, acho que as iluminamos, não é?

Eu sinto... usando uma metáfora, quando elas estão cá parece que estão num buraco negro, olham para cima e parece que vêm tudo preto e o que eu costumo dizer que se nós virmos bem as coisas, começam a abrir buracinhos, nós é que temos que procurar os buracinhos da luz, não é? E eu acho que nós ajudamos realmente a fazer isso, ver as coisas de outras perspetivas, abrir mais os horizontes e é isso que eu também tento fazer um bocadinho com elas, é ... ok, nós temos esta situação, mas vamos pensar, então vá... quais é que são aqui as opções que nós podemos ter? Fazê-las pensar sobre o assunto, que é também o início, às vezes é complicado porque há bastante persistência, também ... lá está, habituar à mudança, mas é isso, realmente começar a dar-lhes umas luzinhas, novas possibilidades.

I - Como vê a institucionalização das vítimas em Casas Abrigo e Centros de Acolhimento temporários?

T.T. - Eu acho que deviam ser os agressores. Para mim, faz-me sentido o trabalho ser das duas partes, se estamos a trabalhar com as vítimas, estamos a trabalhar com os agressores. O acolhimento temporário, acho que é importante para retirar naquele momento a vítima, acho que faz todo o sentido. As casas abrigo também fazem, mas, lá está num mundo perfeito, os agressores é que saíam, os agressores é que, realmente, se calhar iam para estas casas, mas quem é que os mantém lá? Não é? Isto depois envolve outra logística. Mas tendo em conta que isso tinha que ser um trabalho muito bem pensado na questão dos agressores, eu acho que sim, são umas boas respostas, acho que neste momento se calhar é o que é mais concretizável e o mais eficaz, tendo em conta a nossa realidade atual.

Eu não sei em concreto, verdade, não posso estar a dizer... não quero estar aqui a inventar, o trabalho em concreto das casas abrigo, eu sei que realmente temos a resposta de emergência e é bom, porque nós também conseguimos dar apoio psicológico àquelas pessoas, conseguimos dar uma casa, abrigo, comida e isso é muito bom, porque aquelas pessoas são retiradas da sua realidade, do nada e pelo menos, vão sentir que vão para um sitio seguro, é um sitio estranho, verdade, mas pelo menos têm um sitio onde dormir e comer. Eu acho que isso também deve tranquilizar, imaginando, pondo-me no lugar delas, acho que deve tranquilizar, porque estão em paz, pelo menos ali.

O centro de acolhimento temporário, realmente, é mais temporário e depois, muitas delas acabam por ser transferidas para casas de abrigo, não é? Depois, porque há pessoas que não tem capacidades para ir logo morar sozinhas, ou para apartamento ou para uma casa. Por isso, é que muitas acabam por ser encaminhadas para casa abrigo. As casas abrigo eu não conheço tão bem o trabalho, mas, lá está, elas tentam fazer um plano de vida e ajudar as vítimas a ter uma casa, a ter um emprego, eu acho que isso também é muito bom, ter um apoio para um novo começo. Esta situação é tão dramática, é tão violenta que, pelo menos, ali vão ter técnicos que realmente vão dar este suporte para um novo começo, eu acho que é muito importante para elas. Mesmo que a situação não seja a ideal, volto a dizer, acho que sim, acho que realmente é bom, é bom e esperemos

que também tenhamos casa para homens, não é? Vai acontecer porque acho que é mau porque estamos realmente aqui a fazer uma grande diferença. Nós queremos tanto a igualdade e depois, também não temos para os homens. Homens, vítimas, queremos tanto a igualdade e depois há certas falhas, não é? E se calhar estamos a ir, mais um bocadinho, no padrão e no estigma que os homens são sempre os agressores e não as vítimas.

Para já as casas abrigo são a melhor resposta, mas acho que também se devia fazer um trabalho, para esta não ser a melhor resposta, sempre. Isso, acho que sim, devíamos realmente começar a pensar noutras possibilidades e, realmente, no tratamento dos agressores. Claro que sabemos que há pessoas que não estão disponíveis para isso, se a pessoa não está disponível para o tratamento, é muito complicado, para efeitos terapêuticos. Mas sim, eu concordo que, por exemplo, os agressores tenham realmente programas, e existem programas para agressores, acaba por ser um tratamento quase e uma alteração, eu acho que sim. Também sabemos que há agressores que realmente têm problemas a nível psicológico e psiquiátrico eles sim, deviam receber acompanhamento para isso. Não estou a dizer que a doença seja desculpa, não é, mas também temos que perceber também o porquê daquela pessoa. Mas sim, para já, sim, acho que a longo prazo temos que pensar noutras possibilidades.

I - Como encara a possibilidade de regresso das vítimas para junto dos agressores?

T.T. - Muito mal, porque estamos a falar de agressores que não foram tratados, não foram trabalhados. A maior parte, no máximo... ui, no máximo foram presos, mas é preciso realmente, enfim, quadros muito, muito pesados para serem presos ou então, o quê? Pagaram uma multa? As pessoas não se alteraram, a violência vai continuar, são padrões, não...pode correr durante uns mesitos, não digo que não... pode correr, mas depois...dia menos dia, ela volta. Isto são ciclos, são ciclos e são ciclos viciosos, isto corre muito mal, corre muito mal no geral.

Observações:

Entrevistadas: Vítima Angolana (Código – **V.A.**); Vítima Moldava (Código- **V.M.**) e Vítima Brasileira (Código B- **V.B.**)

Data: 8 de Julho de 2021

Duração: 17 minutos

### Nacionalidade Angolana

V.A.- Estou sim?

I- Boa tarde!

V.A.- Boa tarde!

I- O meu nome é Soraia. Eu não sei se a colega, a doutora Rita da Mulher Séc. XXI falou consigo.

V.A.- Ah, sim! Sim! A doutora Rita, sim! Diz! Diz!

I- Pronto! Era por causa da entrevista, é possível fazer?

V.A. - Sim! Sim, já percebi! Sim, sim!

I- Então, qual o seu país de origem?

V.A.- Guiné-Bissau.

I- Ok! E, qual foi a sua principal motivação para imigrar para Portugal?

V.A.- Pronto, eu no princípio quando vim para Portugal, vim através do meu ex-marido.

I- Sim, os seus objetivos inicialmente foram cumpridos?

V.A.- Como?

I- Se os objetivos que tinha inicialmente foram cumpridos?

V.A.- Sim, foram! Sim, sim.

I- Esta entrevista não vai sair daqui, tem sigilo. Não tenha preocupação acerca disso. Está bem?

V.A.- Como? Não percebi.

I- A entrevista é sigilosa, não tenha preocupação. Está bem?

V.A.- A entrevista quê? Não, não percebi.

I- A entrevista que lhe estou a fazer, é sigilosa. Está bem?

V.A.- Ah, não tem nada que dizer nada, não é? É isso?

I- Eu não vou identificá-la, não se preocupe.

V.A.- Ah, sim, sim. Pois, é melhor! Não faça isso.

I- Esteja descansada, que eu não a identifico, está bem?

V.A.- Pois, afinal, a doutora Rita é minha amiga. Eu sei que ela não vai fazer uma coisa dessas. Por isso, quando ela me ligou e falou-me disso e eu aceitei, porque eu sei quem é a doutora Rita. Agora, se fosse uma pessoa, assim, que eu não conheço, lógico que eu não aceitava.

I- Claro.

V.A.- A doutora Rita é uma grande mulher e por aí, eu respeito. Podes perguntar, diz.

I- Há quanto tempo cá está?

V.A.- Eu já estou aqui, quê? Há 17 anos, não, mais ainda! Eu já estou aqui há 20 anos.

I- E a sua situação familiar, como é que é? O número de pessoas, a relação de parentesco, idades?

V.A.- Sim, agora neste momento, está tudo normal. **E pronto, e vivo com as minhas duas filhas.** **Porque o pai das minhas filhas, tive que separar com ele porque era muito violento, e batia e depois não trabalhava, ia-me pôr num lugar muito... a sério!** **E eu acabei de desistir, foi mesmo a doutora Rita e mais colegas, que me ajudaram.**

I- E para si? O que é que é a violência doméstica?

V.A.- Epá, eu acho que é uma coisa muito terrível, deixa as pessoas, tudo em baixo. Às vezes até, uma pessoa pensa que quer matar-se, estás a perceber? Quer dizer, o meu ex-companheiro nem é mau, mas só que as coisa que ele fazia, ele nem percebia que era mau. Que me dá a entender, agora não sei.

I- Ok.

V.A.- Agora, neste momento, ele está muito arrependido. Até quer voltar comigo, mas eu é que não deixei. Porque já lhe tinha dado chances, já lhe dei muitas chances. Muitas chances, mesmo.

I- Conviveu muito tempo com o agressor?

V.A.- Sim! Vivi, quê? Volta de ... volta de 13 anos. 13.

I- Como considera que foi o período de namoro?

V.A.- Como?

I- Como considera que foi o período de namoro?

V.A.- No primeiro, eu pensava que era um bom homem e pronto, a gente estava bem, mas, ele estava lá em Lisboa e eu sempre aqui, em Leiria. Não sei se é por causa da distância, que eu não reparava nada. Mas ao fim, de nos juntar, já começou a mudar.

I- Ok.

V.A.- Costuma dizer, quando está a distância, há os segredos. Mas quando estão juntos, é que se nota tudo.

I- Vocês hoje em dia não estão juntos, certo? O que é que acha que é diferente, em relação ao fim e à situação inicial de namoro? O que é que acha que foi a grande diferença?

V.A.- Opa, na inicial era tudo bonito, eu pensei que era tudo bom e ele tratava-me bem, não tinha razão de queixa, não tinha nada. Pronto, e depois começou a fazer isto, lhe dei chance ainda, ainda por cima lhe dei duas filhas. Mesmo com aquela situação, ainda por cima lhe dei duas filhas, pensei que podia mudar. Eu assim, opa, vou deixar. Epá, é pai das minhas filhas, com o tempo muda. Lhe dei muita chance, a sério. E depois, ele também, além disto, ele tem um problema de

trabalho. Ele não tem sorte com trabalho, ele tá sempre desempregado, sempre, sempre, sempre. E eu trabalhava muito, muito, era dia e noite e ele estava sempre desempregado.

Com aquela situação de desemprego e mais com a situação que ele depois começou a bater e essas coisas, epá a minha cabeça não estava a dar. Eu até quando fui à doutora Rita, eu estava... até dava para matar-me, para suicidar.

I- Mas não pode pensar nisso.

V.A.- Sim, mas já pensei várias vezes isso. Pronto neste momento já acabou, as doutoras me ajudaram, já superei, mas na altura, opa, estou a dizer a verdade.

I- E como considera a relação do seu ex-companheiro com os filhos?

V.A.- Ah, com os filhos, ele gosta muito dos filhos. Isso é verdade! Gosta muito dos filhos, não tem maneira de ajudar porque ele anda sempre desempregado, até neste momento, ainda está desempregado. Mas ... pela maneira de ver, gosta muito deles. Nunca maltratou.

I- Vocês estão separados há muito tempo?

V.A.- Sim. Já, à volta de uns 4 anos já.

I- E lembra-se? Lembra-se quando foi primeiro episódio em que ele começou a ser mais agressivo, o primeiro episódio de violência doméstica?

V.A.- Opa, foi mesmo quando ele estava a viver junto comigo. Mais ou menos, não sei...ano, mais ou menos, não estou a lembrar. Quando ele começou mesmo bruscamente, daí que descobri quem é ele. Ele afinal, se vê a ele, vê uma pessoa muito calmo... pensa que é boa pessoa. Mas, depois começou a mostrar, ele próprio quem é ele. Eu até não acreditava, quando ele fazia isso, por isso é que lhe dei muitas chances.

Porque ele, quando fazia, ele depois ficava bem comigo, tentava fazer as coisas como deve ser. Mas quando passa um tempo, volta outra vez. Enganava-me a mim. E eu, pronto. Como ele mostrava que estava tudo bem, e eu lhe dava chance. Pronto, deixava andar. Opa, isso acontece. Ele já vai mudar. Nada. Passa um tempo, e volta outra vez.

I- As suas filhas, alguma vez assistiram a algum episódio de violência doméstica? Ou foram alvo?

V.A.- Com as minhas filhas, já chamei a polícia várias vezes.

I- E foram alguma vez, vítimas de algum ato violento, ela? Por parte dele?

V.A.- Haan?! Como?

I- Se elas, alguma vez, foram vítimas de algum ato violento, por parte dele?

V.A.- Não estou a compreender, doutora.

I- Se ele alguma vez lhes bateu ou foi agressivo com elas?

V.A.- Olha, à frente de outras pessoas não, mas à frente das minhas filhas, já.

I- Não, mas ele com as meninas.

V.A.- Olha, à frente de outras pessoas não, mas à frente das minhas filhas, já.

I- Não, mas ele bateu a elas?

V.A.- Quem? A elas?

I- Sim

V.A.- Não, a elas, não. Nunca. É só comigo. Só que eu ficava mal, e as crianças a assistir.

I- Quando é que pediu apoio pela primeira vez?

V.A.- Foi quando eu estava desesperada.

I- E foi logo à doutora Rita?

V.A.- Haan?

I- Foi logo à doutora Rita, que foi pedir apoio?

V.A.- Sim, me mostraram. Alguém que me encaminhou, já não me lembro quem é, eu estava desesperada.

Não, não me encaminharam. Quando me viram eu a sofrer, dessa situação, essas pessoas é que ligaram para a doutora. É que ligaram. Depois da doutora ligou-me e marcou reunião comigo. Alguém que ligou, alguém que ligou. Agora não sei se é

apoio, se é proteção de jovens ou é segurança social, não sei. Mas alguém que ligou, tem de perguntar à doutora. Alguém que ligou, porque eu não sei de nada dessas coisas. Nunca me mexi na vida. Depois a doutora Rita ligou-me e falou: “-Vem!”. E fui conhecer.

I- E a sua situação atualmente, como é que é?

V.A.- Ah, agora está tudo normal! Agora, está tudo normal! Porque eu custava-me tirá-lo fora de casa, a doutora Rita sabe, custava-me. Porque eu dizia: “ – Ah, eu vou ficar sem o pai das minhas filhas, como é que eu vou criar sozinha?”

Eu lhe dei muitas chances, para mudar, mas não mudou. Continuou a mesma coisa, com o problema de trabalho e não sei se é por causa do problema de trabalho, mas não andava bem, não. Mas agora habituei-me, pronto. Agora neste momento, está tudo normal.

I- Que tipo de relação tem com os técnicos?

V.A.- Como?

I- Que tipo de relação tem com os técnicos?

V.A.- Que técnicos?

I- Com a doutora Rita...

V.A.- Ah, não tenho mal. Aquelas são um anjo, epá. Me ajudaram muito, me deram força, eu já te disse ... foram elas que me libertaram, essa coisa de pensar que ia matar-me. Não tenho razão de queixa deles.

I- E quais são os seus objetivos futuros? O que a motiva?

V.A.- Elas todas. Todas que trabalham naquele grupo, todas.

I- Na Mulher Séc. XXI?

V.A.- Sim! Exatamente!

I- Pretende voltar para o seu país de origem?

V.A.- Eu, sim. Gosto de ir ver, de ir ver, passear e voltar. Mas agora, o meu país é aqui. Porque tenho aqui a minha casa, tenho tudo.

Mas... o meu país de origem, sim. Gostava de ir lá, um dia, que tiver dinheiro, para passear e voltar e visitar as famílias. É normal.

I- Só passear? Não pretende voltar, para morar lá?

V.A.- Não, morar, acho que não. Ficar lá um tempinho, por exemplo, de férias ou um ano ou três meses, cinco meses. Sim, eu gostava.

Sabes porquê? Porque já tenho a minha vida, tudo aqui.

I- Claro, claro. Eu entendo.

V.A.- Eu tenho casa, a pagar ao banco. As minhas filhas, tudo, nasceram aqui. Em Coimbra, na Bissaya Barreto. Pronto, tenho outra vida diferente. Mas... é meu país, é meu país próprio, onde é que eu nasci. Eu gostava de ir lá, ficar por exemplo, um ano ou dois anos ou três meses ou quatro meses, porque é meu país de origem.

I- Diga-me, em três palavras, o que imagina que será daqui a 10 anos.

V.A.- Daqui a 2 anos?

I- Daqui a 10. O que é que se vê a fazer, como é que se vê?

V.A.- Daqui a 10 anos? Futuro? Estás a falar de futuro?

I- Sim

V.A.- Ah, pronto. Então eu acho que isto vai melhorar, estamos numa situação muito difícil, da pandemia. Na fábrica onde é que eu trabalho, tudo junto, a gente fica preocupadas, se pode apanhar aquilo. O patrão não tem culpa, tem que se trabalhar, a gente fica sempre a pensar nisso, fica tudo apertado. Tanta gente a trabalhar junto, eu trabalho com muita gente.

Eu acho que isto vai melhorar um dia, temos que ter fé. É tipo outras doenças, que temos que ter a vacina, é preciso ter coragem.

I- Mas a sua vida? Você? O que é que acha que será daqui a 10 anos? Vê-se com as suas filhas, como é que se imagina?

V.A.- Ah, eu não sei! Eu gostava daqui a 10 anos que as minhas filhas tivessem a vida delas e deixem-me, por exemplo, eu... viver porque quero que apareça alguém que gosta muito de mim, pra me fazer companhia. Exatamente. E continuar a ter

boas amigas, como o caso da doutora, para me dar conselhos e mais com a equipa delas, e contigo também! Que eu conheci agora! Por exemplo, a ti também, já é uma ajuda! Quando estou desesperada, o teu conselho já me ajuda.

I- Pronto (...) muito obrigada!

Data: 04/06/2021

Duração: 48 minutos, 27 segundos

Nacionalidade: Moldava

I- Bom dia, qual o seu país de origem?

V.M.- É Moldávia. Moldávia, mas tenho também o documento romeno.

I- Qual foi a sua principal motivação para imigrar para Portugal?

V.M.- É porque também tive violência doméstica e a minha sogra, sempre se colocou nas coisas, na nossa família. É como a situação que me aconteceu aqui, também. Como eu tenho dois filhos, eu estava muito stressada, estava numa pressão muito grande, porque isso cheguei a Portugal, para começar tudo do zero, para conseguir esquecer o passado e começar tudo do início.

Só que não tive sorte porque cheguei aqui, estava cá há um ano, trabalhei e depois encontrei este rapaz, fiquei dois anos e tal com ele. Só que, a mãe dele começou a arranjar problemas, e por isso, é que as coisas não funcionaram tão bem, como estava à espera.

I- Os seus objetivos, inicialmente, foram cumpridos?

V.M.- Eu cheguei a Portugal porque também tenho uma irmã aqui e se alguma coisa acontecer, eu tenho ela ao lado de mim. Agora, como engravidei, como isso, já apareceu um filho, as coisas mudaram. O filho é dele.

I- Há quanto tempo cá está?

V.M.- Quase há quatro anos, em agosto vou fazer quatro anos.

I- Qual a sua situação familiar? (nº pessoas, relação parentesco, idades, atividades)

V.M.- Eu tenho mais pessoas aqui, que pertencem à minha família, não tenho só a minha irmã.

Tenho muitos moldavos na Marinha Grande, que pertencem à família, não tenho só a minha irmã. A minha irmã, tenho, mas tenho a família dela completa. Não estou sozinha. A minha madrinha que é madrinha do meu filho também é romena, mas também mora na Marinha Grande, quer dizer que eu tenho as pessoas que podem ajudar, que estão ao meu lado, só que estão na Marinha Grande, não estão em Leiria. Por isso, que quando acontece qualquer coisa, não podem chegar sempre ao pé de mim.

I- O que é para si a violência doméstica?

V.M.- A mim aconteceu muitas coisas, por exemplo, ele bateu-me, com perna na minha perna. Ele deixava o menino, quando era mais novo, tinha por volta de três, quatro meses, ele deixava-o chorar muito e eu não deixava tanto. Como ele tinha o menino ao lado dele, eu queria levantar o menino para ele não chorar e também, para adormecer e ele bateu-me com a perna minha perna e em cima, ao lado, ao pé do cu. Também tentou-me bater, virou todas as coisas ao contrário em casa. Ele, muitas vezes, chegou a tirar-me o filho, não sei porquê, porque eu não sou uma mãe má, nunca tratei mal a criança, nunca fiz isso.

No início, ela queria fazer o aborto, quando ela descobriu... ainda por cima, quando soube que estava grávida, ela queria abortar o filho, ainda falou mal para mim, com muitas coisas. Eu fechei os olhos para isso, porque estava nesta casa.

I- Conviveu muito tempo com o agressor? Quanto tempo?

V.M.- Há dois anos e meio.

I- Como considera que foi o período de namoro?

V.M.- A diferença é, no primeiro ano de namoro, quando não tinha o menino, mesmo com a mãe dele a arranjar problemas, era diferente. Ele sempre tentava falar contra a mãe dele, para não me magoar a mim, para não arranjar problemas, coisas assim.

Quando nós saímos de casa dele e entrámos nesta casa, que arranjámos os dois, quer dizer que eu arranjei mais, mas ele me ajudou. Ele

começou logo a mudar para mim, não falava comigo, tratava-me mal com as palavras. Podia entrar em casa e deixava tudo desarrumado e eu quando lhe dizia:

“- Não deixes assim...” ou coisas do género, ele tratava-me mal com as palavras. Estava sempre no computador, quer dizer que não ligava para mim.

Quando eu queria meter implante, ele não queria, mesmo quando a minha irmã tentou com ele, para aceitar, para tomar implante, ele não queria, ele queria que tomasse a pilula, quando eu nunca tomei na minha vida, nem sei o que é que se faz com ela. E depois, eu como estava a tomar a pilula, eu disse, se tu não mudas, eu paro de tomar a pilula, porque se tu continuas assim, não vale a pena. Quando uma pessoa não tem relações sexuais, é normal que não fique grávida.

E, o que é que ele fez? A diferença é, no primeiro ano de namoro, quando não tinha o menino, mesmo com a mãe dele a arranjar problemas, era diferente. Ele sempre tentava falar contra a mãe dele, para não me magoar a mim, para não arranjar problemas, coisas assim.

Quando nós saímos de casa dele e entrámos nesta casa, que arranjámos os dois, quer dizer que eu arranjei mais, mas ele me ajudou. Ele começou logo a mudar para mim, não falava comigo, tratava-me mal com as palavras, se eu tomo a pilula ou não, eu esperei mais duas semanas assim e vi que ele não ia mudar e um dia, não tomei a pilula. Quando eu não tomei pilula, ele viu muito bem isso, porque ele ligou-me e escreveu mensagem, não sei se encontro a mensagem, porque já foi há muito tempo, foi há dois anos, quase. Mas ele escreveu e perguntou, porque eu estava a trabalhar no João Gordo e ele sabia muito bem. Agora, ele trata-me mal, porque eu fiz este filho de propósito e coisas dessas. Quando eu fiquei grávida, eu tinha marcado, porque no final ele aceitou para eu meter o implante eu já tinha marcado. Eu descobri que estava grávida no dia 21 de setembro e no dia 29 de setembro eu tinha marcado para meter implante, só que já era tarde e, se no hospital, não me dissessem para eu fazer o teste de gravidez, eu não sabia que estava grávida.

Ele começou a mudar mais quando apareceu o menino e mudou de trabalho, quando eu tive o parto com o menino e ele começou a mudar muito. A

mãe dele, não falei sobre ela, porque ela desde o início arranhou problemas e ainda quer arranjar, porque já não é a primeira vez que ela me tentou bater, é a terceira vez. E ainda por cima, duas das vezes, tentou à frente do filho. Uma vez, tentou nos anos do filho dela, que eu estava com o menino no colo, de um mês. E a segunda vez...foi a terceira, estou a falar a segunda com o menino, foi agora. Ela é que tentou mais bater-me, ele tentou três vezes, bateu-me uma vez quando saí daquela casa, da dela porque nós estivemos lá e quando saímos de lá, ela tentou me bater. Eu fechei os olhos, não meti queixa, não meti nada porque eu amo muito o filho dela e tenho sentimentos, pronto, fechei os olhos, porque eu no final desisti porque não vivia com ela, mas vivia com o filho dela. Antigamente ele estava diferente para mim, só que depois as coisas mudaram porque eu quando descobri que estava grávida, ela estava sempre a meter-se na nossa vida e ligava e dizia coisas que para mim não importava, nem para o filho dela, é normal que eu me chateie com ela, eu já estava grávida e como me enervei, eu desmaiei. Eu estava no chão, a sofrer e ele estava na sala sentado no computador e deixava-me assim, para eu sofrer. Quando acordei, acordei com muitas dores de barriga, pensava que ia perder o filho, como já perdi dois antes, eu já tinha medo e gritei e ele estava a ouvir eu a sofrer em casa e não estava ao pé de mim. Eu pensei que ele estava em casa dela e liguei para ela, ela não entendeu o que eu estava a perguntar, porque estava a chorar, estava stressada e ela chegou rápido aqui e quando descobriu que eu estava grávida, ela queria fazer aborto e antes eu falei com ele e ele não disse para fazer aborto, mas, a seguir, que a mãe diz para fazer aborto, ele também me disse isso.

Agora, quando eu decidi que vou guardar este filho, vou crescer, vou lutar, vou fazer tudo do melhor por ele, ele agora quer tirar-me o filho.

- "Porquê?"

Quando ele queria fazer aborto... agora quer o filho e, afinal, o que é que eles fizeram? No final, quando eles viram que eu decidi estar grávida, eu acho muito bem, eu já conheço o carácter da mãe dele e eles combinaram alguma coisa. Se calhar eles combinaram deixar o menino crescer seis meses, enquanto ele vai mamar e depois tirar, andar comigo no tribunal. O que eu estava a pensar, mesmo isso, aconteceu. Ainda por cima, o menino ainda nem tinha três meses e eu tinha

pouco leite porque como eles arranjaram problemas, eu estava sempre stressada e perdi o leite, tinha uma mama, mas tinha pouco e não chegava para o menino. Como eu não estava a trabalhar, começou esta pandemia e os meus pais não puderam me ajudar com comida para o Manuel, para o menino e eu pedi-lhe a ele para comprar leite em pó e ele disse que ia comprar. Eu fui obrigada a ferver um bocadinho de leite normal e depois, dar ao menino porque ele estava com fome. Eu a seguir, disse-lhe... eu quando lhe dei um bocadinho de leite, eu sei que não é normal, mas também eu não podia deixar o menino morrer de fome. Ele estava com fome, ele estava a chorar, eu estava a chorar ao pé dele porque não lhe podia fazer nada. Não tinha dinheiro, não tinha nada e fui obrigada a lhe dar um bocadinho de leite, é normal, não lhe dei muito, mas dei-lhe um bocadinho para ele se calar. E depois, o meu menino adormeceu e estava tudo bem e, a seguir, porque também estava noite e eu não podia ir a nenhum lado comprar leite e, a seguir a isso, eu emprestei o dinheiro e comprei. Ele chateou-se comigo porque comprei leite para o menino, eu disse:

-“Eu tenho pouco leite!” E ele disse:

-“Ah, tu tens muito leite! Não é preciso, que o médico não disse isso.”

Eu disse:

-“ O menino está com fome, ele precisa comer. Uma mãe conhece muito bem, quando o menino está com fome.” Mesmo eu, eu vi que... senti que tenho pouco leite. Muitas vezes, ele não quer comprar a comida, ele só comprou no início dois pacotes de leite em pó e uma lata de papa. Só isso e a seguir a isso, quando eu pedi mais alguma coisa, ele nunca tinha dinheiro para nós. Se eu for lá fora ou se acontecer alguma coisa, não tenho nenhum dinheiro. Não tenho dinheiro para comprar uma água e ele recebe muito bem, ele paga as coisas, ele compra tudo o que lhe apetece para ele, e para o menino, não quer comprar as coisas quando se acabam. Eu sempre fui obrigada a emprestar ou a minha irmã dar-me algum dinheiro ou a minha madrinha ou os meus pais que mandaram da Moldávia as caixas. Mas ele como pai, ele não comprou nada para este menino, nada! Tudo o que eu tenho é da minha parte. Ele, a única coisa que comprou... comprou as coisas assim pequeninas e dois pacotes de leite e uma caixa de leite, de papa, quando esta nem dá para duas semanas.

I- O que é diferente hoje relativamente ao namoro?

V.M.- Da parte dele, é mais violência psicológica, ele trata-me muito mal com as palavras. Agora já não me está a chamar assim, mas antigamente chamava-me cona, chamava-me parva, chamava-me porca, cabra, todas estas coisas e a mãe dele, a mesma coisa. Os dois fazem a mesma coisa, porque eles são ligados um ao outro, ele é muito ligado à mãe dele e ele é o tipo de pessoa que tem uma cara... não sei bem explicar, mas se tu olhas para ele parece que está tudo bem, mas como ele gosta de mentir, toda a gente pode acreditar nele, mas ninguém sabe o que se está a passar em casa.

Mas como eu sou estrangeira e tenho um filho para lutar, eu não posso ficar mais ao lado de uma pessoa que não me trata bem, eu não sei... agora estou um bocadinho calma porque sei que estou protegida pela Mulher Séc. XXI, alguma coisa falo com a doutora Rita, também tenho o meu psicólogo, também, o Jaime e quer dizer, eu já estou segura um bocadinho, acontece qualquer coisa a polícia também sabe, por isso é que estou segura um bocadinho. Mas antes eu não tinha nenhum momento feliz, do que só chorar... ok, ele fazia as coisas, nos últimos tempos ele fazia as coisas de propósito só para dizer que eu estou a aproveitar-me dele. É a mesma coisa que aconteceu agora, ele como sabe que eu vou embora, ele faz todas as coisas lindas só para eu não ir embora e depois quando ele vê que eu estou calma em casa, ele começa outra vez tudo.

Há muitas coisas que acontecem.

I- Como considera a relação do seu companheiro/marido com os filhos? (tarefas, responsabilidades)

V.M.- É assim, eu quando lhe peço para ele estar com ele... antigamente, ele deixava-o muito chorar e ainda por cima, o menino quando era mais pequenino, tinha por volta de... ele acha que estas coisas são normais, que não são nada graves, mas para mim, por exemplo, é grave, o que ele fez é grave.

Quando o menino, era Inverno, o menino começou a andar com a aranha e tava a mexer-se de um lado para o outro com a aranha e como era Inverno e a casa está fria, nós usamos aquecedor. O aquecedor estava quase sempre ligado e ele... o que é que fez? Eu estava sempre com atenção e a olhar e a dizer-lhe:

- “ Estás com atenção porque o menino vai para lá e ele gosta de mexer em coisas que são perigosas.” Eu disse-lhe:

- “Fica com atenção porque ele vai meter a mão e assim pode acontecer alguma coisa.”

E ele, deixa sempre o menino meter a mão só para ele aprender a não meter mais a mão. Mas o menino tinha por volta de oito meses, era pequenino. Depois, também, na mesma altura o menino começou a puxar as cadeiras, mas as cadeiras são pesadas porque eu ouvi barulho e eu estava na cozinha e o filho estava na sala, ainda ele não estava a puxar..., mas quando eu ouvi barulho, eu cheguei logo lá e quando vi a cadeira ao lado dele, o meu coração estava quase a parar e depois eu avisei-lhe, fica com atenção porque ele vai puxar as cadeiras e é perigoso. Imagina que cai em cima do menino pequenino, o que é que ele faz? É a mesma coisa, o problema dele, é que ele está sempre sentado em cima do sofá a jogar e nem sequer quer tomar atenção para este filho. Ele só fica assim, a gritar para ele que não mexa no lado ou no outro, mas nem sequer se levanta ou brinca com ele, é isto, às vezes. Ele não tem aquela ligação ao menino como os outros pais , ele só fica com o menino quando lhe apetece, é a mesma coisa comigo. Ele nos últimos tempos, eu não sei como ele me a mim, que ele está à espera de que eu saia desta casa, para ele trazer os amigos dele. As coisas não são perfeitas, mas como eu já sofri uma vez com o outro do meu país, eu já não quero sofrer mais com este daqui, porque eu mesmo assim estava stressada, estava numa pressão muito grande , agora estou no outro e qualquer dia pode acontecer alguma coisa que ninguém pode saber porquê. Mas eu não quero chegar até lá, no final, eu decidi mais vale eu estar sozinha porque tenho as pessoas que ajudam do que ficar ao lado de uma pessoa que não sabe respeitar, mesmo agora, eu quero comer alguma coisa e ele só quer deixar-me comer quando lhe apetece ou pelo menos, deixa-me comer e depois diz que eu aproveite-me dele, diz estas coisas, ele diz que quando eu trabalhar eu tenho direito a tudo, que por enquanto, enquanto não trabalhar, não tenho direito a nada. Ele não quer comprar, nem para nós, a comida, nem para o filho. Então, como é que eu posso deixar o filho ao pé dele? Os meus pais foram obrigados a mandar as coisas do meu país, só para tentar dar comida para este filho porque para mim também é difícil, ninguém disse que eu não quero trabalhar, eu quero muito trabalhar, por isso é que eu decidi sair desta casa, estar em algum

sítio enquanto trabalho e ter o filho na creche e lutar por este filho, mas agora eu estando nesta casa, estou à espera para fazermos os dois, para ele me ajudar em alguma coisa, para me ajudar enquanto eu não trabalho, para me ajudar com o leite. Ok, agora o menino cresceu, já é mais fácil para mim porque posso-lhe dar uma sopinha, posso dar comida que eu como ou leite ou coisas do dessas, é mais fácil. Mas quando o menino era pequenino e eu estava a precisar de leite e ele não o comprava. O menino está com um ano, uma semana e alguns dias.

Também, quando acabou o gás, nem sequer comprava. Qualquer coisa que eu estava a precisar em casa ele nunca tinha dinheiro. Ele compra alguns legumes e isso, algumas batatas e isso, mas depois chora que eu não estou a fazer uma comida boa, é normal, com os ingredientes que ele compra, eu não posso fazer uma comida tão boa como ele pensa. Quem faz uma comida boa com 1kg de cenoura, ou batata ou estas coisas? Quando digo compra alguma coisa diferente para eu fazer ele nunca tem dinheiro, mas para comprar cigarros, carne de vaca, cervejas, coisas, ok .... cerveja, coisas dessas, ele compra para nós, mas cigarros eu não fumo, por isso, é à parte, a carne de vaca eu não como, por isso é à parte. Ninguém disse que que não tem direito de comer, tem direito, mas quando sabes que tens dificuldades, que o teu filho às vezes fica sem comer e isso, podias lutar um bocadinho, ele está à espera que toda a gente ajuda e ele não se preocupa com nada, com isso. Como eu posso ficar ao pé de um homem desses quando ele não se preocupa com nada? Ele está a abrir os olhos sempre que ele paga a renda, sempre que paga isso, tudo, está bem, qualquer homem faz isso enquanto a mulher não encontra um trabalho e está em casa com o filho... e a mim? Quem me paga? Que eu estou em casa a tratar sozinha de casa, limpezas, é normal, eu faço assim, mas não faço tão bem como antigamente. Porque eu sei que qualquer dia, posso ir embora daqui. E, a maneira como ele me trata, que eu estava mesmo com o menino e era pequenino, as paredes como estavam pretas com bolor, ou como se diz, eu estava a limpar sozinha com bebé pequenino, cinco minutos estava a limpar e cinco minutos estava a dar mama para o menino, eu estava a fazer tudo sozinha em casa, ele nem sequer limpava paredes, não queria me ajudar. Eu fazia tudo sozinha e ainda por cima, chegava a casa e eu fazia como conseguia, sozinha, porque com o bebé pequenino não é tão fácil e ele chegava a casa e começou a tratar-me mal que eu não presto para nada, que eu não faço nada, que eu ... é

normal que isto te doa muito, quando tu estás desesperada de tanto trabalho, tentas fazer o teu melhor para nós e senão tu ficas maltratada em casa, assim também não pode ser. Muitos meses eu estava a morrer de fome e não tinha quase nada para comer porque as coisas que ele tinha, ele nem sequer me deixava comer, estava sempre que eu não trabalho, que eu não trago nada para casa e que eu não tenho direito a nada. Eu fui obrigada a ir lá fora pedir a ajuda de alguém, para me ajudar e ele agora quer tirar o filho, porquê? Ele nem sequer lutou por este filho... o quê? Ele paga casa, paga renda, para que é isso? Eu vou-me embora e quero ver o que ele vai pagar depois.

A mãe dele, não sei onde, mas arranjou alguns brinquedos e nem sequer deu para este menino para brincar, ela diz sempre que o menino vai brincar só em casa dela. Ele não tem direito a brincar noutro lado, o menino quando fomos lá... qualquer criança grita ou chora ou qualquer coisa, ela sempre está a meter o nome do meu filho no meio ou pelo menos dizer que:

-“Ah, tu não gritas.” , ou não fazes alguma coisa, porque os vizinhos estão a ouvir.

Então? Se eu vou deixar com ela, se o menino está a chorar e ela como é muito nervosa e fica logo agressiva, então o que é que acontece com o meu filho? Se ela começar a bater-me a mim, com o meu filho ao colo de um mês. Então eu imagino que o meu filho vai fazer qualquer coisa em casa e o que é que ela vai fazer a ele? Eu já estou à espera de tudo da parte dela, de tudo! Porque ela é capaz de tudo, ela mesmo agora muitas vezes está a ameaçar que está quase a matar e que é capaz de matar-me. Sim, mesmo agora quando... aconteceu o que aconteceu e ela começou a bater-me, ela começou a inventar as coisas e eu já a conheço a ela, é normal que eu tenho o meu direito de me defender, e eu disse a ela:

- “Se não gostas de alguma coisa, vai-te embora se faz favor, que estás em minha casa e, se faz favor, não me tratas mal e não fales de alguma coisa que nunca aconteceu.” Porque ela começou a dizer que eu era capaz de dar facadas nas costas do meu filho e do filho dela, que eu sou capaz de meter os comprimidos na comida, quando eu nunca estava a pensar nisso e nunca seria capaz de fazer isso. E ela estava mesmo ao lado e estava calado e ainda por cima, estava a dar

razão para a mãe dele. Então, eu vou estar ao pé de um homem desses quando ele está a inventar as coisas com a própria mãe dele, sobre mim. Ele morou dois anos e meio comigo, dormiu comigo na cama e ele está a dizer estas coisas, ele devia ter vergonha, da mãe dele, eu não fui a única que fui batida, bateu ao filho dela, bateu a vizinha e sei lá, qualquer pessoa que bateu mais. Ele teve três namoradas antes de mim, todas foram embora por causa dela, todas! O que é que eu posso dizer desta situação? O quê? A mim, começou a tratar-me mal porque ela diz que sou estrangeira e que não tenho nada a haver com Portugal e as outras, que são portuguesas? E a família dele? D parte do pai dele... o que é que aconteceu? Que nenhuma pessoa fala bem dela, nenhuma, só se fosse uma amiga dela ou algumas pessoas que à frente estão a ouvir e atrás estão a (...) só isso, eu tenho quatro anos desde que estou em Portugal e eu nunca ouvi uma palavra boa sobre ela, nunca!

I- Quando acha que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica?

V.M.- Foi quando tinha o meu filho seis meses, aconteceu por volta de novembro. Nós estávamos juntos desde o início, nós estamos em casa da mãe dele. Eu estive em casa da minha irmã dois meses, o primeiro dia Julho de 2019 nós entrámos nesta casa juntos.

Isto começou quando ele tentou bater-me.

I- Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Onde, técnico que procurou, o motivo, o que pretendia)

V.M.- Quando eu meti a queixa na polícia?

A primeira vez foi quando ele tentou tirar-me o filho com ela. Porque quem começou tudo foi ela mesma, não foi ele, atenção. Porquê que eu digo isso? Porque eles (...) porque ela queria fazer o aborto e eu não aceitei, depois ela estava à espera de que o menino fizesse meio ano e aconteceu isso. E... o que é que aconteceu? Estava tudo bem connosco naquela altura um dia qualquer ele chegou e disse-me, vamos partilhar quinze dias comigo, o filho, quinze dias contigo e eu fiquei a olhar para ele e disse:

-“ Mas como é que eu posso fazer isso? Este é o meu filho, este não é um boneco, nem um brinquedo, a criança hoje vai brincar a um e amanhã a outro, não é...isto não pode ser assim.”

E eu, é claro que não aceitei, mas, quem andou a dar voltas na cabeça por causa disso foi a mãe dele, não foi ele e eu cheguei lá para ver porquê, porque ele estava ao meu lado quando ela estava a ligar, estava a contar-lhe tudo o que ele tinha para fazer, para falar com a advogada, para ir a qualquer sítio, para fazer as coisas e ela estava a ligar e estava a contar tudo o que ele precisava fazer. Eu não posso confirmar a conversa, mas eu ouvi algumas palavras, porque ele muitas vezes metia alto e como eu já a conheço bem, entendi logo o que está a acontecer, já estou à espera. Antes de acontecer tudo isto, eu digo-te, quando nós fomos a casa dela, algumas vezes, ela estava a dizer para o meu filho:

-“A avó, um dia, vai arranjar os brinquedos, mas vais brincar só nesta casa.”

Eu ouvi uma, duas, três vezes e logo pensei nas coisas, porque já estava à espera para acontecer alguma coisa e fazer qualquer coisa e um dia qualquer, ele chegou e disse que quer partilhar o filho e eu entendi logo porquê que ela disse aquelas palavras com os brinquedos, que já estava à espera para tirar o filho e o menino ficar lá, só se fosse uma pessoa burra para não entender isso, mas eu não sou tão parva como eles pensam porque eles acham que eu sou estrangeira e que não entendo bem português, mas não, eu entendo português, mas não sei bem falar. Eles aproveitam-se disso e, o que é que aconteceu? Ela tentou partilhar o filho e eu não aceitei e ela estava ali a explicar o que é que é para fazer porque antes de acontecer o que aconteceu, ele estava ... fez-me um café, estava a beber um café comigo, estávamos a rir, a falar, coisas dessas e depois, a mãe dele ligou para ele e começou a explicar as coisas, o que é que ele tinha que fazer, a seguir à conversa deles. Eu ouvi algumas coisas e estava calada, não disse nada... a seguir à conversa deles, ele foi tomar um banho, foi-se arranjar e depois, lanchou o menino, como era pequenino, mamou e adormeceu no meu colo e ele, quando já estava arranjado, ele chegou ao pé de mim e queria levar o filho, para ir buscar água, que nós vamos buscar água a Amor e porque estava chorar e eu não deixei

e ainda por cima ele estava ameaçar-me que ia comigo a tribunal para tirar a guarda partilhada ou pelo menos, tirar tudo. Antes disso, uns meses atrás, eu disse-lhe:

-“Vamos buscar água”, porque da torneira não conseguimos beber porque estava suja e eu disse-lhe:

-“Vamos buscar água porque preciso beber água” e ele não queria e, naquele dia, a seguir à conversa dela, ele queria ir buscar água, com o menino pequenino e com chuva e com tudo isso. É claro que eu não aceitei. Ele aí começou a fazer as coisas contra mim, começou a virar o carrinho, eu ainda tenho foto de como ele virou porque antes de acontecer isso, ele também fez mais coisas. Um dia eu tentei fazer uma comida da Moldávia que ele gosta e se trabalha com farinha, com coisas dessas e o menino estava a chorar e quando ele chegou a casa, eu disse-lhe:

- “Toma conta da criança para eu acabar de fazer a comida.” Ele ficou nervoso, furioso e começou a deitar tudo no chão, encheu-me o chão de farinha, encheu de todas estas coisas e eu tirei a foto e mandei para a minha irmã para ter uma ... para gravar estas fotos porque qualquer coisa, se precisar.... Porque eu também tinha gravações só que ele como tinha, antigamente, a minha passe do telemóvel, ele limpou tudo. Mas, naquele dia, quando ele começou a bater-me e a fazer essas coisas, aos seis meses, eu meti a gravar, porque ele começou antes disso a tratar-me mal e eu, como estava à espera, a qualquer momento, eu estava a gravar e ainda bem que meti a gravar porque lá nota-se quando ele tinha violência, tinha tudo. E há alguns dias, estava tudo bem e depois começou tudo do início.

I- Como é a situação atualmente?

V.M.- Sim, agora estou ainda com ele porque estou à espera para aparecer alguma vaga, para sair desta casa. Eu hoje falei com a doutora Rita e ela disse que tinha uma vaga, mas entrou outra pessoa e qualquer dia sai outra e vou entrar eu ou, senão, vai levar-me a outro sítio.

I- Que tipo de relação tem com os técnicos?

V.M.- Sim, eu tenho... eu antes, de tudo acontecer isso... o que é aconteceu? Acabou o gás e o menino como fez cocó, estava a precisar de dar banho e um dia

ele chegou a casa, eu lhe dei dinheiro e comprou o gás só que, naquela altura, estava a precisar de dar banho ao menino, acabou o gás e foi a vizinha a emprestar uma panela de água, mas ela como sabia algumas coisas que me aconteceu na minha vida, quer dizer, nesta casa, ela ligou porque ela também passou por isso. Quando eu fui lá, ela foi comigo para me acompanhar, porque eu quando fico nervosa, às vezes não consigo explicar bem as coisas e foi comigo, porque também não tenho carta. Ela ligou para as pessoas que também conhece, para me dar um ajuda.

Sim, tenho uma boa relação. A doutora Rita não conheço tão bem, mas pelo menos com o Jaime ..., mas o Jaime conhece muito bem a doutora Rita por isso que eles estão ligados um ao outro.

I- Quais são os seus objetivos futuros? O que é que a motiva?

V.M.- O que é que eu quero fazer no futuro? Quero sair desta casa, estar nalgum sítio para conseguir arranjar um trabalho e uma creche para o Manuel, para o meu menino. É isso que eu quero, sair desta casa, encontrar um trabalho, uma creche e lutar pela nossa vida.

I- Pretende voltar para o seu país de origem?

V.M.- Mesmo que eu queira ir para lá, eu não posso. Porque se eu vou para lá, eu fico presa, mesmo com o meu filho. Por isso, esquece. Fico presa porque ele é português e se o pai não deixar, eu não posso ir sem a autorização dele, por isso esquece. Eu queria muito ir, porque lá, se eu fosse para o pé dos meus pais, era muito mais fácil porque eu lá tenho tudo para o meu filho crescer, não tenho nenhum problema, só que não é tão fácil como as pessoas pensam. Por isso, é que eu estou a pedir ajuda, porque não é tão fácil como as pessoas pensam, porque mesmo que eu tenha minha irmã aqui, tenho as pessoas, mas elas não podem me levar para casa delas. Ok, a minha irmã pode levar-me alguns meses, mas também não posso ficar sempre lá, porque ela tem também família, por isso é que eu precisava arranjar alguma maneira para lutar por mim e pelo meu filho. Mais vale eu estar sozinha do que com o pai dele, porque não me ajuda quase com nada. É isso o meu sonho, sair desta casa, encontrar trabalhar, pôr o menino na creche e lutar pela nossa vida, só isso.

I- Diga-me em três palavras o que imagina que será daqui a 10 anos. Obrigada pela sua atenção.

V.M.- Ahhh, aí é difícil. Depende de como vão correr as coisas, depende... Não sei, eu estava a pensar assim... eu quero lutar, arranjar uma casa, uma vida boa para mim e para o meu filho e, pronto... estar feliz naquela altura, só isso... ao pé do meu filho, o que é que eu posso querer mais? Eu não sei o dia de amanhã e, ainda pensar o que vai acontecer daqui a 10 anos, é inadmissível pensar isso. Mesmo que eu queira pensar, eu não posso, eu não posso ganhar ideias, porque muitas vezes quando pensas alguma coisa, acontece o contrário, por isso eu já aprendi a estar bem no mesmo dia, por exemplo, hoje eu estou bem, porque eu não sei o dia de amanhã.

Muitas vezes, aconteceu eu pensar à frente e aconteceu muitas coisas ao contrário, por isso, esquece, da minha parte, esquece isso. Agora estou a viver o presente, mas o futuro, logo se vê.

Eu estou stressada e estou nervosa com tudo, mas, pelo menos, quando eu vou falar com alguém ou com os meus psicólogos, eu fico mais descansada, fico melhor porque ele nem sequer me deixa falar com alguém, nem sequer deixa alguém entrar nesta casa, não deixa nada. Mas ele quer saber tudo das minhas coisas, por isso mais vale estar sozinha e ter uma vida feliz, ao pé do meu filho.

Data: 18/06/2021

Duração: 18 minutos, 25 segundos

Nacionalidade: Brasileira

I- Bom dia, qual é o seu país de origem?

V.B.- É o Brasil.

I- Qual foi a sua principal motivação para imigrar para Portugal?

V.B.- Buscar uma vida melhor, por causa da violência também. Nunca sofri violência doméstica antes, violência que eu falo é do Brasil.

I- Os seus objetivos, inicialmente, foram cumpridos?

V.B.- Sim.

I-Há quanto tempo é que cá está?

V.B.- Dois anos.

I- Qual a sua situação familiar? (nº de pessoas, relação parentesco, idades, atividades)

V.B.- Sou só eu, eu moro sozinha. Tenho quarenta e quatro anos.

I- O que é para si a violência doméstica?

V.B.- A violência doméstica principal, para mim, é a psicológica. Ela mata a gente por dentro e depois a física, mas quando já inicia a violência física, provavelmente a psicológica já... começa primeiro a psicológica, para mim é uma das piores.

I- Conviveu muito tempo com o agressor? Quanto tempo?

V.B.- Eu vivi com ele dois anos, mas o que eu sofri com ele foi muita discriminação também pelo facto de eu ser brasileira, falava sempre, sempre do país, da cor, da raça, do país, dessas coisas. Sofria muita discriminação, às vezes, “zoava” com a filha, se ela queria ir estudar para o Brasil como se o Brasil fosse ... essas brincadeiras de mau gosto.

I- Como considera que foi o período de namoro?

V.B.- Ah, foi no início de agosto... eu cheguei em julho, eu conheci ele com um mês, mais ou menos, que eu estava cá. Mas eu não vim direto morar com ele, eu vim morar com uma amiga. Eu conheci e aí, gostei dele pareceu ser maduro. Ele tinha quarenta e dois anos, eu tinha quarenta e quatro, então eu achava que agente já era pessoas maduras.

Dentro de um mês, um mês mais ou menos ou dois, eu estava lá e ele já começou a mudar de comportamento. Ele, sim, facebook... já começou a sufocar, rebaixar e assim, ele não conversava, não explicava “não gosto disto”, talvez “eu quero que você faça isso”, nunca chegou e nunca reclamou de nada. Era sempre (...) sempre um ar triste, “não quero falar”, “tu és gorda”, “tu és tonta”, “tu és” isto, “tu és” aquilo, eu procurava o diálogo e ele não falava, nada.

I- O que é diferente hoje relativamente ao namoro?

V.B.- Sim, foi muita mais agressivo porque ele agredia-me psicologicamente (...) e eu sou muito otimista, não é? Eu acredito que as pessoas conseguem mudar, eu fiquei até ao final da relação porque também gostava muito dele, só que eu vi que eu já estava com uma depressão, já estava mal, entendeu? Já estava com uma depressão, dentro de um ano, acredito que já estava, eu fui medicada, me sentia muito inferior. A culpa que eu carregava, mas era pelo facto de (...).

I- Como considera a relação do seu companheiro/marido com os filhos? (tarefas, responsabilidades)

V.B.- Sim, ele tem uma filha, de outra relação que ele teve. Ela vem na casa dele de quinze em quinze dias, mas eu me dei muito bem com a filha, nunca tive problemas, até é uma menina muito educada.

A relação dele com a filha é boa, ele é um pai muito próximo da filha, eu acho que a filha dele tem paciência também. Mas, sobre a filha eu não posso... eu só posso dizer que é uma boa relação.

I- Quando acha que aconteceu o primeiro episódio de violência doméstica?

V.B.- O primeiro episódio que aconteceu, mesmo, foi quando ele viu ... o primeiro episódio foi no espaço de quatro, cinco meses, que eu já com ele, que eu postei

uma foto no Facebook e os amigos de lá do Brasil comentaram que eu estava bem, que estava bonita e essas coisas e ele ficou completamente perturbado, chegou a casa, pegou o meu braço, bateu-me, quebrou coisas.

I- Relativamente à filha dele, ela alguma vez assistiu a algum episódio de violência doméstica? Ou foi alvo de algum ato violento?

V.B.- Não. Não, ela só ia lá de quinze em quinze dias e eu nunca ia aparecer para ela com algum maltrato porque ela não era obrigada, não é? É uma criança, tem treze anos.

I- Quando pediu apoio pela primeira vez? Porque foi? (Onde, técnico que procurou, motivo, o que pretendia)

V.B.- Eu nem me lembro, foi mesmo em 2019, depois em dois mil e ... eu não tenho a data certa. A primeira vez, eu pedi apoio porque eu vim morar com ele pouco tempo e ele batia nas coisas e dizia que me ia entregar para o SEF e essas coisas e eu não sabia na altura... mas depois, eu falei ... eu comecei a trabalhar e o patrão disse que não tinha nada a haver, que ele não podia me denunciar ou fazer qualquer coisa, eu fiz duas queixas, uma queixa... tirei! Mas depois eu fiz uma em 2020, eu tinha mudado de casa (...), aí depois ... e agora esta, que piorou tudo.

Eu pedi apoio porque eu estava a viver num anexo, que eu aluguei com ele e eu pagava lá a renda porque eu dentro da casa dele, não tinha espaço para morar e eu queria ter um espaço para mim, para descansar e ele morava lá baixo. Quando a gente estava bem eu ficava na casa dele, quando a gente não estava eu ficava, cada um ficava na sua casa. Só que desta vez, ele me chamou de prostitua e essas coisas e eu coloquei um ponto de final e disse:

- "Olha, nunca mais, tu vais me chamar de prostituta." Eu tive uma discussão com ele, acabou a relação.

- "A partir de amanhã, eu vou sair daqui, nunca mais vai existir a gente."

E aí, saí, aí saí. Peguei um táxi, precisava de refletir e pensar o que eu ia fazer. Queria alugar um quarto, queria descansar a cabeça. Depois retornei para casa, por volta da meia-noite e depois, quando eu cheguei a casa, ele já estava me aguardando na porta e assim que eu saí de casa, ele começou a me ligar e eu não

atendi. Eu não queria discutir, queria descansar a cabeça, para poder mudar e organizar coisas, só que ele tinha a chave do anexo, que eu não tinha recibo e, na altura, ele deve ter trocado a fechadura da porta. Quando eu cheguei, para entrar lá no anexo, ele já tinha mudado a fechadura da porta, ele me agrediu na porta, tive que sair correndo e depois quando eu tentei subir para casa e tentei enfiar a chave, a chave já não entrava, ele tinha me mudado a fechadura, me deixou na rua. Eu ainda deitei uma hora e meia lá no chão, na porta da minha casa, ainda toquei à campainha, tentei meter a chave e tudo e quando eu vi que não tinha nenhuma solução, eu pedi ajuda à GNR.

I- Como é a situação atualmente?

V.B.- A minha situação é assim, ele era muito ciumento, eu trabalhava numa empresa, ele pediu para eu sair porque não queria que eu chegasse à meia-noite a casa e eu acabei saindo do trabalho. Interrompeu muito trabalho meu e não me deixava trabalhar, me chateava muito a cabeça, estava sempre a ligar, sempre a dizer que eu estava dando bunda para outros homens e essas coisas, eu andava com a cabeça muito, muito, muito, muito fervida, só agora é que eu já melhorei. Agora arranjei emprego e agora estou recomeçando de novo, a alugar um quarto, a trabalhar, vou tentar de novo, é isso.

I- Que tipo de relação tem com os técnicos?

V.B.- Eu, na verdade, quem pediu ajuda para mim foi a GNR, que pediu ajuda à Mulher Séc. XXI. Eu não tinha onde ficar. Eles entraram em contacto e pediram ajuda e elas é que me socorreram, senão fosse essa associação eu não sei o que seria de mim, entendeu?

Tenho boas relações, tenho relação com uma, com outra.

I- Quais os seus objetivos futuros? O que a motiva?

V.B.-O meu motivo é recomeçar, trabalhar, reconstruir a minha vida da maneira mais certa possível e isto também foi uma lição de vida, não é? A ponto de ... foi uma lição de vida e que eu vou levar para a vida toda e que eu vou, agora, ficar mais atenta a mim mesma, mais amor próprio, me preocupar, não envolver com qualquer pessoa, assim, entendeu?

I- Pretende voltar para o seu país de origem?

V.B.- Não. Estou cá sozinha.

I- Diga-me em três palavras o que imagina que será daqui a 10 anos. Obrigada pela sua atenção.

V.B. O que vou estar a fazer em 10 anos? Trabalhando, acho que vou estar com os meus filhos. Eu tenho dois filhos, lá no Brasil, eu vim para cá por causa deles porque eu queria pagar a faculdade. Um tem dezoito, outro tem vinte. E queria estar com alguma formação, em estética.

Mas eu quero dizer também que Portugal é um bom lugar para viver.



## **Sinopse de Entrevista**

<b>Categoria de Análise</b>	<b>Excertos da Entrevista</b>
<b>Futuro da Vítima</b>	<p>“(…). Então eu acho que isto vai melhorar, estamos numa situação muito difícil, da pandemia. Na fábrica onde é que eu trabalho, tudo junto, a gente fica preocupadas, se pode apanhar aquilo. O patrão não tem culpa, tem que se trabalhar, a gente fica sempre a pensar nisso, fica tudo apertado. Tanta gente a trabalhar junto, eu trabalho com muita gente. (...) Ah, eu não sei! Eu gostava daqui a 10 anos que as minhas filhas tivessem a vida delas e deixem-me, por exemplo, eu... viver porque quero que apareça alguém que gosta muito de mim, para me fazer companhia (...).” – Vítima Angolana</p> <p>“(…) Não sei, eu estava a pensar assim... eu quero lutar, arranjar uma casa, uma vida boa para mim e para o meu filho e, pronto... estar feliz naquela altura, só isso... ao pé do meu filho, o que é que eu posso querer mais? (...)” – Vítima Moldava</p> <p>“(…) Trabalhando, acho que vou estar com os meus filhos. Eu tenho dois filhos, lá no Brasil, eu vim para cá por causa deles porque eu queria pagar a faculdade. Um tem dezoito, outro tem vinte. E queria estar com alguma formação, em estética. (...)” – Vítima Brasileira</p>

## Mediação

“(...) Aqui a proveniência, queres dizer o quê? Tem a ver com a cultura? Claro que sim! É assim, até às vezes dentro da própria cultura, tu encontras pessoas diferentes. Eu também às vezes como técnica tento seduzir uma vítima. (...) Porque tu também, às vezes, precisas aqui de algumas ferramentas, para chegares até à vítima. Se eu encontro diferenças entre a mulher portuguesa e brasileira, da forma como eu trabalho, que possa intervir? Não! Não é por ser brasileira que eu vou maltratar! Não é maltratar, vou dar-lhe um trato diferente, eu acho que somos todas iguais! Mas sabes? Uma mulher de outra cultura, quando chega até aqui, sendo de outra cultura que não a portuguesa, vamos supor. Essas mulheres já vêm mais decididas do que as nossas, da nossa cultura. Porque ... a mulher portuguesa é a mulher que já tem muita ... mais empoderada e tem mais liberdade, a legislação, a nossa cultura não é tão radical como outras culturas, não é? Vou-te dizer que tenho algumas mulheres arábias, desses países, que vêm até nós, ainda ontem recebi aqui uma senhora, mas essa senhora para vir cá, já nem usa véu. Ela já consegue encontrar estratégias e para vir aqui, ela já é uma mulher empoderada, nunca me disse que ia voltar para ele ou por isto ou por aquilo. Mas, tivemos outras mulheres que da mesma família que essa, que teve na casa abrigo, mas que regressou para ele. Isto tem a haver, tanto

acontece com mulheres dessa cultura, como acontece com as nossas mulheres portuguesas.

A mulher brasileira que, neste momento, temos muita mulher brasileira. Será que eu sinto aqui, a diferença entre a mulher portuguesa e a mulher brasileira? Eu acho que é a língua, talvez a forma de comunicação, a linguagem, requer um determinado esforço da minha parte para explicar de uma forma mais minuciosa, mais delicada... não é delicada, porque a delicadeza temos que fazer com elas todas, não é? Mas se calhar tenho que me desdobrar mais da forma de comunicar, de repetir de formas diferentes para ela entender o que eu estou a dizer. Aí sim, há uma grande diferença, aí sim. A grande diferença é a de entendermos a própria cultura dela, isso tem que ser preciso. (...)" – Técnica Rita

"Agora a forma de tratamento, isso é óbvio que tem que ser igual, no sentido em que ter que haver respeito e tentar compreender a pessoa, não e só por ela ser de outra nacionalidade que não tem que ter o mesmo tratamento tão bom, como um português, não é? Mas realmente, eu acho que faz todo o sentido ter em conta para também entendermos melhor toda a história e contexto.(...) Essa questão das culturas é um bocadinho sensível, porque eu acho que não podemos querer adaptar as pessoas a isso, nós temos é de entender a cultura deles. Eu acho que, realmente, isso é importante, agora de que forma, não sei, só se realmente cada técnico também tem que fazer o próprio trabalho, investigar aquela cultura, isso faz-me todo o

sentido. Por exemplo, os árabes, elas usam burca e nós não, não é? Se calhar entender o porquê de eles usarem e realmente, integrar e perceber, não é? O porquê, as tradições, por exemplo as tradições deles, os árabes, realmente são muito fortes. Devemos entender o porquê, de onde é que isso vem, como é que lhes faz sentido, mesmo nós não concordando, não é? Também temos que perceber a cultura daquela pessoa, de onde ela vem para que também a possamos entender, de outra forma não vamos. Imagino que seja um erro até, muitas vezes, não propositado, recriminarmos, porquê que fazem aquilo, porquê, não é? Julgar um pouco a cultura, porque não a conhecemos e acho que realmente também é preciso fazer esse trabalho, para entender melhor. (...)

Acho mesmo que, também é falar com a pessoa e tentar perceber. Porque, por exemplo, o que eu noto, às vezes, é a questão do vocabulário, às vezes, eu não sei o que a palavra quer dizer, por exemplo, e eu tenho que dizer:

- «Olha, realmente eu não estou a perceber. Consegue explicar de outra forma, para eu entender?»

Agora não posso, simplesmente, ignorar o que ela me disse. Se calhar, aquela palavra até tem um grande significado para eu entender o resto.

É todo um processo, não é de todo numa sessão, ou duas, ou três, não há propriamente uma prática ou eu não tenho essas ferramentas, não sei.... Talvez dar uma perspetiva, talvez a

nossa perspectiva, não é? De como as coisas são,  
não sei... (...)" – Técnica Teresa

## Família

“(…)Há muitas mães, como eu já te disse no outro dia, dizem para a filha: - «Aguenta! Porque eu também aguntei, o teu pai também me maltratou.» Não é? Por isso, muitas vezes, as vítimas vêm aqui e elas não querem apresentar queixa. Por isso, é que a gente acompanha esta vítima e trabalha-a para ela apresentar a queixa e temos que explicar o que vai acontecer depois dessa queixa(…)”- Técnica Rita

“(…)muitas delas também já tinham aquelas situações em casa, o que faz com que tudo aquilo seja normal para elas (….)também temos aqui a questão dos filhos, sustentar a elas e aos filhos, dar boas condições, está muito preso a isso (….) os filhos em si, os próprios filhos, ela pensarem, depois não vão ter um pai, não vão ter a figura masculina, ele... - «ah, ele é assim para mim, mas para os miúdos, não é...»” – Técnica Teresa

“(…)E pronto, e vivo com as minhas duas filhas (.. )Ah, com os filhos, ele gosta muito dos filhos. Isso é verdade! Gosta muito dos filhos, não tem maneira de ajudar porque ele anda sempre desempregado, até neste momento, ainda está desempregado. Mas ... pela maneira de ver, gosta muito deles. Nunca maltratou. (….) Com as minhas filhas, já chamei a polícia várias vezes. (….) Olha, à frente de outras pessoas não, mas à frente das minhas filhas, já. (….) Não, a elas, não. Nunca. É só comigo. Só que eu ficava mal, e as crianças a assistir. (….)” – Vítima Angolana

“(…)Eu cheguei a Portugal porque também tenho uma irmã aqui e se alguma coisa acontecer, eu tenho ela ao lado de mim (….) Eu

tenho mais pessoas aqui, que pertencem à minha família, não tenho só a minha irmã. Tenho muitos moldavos na Marinha Grande, que pertencem à família, não tenho só a minha irmã. A minha irmã, tenho, mas tenho a família dela completa. Não estou sozinha. A minha madrinha que é madrinha do meu filho também é romena, mas também mora na Marinha Grande, quer dizer que eu tenho as pessoas que podem ajudar, que estão ao meu lado, só que estão na Marinha Grande, não estão em Leiria. (...)

Os meus pais foram obrigados a mandar as coisas do meu país, só para tentar dar comida para este filho (...)" – Vítima Moldava

"Sou só eu, eu moro sozinha. Tenho quarenta e quatro anos. (...) os meus filhos. Eu tenho dois filhos, lá no Brasil, eu vim para cá por causa deles porque eu queria pagar a faculdade. Um tem dezoito, outro tem vinte. (...)" – Vítima Brasileira

### **Relação Vítima/ Agressor**

“(…)Podemos ver aqui o fator económico, porque muitas mulheres dependem economicamente destes homens.(…) porque se uma vítima não apresentar queixa, vai dar espaço para esse agressor vir ocupar mais espaço que existe entre eles. (…)

Houve uma altura, na nossa ficha de utente, não tem nada a haver, mas a gente pergunta se a vítima dorme com o agressor. E vou-te dizer uma coisa, 50% ou mais de portugueses, já não dormiram com as esposas, por situações ... tudo a haver com maus-tratos, amuos. Não estou a dizer por doença, ou por isto, ou por aquilo... acredita nisto! Há mulheres que não dormem com os maridos à 9 anos, à 12, outros porque houve uma chatice e depois foram dormir no sofá, outro dormiu, depois voltou, depois mudam de cama, depois porque um faz muito barulho a dormir...” – Técnica Rita

“(…)muitas delas também já tinham aquelas situações em casa, o que faz com que tudo aquilo seja normal para elas (…)

ele foi isolando-as (…)” – Técnica Teresa

“(…) Porque o pai das minhas filhas, tive que separar com ele porque era muito violento (…)

No primeiro, eu pensava que era um bom homem e pronto, a gente estava bem, mas, ele estava lá em Lisboa e eu sempre aqui, em Leiria. Não sei se é por causa da distância, que eu não reparava nada. Mas ao fim, de nos juntar, já começou a mudar. (…)

Com aquela situação de desemprego e mais com a situação que ele depois começou a bater e essas coisas, epá a minha cabeça não estava a dar.(…) Opa, foi mesmo quando ele

estava a viver junto comigo. Mais ou menos, não sei...ano, mais ou menos, não estou a lembrar. Quando ele começou mesmo bruscamente, daí que descobri quem é ele. Ele afinal, se vê a ele, vê uma pessoa muito calmo... pensa que é boa pessoa. Mas, depois começou a mostrar, ele próprio quem é ele. Eu até não acreditava, quando ele fazia isso, por isso é que lhe dei muitas chances. Porque ele, quando fazia, ele depois ficava bem comigo, tentava fazer as coisas como deve ser. Mas quando passa um tempo, volta outra vez. Enganava-me a mim. E eu, pronto. Como ele mostrava que estava tudo bem, e eu lhe dava chance. Pronto, deixava andar. Opa, isso acontece. Ele já vai mudar. Nada. Passa um tempo, e volta outra vez. (...)" – Vítima Angolana

"(...)Só que não tive sorte porque cheguei aqui, estava cá há um ano, trabalhei e depois encontrei este rapaz, fiquei dois anos e tal com ele. Só que, a mãe dele começou a arranjar problemas, e por isso, é que as coisas não funcionaram tão bem, como estava à espera. (...)A mim aconteceu muitas coisas, por exemplo, ele bateu-me, com perna na minha perna. Ele deixava o menino, quando era mais novo, tinha por volta de três, quatro meses, ele deixava-o chorar muito e eu não deixava tanto. Como ele tinha o menino ao lado dele, eu queria levantar o menino para ele não chorar e também, para adormecer e ele bateu-me com a perna minha perna e em cima, ao lado, ao pé do cu. Também tentou-me bater, virou todas as coisas ao contrário em casa. Ele,

muitas vezes, chegou a tirar-me o filho, não sei porquê, porque eu não sou uma mãe má, nunca tratei mal a criança, nunca fiz isso. No início, ela queria fazer o aborto, quando ela descobriu... ainda por cima, quando soube que estava grávida, ela queria abortar o filho, ainda falou mal para mim, com muitas coisas. Eu fechei os olhos para isso, porque estava nesta casa. (...)A diferença é, no primeiro ano de namoro, quando não tinha o menino, mesmo com a mãe dele a arranjar problemas, era diferente. Ele sempre tentava falar contra a mãe dele, para não me magoar a mim, para não arranjar problemas, coisas assim. Quando nós saímos de casa dele e entrámos nesta casa, que arranjámos os dois, quer dizer que eu arranjei mais, mas ele me ajudou. Ele começou logo a mudar para mim, não falava comigo, tratava-me mal com as palavras (...) Ele começou a mudar mais quando apareceu o menino e mudou de trabalho, quando eu tive o parto com o menino e ele começou a mudar muito (...)" – Vítima Moldava

"(...)Eu vivi com ele dois anos, mas o que eu sofri com ele foi muita discriminação também pelo facto de eu ser brasileira, falava sempre, sempre do país, da cor, da raça, do país, dessas coisas. Sofria muita discriminação, às vezes, "zoava" com a filha, se ela queria ir estudar para o Brasil como se o Brasil fosse ... essas brincadeiras de mau gosto.(...)Ah, foi no início de Agosto... eu cheguei em Julho, eu conheci ele com um mês , mais ou menos, que eu estava cá. Mas eu não vim direto morar com ele, eu vim morar com uma

amiga. Eu conheci e aí, gostei dele pareceu ser maduro. Ele tinha quarenta e dois anos, eu tinha quarenta e quatro, então eu achava que agente já era pessoas maduras. Dentro de um mês, um mês mais ou menos ou dois, eu estava lá e ele já começou a mudar de comportamento. Ele, sim, facebook... já começou a sufocar, rebaixar e assim, ele não conversava, não explicava «não gosto disto» , talvez «eu quero que você faça isso», nunca chegou e nunca reclamou de nada. Era sempre (...) sempre um ar triste, «não quero falar», « tu és gorda», «tu és tonta», « tu és» isto, «tu és» aquilo, eu procurava o diálogo e ele não falava, nada. (...) Sim, foi muito mais agressivo porque ele agredia-me psicologicamente (...) e eu sou muito otimista, não é? Eu acredito que as pessoas conseguem mudar, eu fiquei até ao final da relação porque também gostava muito dele, só que eu vi que eu já estava com uma depressão, já estava mal, entendeu? Já estava com uma depressão, dentro de um ano, acredito que já estava, eu fui medicada, me sentia muito inferior. A culpa que eu carregava, mas era pelo facto de (...) A minha situação é assim, ele era muito ciumento, eu trabalhava numa empresa, ele pediu para eu sair porque não queria que eu chegasse à meia-noite a casa e eu acabei saindo do trabalho. Interrompeu muito trabalho meu e não me deixava trabalhar, me chateava muito a cabeça, estava sempre a ligar, sempre a dizer que eu estava dando bunda para outros homens e essas coisas (...)" -Vítima Brasileira

<p style="text-align: center;"><b>Institucionalização das Vítimas</b></p>	<p>“(…)”: É assim, quem devia sair de casa era o agressor, não é? Mas esta aqui, eu não consigo dizer nem bem, nem mal. Porque, conforme tá a nossa legislação, mesmo que o agressor seja retirado de casa, não existe casas abrigo para homens. Quem é que te garante a ti que aquele agressor não volta lá a casa e maltrata a mulher e até a pode matar? Por isso, é que saem as vítimas. As vítimas saem para ficarem numa outra casa, seguras, de forma ao agressor não a encontrar lá porque nós não temos prisões suficientes para deter estes agressores. Houve uma altura em que comecei a perguntar às vítimas, porque diziam que as vítimas é que deviam ficar nas casas. E eu comecei a perguntar a elas, mas devia-se fazer um estudo. E eu perguntei assim:</p> <p>- “Você acha que, para si, você ficava na casa ou ficava ele?”</p> <p>- “Ah, eu saia de casa. Eu tenho medo dele, que ele lá apareça.”</p> <p>E depois também há, muitas mulheres que não querem ficar naquela casa porque têm recordações muito negativas daqueles homens. Isto, às vezes, é muito fácil falar mas eu acho que às vezes, há uma percentagem das mulheres que querem sair e há uma percentagem de mulheres que querem ficar. Isto às vezes, eu não consigo tomar uma decisão porque a amostra que eu recebo, muitas vezes, é que é elas que não querem ficar em casa, querem é sair, porque</p>

têm medo. Mas basta uma, dizer que quem devia sair eram eles, para todas depois também irem atrás. É a minha opinião, não sei, provavelmente estou aqui a dizer um disparate. (...)” – Técnica Rita

“(...)O acolhimento temporário, acho que é importante para retirar naquele momento a vítima, acho que faz todo o sentido. As casas abrigo também fazem (...)Eu não sei em concreto, verdade, não posso estar a dizer... não quero estar aqui a inventar, o trabalho em concreto das casas abrigo, eu sei que realmente temos a resposta de emergência e é bom, porque nós também conseguimos dar apoio psicológico àquelas pessoas, conseguimos dar uma casa, abrigo, comida e isso é muito bom, porque aquelas pessoas são retiradas da sua realidade, do nada e pelo menos, vão sentir que vão para um sitio seguro, é um sitio estranho, verdade, mas pelo menos têm um sitio onde dormir e comer. Eu acho que isso também deve tranquilizar, imaginando, pondo-me no lugar delas, acho que deve tranquilizar, porque estão em paz, pelo menos ali. (...)elas tentam fazer um plano de vida e ajudar as vítimas a ter uma casa, a ter um emprego, eu acho que isso também é muito bom, ter um apoio para um novo começo. (...)Para já as casas abrigo são a melhor resposta, mas acho que também se devia fazer um trabalho, para esta não ser a melhor resposta, sempre. Isso, acho que sim, devíamos realmente começar a pensar noutras possibilidades e, realmente, no tratamento dos agressores. Claro

que sabemos que há pessoas que não estão disponíveis para isso, se a pessoa não está disponível para o tratamento, é muito complicado, para efeitos terapêuticos. Mas sim, eu concordo que, por exemplo, os agressores tenham realmente programas, e existem programas para agressores, acaba por ser um tratamento quase e uma alteração, eu acho que sim. Também sabemos que há agressores que realmente têm problemas a nível psicológico e psiquiátrico eles sim, deviam receber acompanhamento para isso. Não estou a dizer que a doença seja desculpa, não é, mas também temos que perceber também o porquê daquela pessoa. Mas sim, para já, sim, acho que a longo prazo temos que pensar noutra possibilidades. (...)" – Técnica Teresa

## **Apoio à Vítima**

“(…) Normalmente as situações que ocorrem são através de mulheres, não é? Mulheres, algumas vítimas são maltratadas pelos filhos, outras vítimas são maltratadas pelo ex-companheiro, ex-namorado ou namorado ou o marido, ou companheiro.

Às vezes, é muito difícil fazer o perfil de um agressor. Caracterizar o perfil de um agressor ou até de uma própria vítima. Às vezes, aparecem pessoas que tu nunca dirias que elas seriam vítimas. Há vítimas que têm uma estrutura e uma capacidade a nível da personalidade, mas para aquela situação têm muita dificuldade em conseguir gerir.

Neste momento estamos a ter, este mês de março tivemos 15 casos novos. E situações muito graves. Não sei se tem a haver com a pandemia, que agrava mais a situação em que as pessoas não dispõem de tanta paciência para aguentar o outro, nem paciência para conseguir resolver a situação. São situações que são agressões físicas, psicológicas, stalking, onde há o controlo do telemóvel, das redes sociais, da localização.(…) Não! Uma vítima, sabe que é vítima de violência doméstica porque lhe dizem. E muitas vezes, há vítimas que chegam aqui e às vezes até eu chegar lá dentro, elas agarram o folheto e estão a ler o folheto e dizem assim: - «Olha isto é tal e qual ele, ele faz-me isto tudo, que tá aqui. Então, eu sou uma vítima!» É preciso informar, elas precisam ser informadas de que são vítimas. Há muitas vezes que as vítimas acham

que uma bofetada, não é violência(...) E é preciso saber comunicar e saber trabalhar a vítima, porque elas chegam aqui, muitas vezes, muito frágeis e muito... como muitos medos, o que é que vão ouvir? E estar a contar uma coisa que é delas, só delas, da vida delas e vir transmitir a situação a pessoas desconhecidas. Por isso, inicialmente, nós temos que fazer o quebra-gelo para ver se ela acaba. (...)Por isso, é que a gente acompanha esta vítima e trabalha-a para ela apresentar a queixa e temos que explicar o que vai acontecer depois dessa queixa (...) Às vezes, as vítimas nem sabem para o que vêm. O apoio que elas procuram é, também, sentir uma força. Vêm à procura de uma informação, alguma estabilidade, porque sentem-se muitas vezes perdidas e à procura de informação, para também saber com o que podem contar e, de que forma o podem fazer (...)O que elas procuram aqui, essencialmente, é ajuda, ajuda para resolver este problema. Um problema que é de todos nós, todos nós! (...) a gente não as pode obrigar (...)o tipo de apoio que elas aqui procuram é o apoio psicológico, o apoio social, o apoio jurídico, o encaminhamento para casa abrigo e informações, também. E algumas vítimas também depois vêm aqui à procura de apoio económico, até alimentos! Às vezes vêm aqui à procura de alimentos, a gente depois encaminha. Até para pagar a despesa, a água, a luz, a renda e a gente, faz a candidatura para um contrato ali na câmara e também, fazemos isso. Até as indemnizações, também fazemos aqui, a comissão de vítimas. (...) É acompanhando-a e

trabalhando-a, empoderando-a e transmitindo algumas estratégias. Trabalhando a autoestima, a autoconfiança, a assertividade destas vítimas, de forma a mostrar que elas são capazes e que elas conseguem sair daquela situação e que elas não são escravas de ninguém, e que elas têm os mesmos direitos do que eles. (...)Eu acho que sim. Uma das dificuldades aqui, é ao nível económico. É. Eu acho que aqui, as dificuldades que mais encontro é a nível económico, porque muitas vezes estas vítimas se só existisse dinheiro, estas situações resolviam-se mais facilmente e depois, também, a saúde mental.

É a nível económico e a saúde mental e também, tem a ver muitas vezes com o facto de não terem apoio à retaguarda, como o da família. (...)” – Técnica Rita

“(...) Então, basicamente, por norma a violência doméstica, ou seja, entre casal, por norma, é sempre o agressor homem, como temos a vítima mulher. Também temos situações de violência doméstica filo parental, ou seja, quando os filhos também, de certa maneira abusam dos pais. Os casos que tenho encontrado é sempre, também, o agressor masculino contra uma figura feminina, ou seja, contra a mãe e muitas vezes, também, é violência económica. Por acaso, curiosamente, já tenho vários casos, pelo menos dois que é também violência económica.(...) na questão do apoio psicológico, também nós vamos trabalhando com elas nesse sentido e elas vão-se apercebendo, mas para elas, infelizmente,

aquela realidade é tão normal (...) É preciso ganhar a confiança delas e estabelecer, realmente, uma relação. Claro que ao início estão muito reticentes, eu acho que muitas delas, no fundo, se calhar até sabem, mas ainda está muito, ainda há um trabalho a fazer, porque elas vão-se apercebendo aos poucos, mas é preciso também ir criando uma relação com elas, para elas se sentirem seguras e perceberem que realmente há ali uma pessoa que as possa ajudar. Nós na associação, fazemos muito isso, não é? É como quase dar uma mão, para elas entenderem que há outras vias, há outra possibilidade, isto não é justo uma pessoa viver em sofrimento a vida toda.(...)

O apoio psicológico e apoio jurídico, realmente, por questões de divórcio, por questões do próprio processo de violência, também a divisão dos bens, a questão da regulamentação das responsabilidades parentais, não é? Por causa dos filhos... Às vezes, é só mesmo o pedido de ajuda em si, do género... esta situação, já não sei mais o que é que fazer, ajudem-me! É tipo um grito de socorro, muitas vezes (...)Eu acho que, lá está, é fazer o caminho com elas, influenciar, sim, ajudar, sim, mas nunca tomar a decisão por elas (...)

De que forma? De que forma, lá está, é... são vários apoios que nós vamos fazendo, elucidando, salientar e alertar para os perigos que ela está iminente e acaba por ser um pouco por alertando. Ouvindo, perceber realmente a situação dela, ter uma escuta, realmente, ativa e perceber, compreender aquela situação (...) o nosso tempo não é o tempo delas (...)Sim, mesmo para o

futuro. Sim, claro, eu acho que nós realmente damos aqui uma luz, à vida das pessoas.(...) Eu sinto... usando uma metáfora, quando elas estão cá parece que estão num buraco negro, olham para cima e parece que vêm tudo preto e o que eu costumo dizer que se nós virmos bem as coisas, começam a abrir buraquinhos, nós é que temos que procurar os buraquinhos da luz, não é? E eu acho que nós ajudamos realmente a fazer isso, ver as coisas de outras perspetivas, abrir mais os horizontes e é isso que eu também tento fazer um bocadinho com elas (...)" -Técnica Teresa

"(...) Eu até quando fui à doutora Rita, eu estava... até dava para matar-me, para suicidar. (...) eu estava desesperada (...). Alguém que me encaminhou, já não me lembro quem é, eu estava desesperada. Não, não me encaminharam. Quando me viram eu a sofrer, dessa situação, essas pessoas é que ligaram para a doutora. É que ligaram. Depois a doutora ligou-me e marcou reunião comigo. Alguém que ligou, alguém que ligou. Agora não sei se é apoio, se é proteção de jovens ou é segurança social, não sei. Mas alguém que ligou, tem de perguntar à doutora. Alguém que ligou, porque eu não sei de nada dessas coisas. Nunca me mexi na vida. Depois a doutora Rita ligou-me e falou: "- Vem!". E fui conhecer. (...)" – Vítima Angolana

"(...) protegida pela Mulher Séc. XXI, alguma coisa falo com a doutora Rita, também tenho o meu psicólogo, também, o Jaime e quer dizer, eu já estou segura um bocadinho, acontece qualquer coisa a polícia também sabe, por isso é que estou

segura um bocadinho (...): Quando eu meti a queixa na polícia? A primeira vez foi quando ele tentou tirar-me o filho com ela. Porque quem começou tudo foi ela mesma, não foi ele, atenção (...)"- Vítima Moldava

"(...) Eu nem me lembro, foi mesmo em 2019, depois em dois mil e ... eu não tenho a data certa. A primeira vez, eu pedi apoio porque eu vim morar com ele pouco tempo e ele batia nas coisas e dizia que me ia entregar para o SEF e essas coisas e eu não sabia na altura... mas depois, eu falei ... eu comecei a trabalhar e o patrão disse que não tinha nada a haver, que ele não podia me denunciar ou fazer qualquer coisa, eu fiz duas queixas, uma queixa... tirei! Mas depois eu fiz uma em 2020, eu tinha mudado de casa (...), aí depois ... e agora esta, que piorou tudo.(...)" – Vítima Brasileira

## Relação com os Técnicos

“(…) Pois, afinal, a doutora Rita é minha amiga. Eu sei que ela não vai fazer uma coisa dessas. Por isso, quando ela me ligou e falou-me disso e eu aceitei, porque eu sei quem é a doutora Rita. Agora, se fosse uma pessoa, assim, que eu não conheço, lógico que eu não aceitava (…)

A doutora Rita é uma grande mulher e por aí, eu respeito. Podes perguntar, diz.(…) E eu acabei de desistir, foi mesmo a doutora Rita e mais colegas, que me ajudaram. (…)

Ah, não tenho mal. Aquelas são um anjo, epá. Me ajudaram muito, me deram força, eu já te disse …foram elas que me libertaram, essa coisa de pensar que ia matar-me. Não tenho razão de queixa deles. (…)

Elas todas. Todas que trabalham naquele grupo, todas (…)

E continuar a ter boas amigas, como o caso da doutora, para me dar conselhos e mais com a equipa delas, e contigo também! Que eu conheci agora! Por Exemplo, a ti também, já é uma ajuda! Quando estou desesperada, o teu conselho já me ajuda. (…)

– Vítima Angolana

“(…) Sim, eu tenho… eu antes, de tudo acontecer isso… o que é aconteceu? Acabou o gás e o menino como fez cocó, estava a precisar de dar banho e um dia ele chegou a casa, eu lhe dei dinheiro e comprou o gás só que, naquela altura, estava a precisar de dar banho ao menino, acabou o gás e foi a vizinha a emprestar uma panela de água mas ela como sabia algumas coisas que me aconteceu na minha vida, quer dizer, nesta casa, ela ligou porque ela também passou por isso. Quando eu

fui lá, ela foi comigo para me acompanhar, porque eu quando fico nervosa, às vezes não consigo explicar bem as coisas e foi comigo, porque também não tenho carta. Ela ligou para as pessoas que também conhece, para me dar uma ajuda. Sim, tenho uma boa relação. A doutora Rita não conheço tão bem, mas pelo menos com o Jaime... mas o Jaime conhece muito bem a doutora Rita por isso que eles estão ligados um ao outro. (...)" – Vítima Moldava

"(...) Eu, na verdade, quem pediu ajuda para mim foi a GNR, que pediu ajuda à Mulher Séc. XXI. Eu não tinha onde ficar. Eles entraram em contacto e pediram ajuda e elas é que me socorreram, senão fosse essa associação eu não sei o que seria de mim, entendeu? Tenho boas relações, tenho relação com uma, com outra. (...)" – Vítima Brasileira

